

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

CLAUDIO SCHULTZ

**O PRONAF NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2015

CLAUDIO SCHULTZ

**O PRONAF NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Prof. Dr. Alвори Ahlert – Orientador

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

S387p Schultz, Claudio
O PRONAF no contexto do desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar no município de Maripá / Claudio Schultz. - Marechal Cândido Rondon, 2015.
159 f

Orientador: Prof. Dr. Alвори Ahlert

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2015.

1. Crédito rural. 2. Agricultura familiar. 3. Desenvolvimento rural sustentável. I. Ahlert, Alвори. II. Título.

CDD 22.ed. 338.18

630

CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborado por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

CLÁUDIO SCHÜLTZ

O PRONAF NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ - PR

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável, Área de Concentração "Desenvolvimento Rural Sustentável", para a obtenção do título de "Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável", **aprovado** pela seguinte Banca Examinadora:

Marechal Cândido Rondon, PR, 26 de junho de 2015.



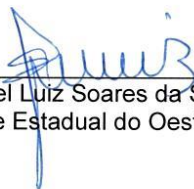
Prof. Dr. Alvorí Ahlert - Orientador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Prof. Dr. Valdecir José Zonin - Membro
Universidade Federal da Fronteira Sul



Prof. Dr. Geysler Rogis Flor Bertolini - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Prof. Dr. Nardel Luiz Soares da Silva - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Dedico esta dissertação a minha esposa Terezinha Meira Pinto Schultz, por absorver todos meus afazeres comuns em todo percurso do Mestrado e pelo apoio incondicional e constante incentivo e, aos meus filhos.

Dedico também esta vitória ao meu Prof. Orientador Dr. Alvorí Ahlert, meus Coorientadores: Professores. Dr. Nardel Luiz Soares da Silva e Dr. Geysler Rogis Flor Bertolini e, em especial, ao responsável pelo incentivo absoluto e incondicional em toda jornada, Prof. Dr. Wilson João Zonin.

Sem a generosidade e apoio de todos estes, o trabalho não teria sido realizado. A eles, meu muito, muito obrigado.

A minha mãe LEONIDA FRITZKE SCHULTZ, *in memoriam*, que me ensinou o caminho da vida, honestidade, lealdade, carinho e me guiou nos primeiros passos e, ao meu pai, ALFREDO SCHULTZ.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não é simplesmente mais um estudo de objetivos, métodos e busca para uma contribuição científica. Ele também engloba um aprendizado vigoroso e, esse aprendizado e prosperidade somente foram possíveis graças às inúmeras pessoas que contribuíram com este estudo. Demonstro a minha gratidão a todas elas e de forma singular:

a minha esposa Terezinha que compreendeu e absorveu a minha ausência nos afazeres que sempre compartilhávamos no período em que me dediquei integralmente à pesquisa. Agradeço o carinho, a atenção e o apoio que recebi ao longo desta caminhada;

aos meus filhos, com quem em muitas oportunidades não pude conviver, especialmente nos momentos mais singulares;

a minha mãe, LEONIDA FRITZKE SCHULTZ, *in memoriam* que nos últimos momentos em sua vida murmurou “*não se preocupa comigo, termina seus estudos (mestrado) é a única coisa que ninguém lhe toma*”, e ao meu pai ALFREDO SCHULTZ, que muitos favores me prestaram durante toda caminhada;

ao Prof. Dr. Alvorí Ahlert, meu orientador e, sobretudo, amigo de todas as horas, em especial nos momentos de dificuldade que enfrentei ao longo desta pesquisa. A sua orientação foi fundamental para seguir em frente. Agradeço a oportunidade de trabalharmos juntos;

ao Prof. Dr. Nardel Luiz Soares da Silva, meu coorientador, amigo que nunca mediu esforços para opinar, conduzir e alinhar os rumos da nossa pesquisa e, sobretudo, contribuiu de forma incansável para compreender modelos estatísticos aplicáveis a nossa pesquisa;

ao Prof. Dr. Geysler Rogis Flor Bertolini, meu coorientador, pelas indicações de literaturas precisas que contribuíram em toda condução da pesquisa;

ao Prof. Dr. Wilson João Zonin, amigo, irmão, responsável direto pela nossa condução ao programa do mestrado de desenvolvimento rural sustentável, pelo apoio, estímulo, colaboração e por acreditar que podíamos chegar até aqui; aproveito para externar a minha infinita gratidão;

ao Prof. Dr. Armin Feiden e Prof. Dr. Rosalvo Schütz, pela simplicidade com que conduziram suas disciplinas e nos induziram a leituras e estudos indispensáveis a nossa pesquisa;

ao Prof. Ms. Werner Engel, pelas incansáveis sugestões e indicações durante a formulação do projeto e indicação de bibliografias;

aos professores que aceitaram participar da banca de qualificação e defesa da dissertação. Agradeço as suas contribuições e críticas para melhorar esta pesquisa;

ao Henrique Botan Bauermann que incansavelmente ajudou a compreender e moldar o modelo estatístico, gráficos sobrepostos, ordenação quanto às normas da ABNT;

aos colegas Professores do Colegiado de Contábeis do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas do Campus de Marechal Cândido Rondon que não mediram esforços durante o período do nosso afastamento integral e também pelas contribuições para a pesquisa.

“O homem é a mais insana das espécies. Adora um Deus invisível e mata uma Natureza visível... sem perceber que a Natureza que ele mata é esse Deus invisível que ele adora”.

Hubert Reeves
Astrofísico.

RESUMO

SCHULTZ, Claudio, Mestre, UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Junho - 2015. **O Pronaf no contexto do desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar no município de Maripá.** Prof. Dr. Alvorci Ahlert

O Censo Agropecuário da Agricultura Familiar, de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mostra que a agricultura familiar, no país, ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários, mas somente 24,3% do total da área destinado para a agricultura. Em contrapartida, desempenhou um peso significativo na produção de alimentos, responsável por 87% da produção Nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos, volumes significativos na cesta básica do brasileiro com apoio estratégico das linhas de crédito do PRONAF. O objetivo deste estudo foi identificar as políticas públicas, existentes no âmbito do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, buscar entendimentos sobre as modalidades existentes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para fazer frente ao Plano-Safra 2013/2014 e que podem ser utilizadas na região do Oeste do Paraná e respectivos recursos envolvidos; e, quais modalidades do PRONAF mais acessados e as demandas específicas oriundas da agricultura familiar, no município de Maripá, que ainda não estão contempladas no programa e volumes envolvidos. E, por fim, conhecer o PRONAF no contexto do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, no município de Maripá, com base nos indicadores de sustentabilidade nas suas dimensões técnica, social, econômica e ambiental e político-institucional. A pesquisa é apresentada em forma de três artigos que se constituem nos capítulos da dissertação: no primeiro, apresenta-se o contexto teórico sobre a história da agricultura, desenvolvimento rural sustentável e políticas públicas de apoio à agricultura familiar, no segundo, a contextualização da agricultura familiar no município de Maripá e, no terceiro, o PRONAF no ambiente do desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar do município de Maripá. Empregou-se a metodologia qualitativa e quantitativa, através de estudos teóricos concernentes aos objetivos específicos e realizaram-se entrevistas estruturadas com (61) agricultores familiares, ponderação direta e elementos secundários. Conclui-se que a agricultura é um conjunto de técnicas práticas e sociais que tem por objetivo a produção de bens de origem animal e vegetal, acompanhada, historicamente, pela preocupação com a exploração agropecuária e com os problemas de impacto ao meio ambiente; que no município de Maripá, a agricultura familiar tem sua origem advinda e alicerçada no modelo fundiário que a Companhia Maripá executou na colonização da Fazenda Britânia, cujo modelo se mantém até os dias atuais e, com este modelo de agricultura, desenvolve as práticas ambientais que sustentam o desenvolvimento rural sustentável; que houve diminuição da área, cultivada, no período de 1993 a 2012; que o cultivo da soja e milho, no conjunto da agropecuária, é indispensável, verificando-se, porém, a ascensão da pecuária leiteira, suinicultura, avicultura, piscicultura e a diversificação agrícola; e que os estabelecimentos rurais familiares possuem uma área média de 25,48 há, com fortes práticas na diversificação, exploração prioritariamente efetuada por familiares, com apoio e instrução da EMATER, amparados pelos créditos do PRONAF nas linhas prioritárias de Custeio e

Investimento, que contribuíram no aumento da produção, modernização e aquisição de equipamentos novos, melhoria na infraestrutura, ampliação e diversificação agrícola.

Palavras-chave: PRONAF. Crédito rural. Agricultura familiar. Desenvolvimento rural sustentável. Indicadores de Sustentabilidade. Rural.

ABSTRACT

SCHULTZ, Claudio, Master, UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2015, June. **The PRONAF in sustainable rural development context of family farm in Maripá city.** Mastermind: Dr. Alvorí Ahlertor

The Agricultural and Cattle Raising Census of Family Farm 2006 by Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE shows that the family farm occupied 84.4% of agricultural and cattle raising establishments, but with only 24.3% of this area intended for agriculture. On the other hand, this kind of agriculture contributed expressively on food production being responsible for 87% of cassava national production, 70% of bean production, 46% of corn, 38% of coffee, 34% of rice, 21% of wheat and on animal production, 58% of milk, 59% of pig breeding, 50% of poultry and 30% of bovines, significant quantities on Brazilians market basket with a strategic support of credit lines from PRONAF. The aim of this research were identify the public policies existents relating to family farm sustainable development, understand about the modalities and involved resources on National Program for the Strengthening of Family Farming (PRONAF) that has a possibility of use in West of Paraná and confront with 2013/2014 agricultural plan; describing which modalities are more accessed in Maripá city and the demands of family farm that aren't contemplated in the program. So, also to know the PRONAF in a context of family farm sustainable development, in Maripá city, based on indicators of sustainability in their technical, social, economic, environmental and institutional policy dimensions. The research is presented in three papers that constitute the dissertation chapters: first, it was presented the theoretical context about agriculture history, sustainable rural development and public policies to support the family farm, in the second one, the contextualization of family farm in Maripá city, in the last one, the PRONAF in scope of family farm sustainable rural development in Maripá city. The qualitative and quantitative methodology was used based in a theoretical studies and structured interviews with 61 family farmers. After this, it was made a direct ponderation and used secondary elements. It could be concluded that the agriculture is a set of techniques, practices and social, that has as aim the animal and vegetal production, together with the concern about exploration and environmental impacts; that in Maripá city the family farm has its origin on agrarian model executed by “Companhia Maripá” on colonization of Britania's farm, whose model is maintained until nowadays and develops environmental practices that support the sustainable rural development; that there was a decrease of cultivated area, between 1993 and 2012; that the cultivate of corn and soybean is indispensable, but with a considerable rise of dairy production, pig farming, poultry, fish farming and agricultural diversification; and that the familiar rural establishments has an 25,48ha average area, with diversification practices, exploration mainly by family, support from EMATER, credit available by PRONAF to costing and investment, which contributed to a rise of production, modernization and acquisition of new equipment, improvement of the infrastructure, agricultural expansion and diversification.

Keywords: PRONAF. Rural credit. Family farm. Sustainable rural development. Sustainability indicators. Rural.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 - Evolução do Crédito Rural no Brasil entre 1969 e 2013 em Valores Constantes (R\$ Bilhões)	54
Figura 2.2 - Contratos do PRONAF Planos Safra “1999/2000 a 2014/2015” nas Regiões Geográficas no Brasil.....	60
Figura 2.3 - “%” Volume do PRONAF Plano Safra 1999/2000 a 2014/2015 entre as Regiões Geográficas no Brasil.....	61
Figura 2.4 - Participação “UF” PRONAF 2007 a 2011	62
Figura 2.5 - Participação “UF” PRONAF 1999 a 2014	62
Figura 2.6 - Percentual do Volume dos Contratos entre “1999 e 2014” nas “UF” do Brasil	63
Figura 2.7 - % do Volume do PRONAF Realizado em Relação do Disponibilizado no Brasil entre 1999 e 2012	63
Figura 2.8 - % do Volume PRONAF entre 1999 e 2012 “Custeio e Investimento” no Paraná.....	64
Figura 2.9 - % de Aplicação do Volume do PRONAF “Custeio e Investimento” no Município de Maripá/Pr., em 2012	65
Figura 2.10 - Evolução dos Créditos do PRONAF Plano Safra 1999/2000 a 2013/2014 no Município de Maripá – PR em R\$ Mil	65
Figura 2.11 - Volume Médio de Recursos do PRONAF por Contrato - Safra 1999/2000 a 2014/2015 em R\$ mil	66
Figura 3.1 - Mapa Original da Fazenda Britânia, no Oeste do Paraná em 1950.....	80
Figura 3.2 - Fundação da Vila Maripá em 04.06.1953	80
Figura 3.3 - Primeiras Casas da Vila Maripá em 08/1953	80
Figura 3.4 - Festa inaugural da Vila Maripá em 04.06.1953, hoje Cidade sede do Município de Maripá.....	81
Figura 3.5 - Mapa do Estado Paraná com divisão Regional e Caracterização do Município de Maripá em 2010	82
Figura 3.6 - Mapa Geográfico Original do Município de Maripá de Abril de 1990, anexo ao Projeto de Criação do Município.....	83
Figura 3.7 - Relevância dos Indicadores nas dimensões Sociais, Econômica, Ambiental, Cultural e Politico Institucional para os proprietários dos Estabelecimentos Rurais Agropecuários do Município de Maripá, dados da pesquisa obtidos em Agosto/Setembro/2014	97
Figura 3.8 - Perspectivas quanto à Sucessão na Propriedade Familiar, no município de Maripá, dados da Pesquisa, obtidos em Agosto/Setembro de 2014	99
Figura 3.9 - Evolução da Área, Plantada, no Município de Maripá, no período de 1993 a 2013	101
Figura 3.10 - Importância da Produção Agropecuária nos estabelecimentos agropecuários familiares, no Município de Maripá, em Agosto/Setembro de 2014	102
Figura 3.11 - Receitas da Produção Agropecuária Familiar, no Município de Maripá, no Período do Plano Safra 2013/2014	103
Figura 3.12 - Evolução da Produção Agrícola, no Município de Maripá, período de 1993 a 2013, em Toneladas.....	103

Figura 3.13 - Produção de Leite (LTS. mil) e Vacas Ordenhadas (Un.), no Município de Maripá, Período 1993 a 2012	104
Figura 3.14 - Produção de Suínos (Un.), no Município de Maripá, Período 1993 a 2012	104
Figura 3.15 - Produção de Frango (um. mil), no Município de Maripá, Período 1993 a 2012	105
Figura 3.16 - Produção de Peixe Tilápia (Toneladas), no Município de Maripá, Período 1993 a 2013.....	105
Figura 4.1 - Mapa Original da Fazenda Britânia, no Oeste do Paraná, em 1950	119
Figura 4.2 - Fundação da Vila Maripá em 04.06.1953	120
Figura 4.3 - Primeiras Casas da Vila Maripá em 08/1953	120
Figura 4.4 - Festa inaugural da Vila Maripá em 04.06.1953, hoje Cidade sede do Município de Maripá	120
Figura 4.5 - Mapa do Estado Paraná com divisão Regional e Caracterização do Município de Maripá em 2010	121
Figura 4.6 - Mapa Geográfico Original do Município de Maripá de Abril de 1990, anexo ao Projeto de Criação do Município.....	122
Figura 4.7 - Escolaridade dos Beneficiários	128
Figura 4.8 - Características da Exploração na Atividade.....	128
Figura 4.9 - Formas de Financiamento da Atividade nas Propriedades Pesquisadas no Município de Maripá	129
Figura 4.10 - Objetivos das ATER sob o ponto de vista dos Agricultores Familiares do Município de Maripá	130
Figura 4.11 - Linhas de Crédito do PRONAF, utilizadas pelos Agricultores familiares, no Município de Maripá, no período de 2005 a 2014	132
Figura 4.12 - Utilização dos Recursos do PRONAF, pelos Agricultores Familiares de Maripá, em seus Estabelecimentos, entre 2005 e 2014.....	133
Figura 4.13 - Contribuição dos Recursos do PRONAF nos estabelecimentos agrícolas familiares no Município de Maripá	134
Figura 4.14 - Demandas da Agricultura Familiar, no Município de Maripá, ainda não contempladas pelo PRONAF	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1 - Dimensões de sustentabilidade e indicadores selecionados nas pesquisas	96
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 - Evolução dos Índices IDHM e GINI do Município de Maripá, Paraná e do Brasil em 1999/2000/2010	84
Tabela 3.2 - Preservação Ambiental nos Estabelecimentos Rurais Familiares, no Município de Maripá, em Agosto/Setembro de /2014	93
Tabela 3.3 - Licenças Ambientais que os Estabelecimentos Rurais Familiares, do Município de Maripá, possuíam em Agosto/Setembro de 2014	94
Tabela 3.4 - Importância das dimensões de sustentabilidade Econômica, Ambiental, Cultural e Sociais, para os Estabelecimentos Rurais Familiares, no Município de Maripá, em Agosto/Setembro de 2014	95
Tabela 4.1 - Evolução dos Índices IDHM e GINI do Município de Maripá, Paraná e do Brasil em 1999/2000/2010	123

LISTA DE SIGLAS

- ACC** – Adiantamentos de contratos de câmbio.
- AECR** – Anuário Estatístico Rural – BACEN.
- ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural.
- BACEN** – Banco Central do Brasil.
- CAD/PRO** – Cadastro de Produtor Rural do Estado do Paraná.
- CONDRAF** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.
- CPR** – Cédula do Produtor Rural.
- CREAI** – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.
- DAP** – Declaração de Aptidão ao PRONAF.
- DEROP** – Controle das Operações do Crédito Rural e do PROAGRO.
- DRS** – Desenvolvimento Rural Sustentável.
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- EUA** – Estados Unidos da América.
- FAT** – Fundo de Amparo ao Trabalhador.
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.
- IICA** – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.
- IPARDES** – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.
- IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- MCA** – Manual de Crédito Rural.
- OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- PESA** – Programa de saneamento de ativos financeiros.
- PNCF** – Programa Nacional de Crédito Fundiário.
- PNRA** – Programa Nacional de Reforma Agrária.
- PROAGRO** – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária.
- PROGER RURAL** – Programa de Geração de Emprego e Renda Rural.
- PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
- PROVAP** – Programa de Valorização da pequena Produção Rural.

RECOOP – Plano para recuperação financeira e administrativa das cooperativas agropecuárias.

RECOR – Registro comum das Operações Rurais.

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar.

SICOR – Sistema de Operações de Crédito Rural e do PROAGRO.

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural.

SPSS – *Statistical Package For Social Sciences*.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO GERAL.....	19
1.1	CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA.....	20
1.2	OBJETIVOS DA PESQUISA	22
1.2.1	Objetivos Específicos	23
1.3	JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	23
1.4	DELIMITAÇÃO E ESTRUTURA DA PESQUISA.....	25
1.5	METODOLOGIA.....	26
1.5.1	População e Amostragem.....	28
1.5.2	Coleta de Dados.....	31
1.5.3	Análise e Interpretação de Dados	31
2	HISTÓRIA DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR	33
	RESUMO.....	33
	ABSTRACT	34
2.1	INTRODUÇÃO.....	35
2.2	MATERIAIS E MÉTODOS.....	36
2.3	HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA.....	37
2.4	DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	40
2.4.1	Conceitos e Indicadores de Desenvolvimento Rural Sustentável na Agricultura Familiar.....	42
2.4.1.1	Indicador social.....	45
2.4.1.2	Indicador econômico.....	46
2.4.1.3	Indicador Ambiental.....	48
2.4.1.4	Indicador Cultural.....	49
2.4.1.5	Indicador Político-institucional	50
2.5	CONCEITO E AMPLITUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	51
2.6	O PRONAF COMO POLÍTICA PÚBLICA – ORIGEM E EVOLUÇÃO DOS CRÉDITOS.....	53
2.6.1	Marco Legal do Pronaf	55

2.6.2	Público Alvo Beneficiário do PRONAF	57
2.6.3	Potencialidades e Limites do Pronaf como Política Pública para a Agricultura Familiar	60
2.7	CONCLUSÃO	66
	REFERÊNCIAS	69
3	A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ	73
	RESUMO	73
	ABSTRACT	74
3.1	INTRODUÇÃO.....	75
3.2	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	76
3.2.1	Caracterização da Microrregião de Estudos	79
3.2.2	Embasamento Metodológico	84
3.3	ORIGEM E EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ.....	88
3.4	PERCEPÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS FAMILIARES SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ.....	92
3.5	EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ.....	100
3.6	CONCLUSÃO	106
	REFERÊNCIAS	109
4	O PRONAF NO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ - PR	112
	RESUMO	112
	ABSTRACT	113
4.1	INTRODUÇÃO.....	114
4.2	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	116
4.2.1	Caracterização da Região de Estudos	118
4.2.2	Embasamento Metodológico	123
4.3	PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ.....	127
4.4	LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF MAIS ACESSADAS NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ.....	131

4.5	CONTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PRONAF NO ESTABELECIMENTO E ENTRAVES PARA OBTENÇÃO DO CRÉDITO NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ.....	133
4.6	LINHAS DE CREDITO DO PRONAF NÃO ACESSADAS NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ.....	135
4.7	DEMANDAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE MARIPÁ NÃO ATENDIDAS OU NÃO PREVISTAS PELO PRONAF	136
4.8	CONCLUSÃO.....	137
	REFERÊNCIAS.....	139
5	CONCLUSÕES GERAIS.....	141
5.1	HISTÓRIA DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	141
5.2	O CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ.....	142
5.3	O PRONAF NO AMBIENTE DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ.....	144
	REFERÊNCIAS GERAIS	146
	APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA	153

1 INTRODUÇÃO GERAL

No montante global dos recursos, destinado para a agricultura Brasileira, até o ano de 1996, não houve destinação específica para a agricultura familiar. Por outro lado, Segatti e Hespanhol (2008) descrevem que grande parte do processo de modernização da agricultura brasileira ocorreu entre os anos 1965-1980, pela crise econômica de 1980 que estreitou toda sistemática de financiamento agrícola e, finalmente, pela institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996.

Segundo Schneider, Mattei e Cazella (2004) dentre as políticas públicas, concretizadas pelo governo brasileiro, nas últimas décadas, o PRONAF representa o reconhecimento e a legitimação do Estado de uma nova categoria social, os agricultores familiares, que até este marco eram designados como produtores de baixa renda, pequenos produtores rurais, produtores familiares ou agricultores de subsistência. O programa tem como referência experiências no modelo europeu, especificamente no modelo Francês, que tem seu alicerce, voltado para a agricultura (CARNEIRO, 1997). Ainda segundo Carneiro (1997), apesar do PRONAF constituir uma ferramenta para o aumento da capacidade produtiva, melhoria da qualidade de vida e ampliação da qualidade de vida no campo, a sustentabilidade da agricultura familiar ainda está arcada por tecnologias, utilizadas na agricultura padrão ou seja, o governo não enfatiza a necessidade de efetivar tecnologias, adequadas para a exploração da agricultura familiar sob a ótica da sustentabilidade.

De acordo com Abramovay (1999), estudos da OCDE mostram que muitas regiões rurais em países desenvolvidos, na geração de ocupações produtivas, não podem ser atribuídas a um conjunto setorial favorável mas supõe políticas públicas que incentivem a criação, descentralizada de projetos específicos de acordo com as necessidades regionais e locais.

Por outro lado, Guanzirolí et al. (2001), enfatiza a história e fatos mostram nitidamente que, apesar de todas as mudanças que ocorreram, nas últimas décadas, e, principalmente, das oportunidades perdidas, é necessário para a eliminação da pobreza e distribuição de renda, um projeto de desenvolvimento rural, apoiado na produção agrícola familiar. Neste contexto, não é raro observar que o agricultor

familiar está descapitalizado, não consegue gerar rendas suficientes para seu conforto social mínimo, trabalhando apenas pela sua subsistência.

Em 2006, foi institucionalizada, no Brasil, a lei nº 11.326, que “estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais” e delimita as regras básicas do agricultor familiar e sua abrangência. O incentivo à agricultura familiar por meio de políticas públicas como o (PRONAF) encorajou o agricultor familiar a deixar de lado outras atividades que não fossem as agrícolas, até porque, não haveria tempo de realizar atividades paralelas.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

O problema é uma questão a responder que, orienta a realização do trabalho, formulado como pergunta, (PELEIAS, 2002). Segundo Ferreira (2002, p. 558), problema é “questão não resolvida, ou de solução difícil, em qualquer domínio de conhecimento”.

Vergara (2003, p. 21), afirma “que o problema é uma questão não resolvida, ou seja, algo para o qual se busca uma resposta via pesquisa”. Uma questão não resolvida pode estar relacionada a alguma lacuna epistemológica ou metodológica percebida, a alguma dúvida quanto à sustentação de uma afirmação, geralmente, aceita, a alguma necessidade de por à prova uma suposição, a interesses práticos, à vontade de compreender e de explicar uma situação do cotidiano ou outras circunstâncias.

Para Asti Vera (1999, p. 12):

O ponto de partida da pesquisa é, pois, a existência de um problema que se deverá definir, examinar, avaliar e analisar criticamente para, em seguida, ser tentada sua solução. O primeiro passo será então delimitar o objeto da investigação, o problema dentro dos temas possíveis.

No contexto prático, as linhas de crédito disponíveis no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como: PRONAF Custeio, Investimento, Mulher, Jovem, Floresta, Agroecologia e Sustentável, esses últimos como instrumentos específicos para a agricultura familiar orgânica ou agroecológica, não estão sendo viabilizadas na sua plenitude. De acordo com Belik (2010), na

maioria das vezes, as linhas de crédito do PRONAF não chegam ao conhecimento dos agricultores familiares, pela falta de interesse dos próprios Bancos, em virtude de suas exigências às “malfadadas garantias” que muitas vezes o agricultor não tem como atender.

Neste sentido, a presente pesquisa buscou investigar o PRONAF no contexto do desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar, no município de Maripá do extremo oeste do estado do Paraná. Pretende-se, também, identificar as modalidades do programa que não estão sendo utilizadas frente às demandas dos agricultores familiares da região.

Com base nos conceitos, apresentados, e considerando notícias sobre dificuldades do sistema bancário em atender pequenos agricultores, falta de apoio técnico, políticas públicas pouco atraentes para a agricultura familiar sustentável, a presente pesquisa busca responder a seguinte questão-chave: **“Qual a influência do Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF no contexto do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no município de Maripá”?**

Para investigar o problema foram formuladas as seguintes indagações:

- a) Existem políticas públicas abrangentes para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar?
- b) Os agricultores familiares conhecem as linhas de crédito do PRONAF e sua finalidade?
- c) Quais modalidades do PRONAF são os mais acessados pelos agricultores familiares?
- d) Existem demandas dos agricultores familiares, no município de Maripá, que não foram ou não são atendidas pelas linhas de crédito do PRONAF?
- e) As linhas de crédito do PRONAF disponíveis no plano-safra 2013/2014 atendem e são suficientes para a agricultura familiar sustentável no Município de Maripá?
- f) Existe, entre os proprietários dos estabelecimentos agropecuários familiares, uma percepção uniforme sobre as dimensões de sustentabilidade?

- g) A evolução da produção agropecuária dos agricultores familiares, na região, tem vínculo efetivamente com os recursos liberados pelo PRONAF?
- h) Existe um modelo fundiário que serviu de base para a colonização do Município de Maripá?

No tópico seguinte, foram abordados os objetivos para buscar as respostas ao problema específico e às questões propostas para a presente pesquisa.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Os objetivos são as metas ou o alvo que se busca atingir. Conforme Beuren (2012, p. 65), “os objetivos indicam o resultado que se pretende atingir ao final da pesquisa”. Normalmente, constituem-se em ações propostas para responder à questão que representa o problema. Segundo Oliveira (2003, p. 132), “o objetivo geral procura dar uma visão ampla da pesquisa. O pesquisador deve apresentar a importância do assunto e a temática proposta. Também deve apresentar a relevância do trabalho a ser desenvolvido e sua contribuição para ampliação do conhecimento geral relativo a ele”.

Diante do exposto, objetivou-se com esta pesquisa identificar as políticas públicas, existentes no âmbito do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, buscar entendimentos sobre as modalidades, existentes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para fazer frente ao Plano-Safra 2013/2014 e que podem ser utilizadas na região do Oeste do Paraná e respectivos recursos envolvidos; e, quais modalidades do PRONAF mais acessados e as demandas específicas oriundas da agricultura familiar, no município de Maripá, que ainda não estão contempladas no programa e volumes envolvidos. E, por fim, conhecer o PRONAF no contexto do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, no município de Maripá, sob as dimensões Técnica, Social, Econômica, Ambiental e Político Institucional.

Segundo Beuren (2012, p. 65), “os objetivos específicos devem descrever ações pormenorizadas, aspectos específicos para alcançar o objetivo geral estabelecido”. Neste sentido, a pesquisa em questão tem os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos estão assim delimitados:

- a) Identificar as políticas públicas existentes, destinadas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil;
- b) Verificar se os agricultores familiares conhecem o programa PRONAF, suas linhas de crédito e finalidades;
- c) Levantar as modalidades do PRONAF mais acessados pelos agricultores familiares do Município de Maripá;
- d) Verificar qual a percepção dos proprietários dos estabelecimentos agropecuários familiares sobre as dimensões e indicadores de sustentabilidade;
- e) Identificar as modalidades do PRONAF que foram solicitadas pelos agricultores familiares e atendidas no Município de Maripá;
- f) Verificar possíveis demandas da agricultura familiar, do Município de Maripá, que não foram ou não são atendidas pelo PRONAF;
- g) Descobrir as principais causas da não liberação de recursos do PRONAF para a agricultura familiar no município de Maripá;
- h) Verificar se as linhas de crédito do PRONAF disponíveis no plano-safra 2013/2014, atendem e ou são suficientes para a agricultura familiar no Município de Maripá;
- i) Verificar e estudar o modelo fundiário, executado na colonização do Município de Maripá.

Diante dos objetivos específicos, no tópico seguinte é apresentada a justificativa para a elaboração da pesquisa.

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A ideia e motivação central para desenvolver a pesquisa, surgiram a partir, do ano de 2004, devido à vivência prática na agropecuária orgânica, sobretudo no segmento da engorda de peixe orgânico (Tilapia - *Tilapia rendali*, *Oreochromis niloticus*) em uma pequena propriedade rural no Município de Maripá-Pr. Nesta

ocasião, inúmeras dificuldades ocorreram para conseguir os recursos em Bancos de fomento para a espécie e peculiaridade do empreendimento. Quando disponibilizados os recursos solicitados, os encargos financeiros eram muito superiores aos que estavam sendo praticados para a agricultura convencional, porém sem nenhuma perspectiva de recursos para custeio e capital de giro com custo de juros diferenciados e ou subsidiados.

A partir de então, buscou-se as causas pela qual não existiam incentivos para a agricultura familiar, principalmente para agropecuária orgânica de interesse ecológica e vital para a própria sobrevivência da humanidade. Vários acontecimentos e fatos contribuíram para que, em 1995, o Banco Central do Brasil, através da resolução nº. 2191 instituiu o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF). Porém as condições a que estavam sujeitos os agricultores familiares, principalmente quanto ao custo dos encargos financeiros, eram economicamente insuportáveis. Em 1996, o governo brasileiro institucionalizou pelo Decreto nº. 1.946 o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído pelos agricultores familiares, com objetivos específicos de propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda e, por fim, regulamentou-se pela Lei nº 11.326, em julho de 2006, segundo a constituição brasileira, as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Desde o marco legal, o plano safra do PRONAF recebe ampliação de recursos e novas modalidades a cada ano, com objetivos de estimular o crescimento da economia do País, com estabilidade, aumento da produção e sustentabilidade da agricultura familiar como modelo estratégico de produção agrícola para o desenvolvimento do país (notícia-plano safra 2012/2013). O plano-safra, 2012/2013, previa recursos da ordem de R\$ 22,3 Bilhões para a agricultura familiar. Já para o plano-safra 2013/2014 foram disponibilizados R\$ 39 bilhões para o fortalecimento da agricultura familiar, um incremento global da ordem de 74,88 %. O crédito PRONAF global evoluiu de R\$ 18 Bilhões 2012/2013 para R\$ 21 Bilhões 2013/2014, aumento de 16,67%.

Por fim, o presente trabalho justifica-se pela importância que a pesquisa proporcionará para acompanhar o PRONAF no contexto do desenvolvimento

sustentável da agricultura familiar, no extremo oeste do Paraná, com foco de abrangência ao município de Maripá. Justificam-se também para levantar quais segmentos da Agricultura Familiar ainda não estão contemplados no programa e quais programas poderão ser utilizados, na região e não estão sendo por falta de orientação técnica adequada, quais demandas dos estabelecimentos agropecuários são de importância vital para manter o agricultor familiar na lavoura, a evolução e diversificação da produção agropecuária e relevância dos indicadores de sustentabilidade para os estabelecimentos agropecuários familiares. Igualmente, ela irá contribuir, de forma significativa para novos estudos que visem entender a dinâmica das Políticas Públicas, voltadas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil.

1.4 DELIMITAÇÃO E ESTRUTURA DA PESQUISA

A pesquisa em questão foi realizada junto aos estabelecimentos da agropecuária familiar no município de Maripá – Pr., no período de julho de 2014 a Setembro de 2014, com os dados da agropecuária do ano calendário de 2013. Os elementos foram coletados durante visitas, efetuadas aos proprietários dos estabelecimentos agropecuários familiares, com realização de entrevista estruturada.

Na introdução, além da contextualização, são apresentados: os temas, o problema, os objetivos específicos e as justificativas da pesquisa, delimitando o âmbito do estudo, a metodologia adotada para desenvolver a pesquisa, o tipo de pesquisa, universo, formas de coleta de dados, instrumentos que foram utilizados na coleta de informações, necessárias à elaboração da pesquisa, análise dos dados e limitações.

No capítulo 1, foi desenvolvido o referencial teórico sobre a história e evolução da agricultura, desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar, conceito e amplitude da agricultura familiar e programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), desde seu surgimento até os avanços mais recentes no País, Estado e Município da pesquisa.

No capítulo 2, abordou-se, no contexto do município de Maripá, a origem e evolução da agricultura familiar, percepção dos estabelecimentos rurais sobre o desenvolvimento rural sustentável e a evolução da produção agropecuária.

No capítulo 3, foi verificado, no contexto do município de Maripá, o perfil dos beneficiários do PRONAF, as linhas de crédito do PRONAF mais acessados, contribuição do PRONAF nos estabelecimentos rurais e entraves para o seu uso e as linhas de créditos não acessados e possíveis demandas da agropecuária familiar não atendido pelo Pronaf.

Por último, é apresentada a conclusão global da pesquisa, evidenciando a situação, identificada com base nas indagações iniciais e questões relevantes que surgiram, durante as entrevistas, levantamentos de dados e estudos que ajudam no entendimento abrangente da pesquisa.

1.5 METODOLOGIA

Metodologia é uma palavra originária de “método”, do Latim *methodus*, que significa caminho para a realização de algo. Para Lakatos e Marconi (1995, p. 40), o método é:

o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, testando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Observa-se que método é um instrumento ou uma técnica que permite alcançar os objetivos propostos, por meio do caminho a ser seguido com maior segurança e rapidez.

A pesquisa é “um procedimento formal como método de pensamento reflexivo que requer tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 155). Portanto a pesquisa tem por finalidade buscar respostas que afligem a sociedade ou parte dela, mediante aplicação de métodos científicos.

Para Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa é a atividade central de toda Ciência que possibilita a aproximação e um entendimento do real a investigar. A pesquisa científica é um procedimento que objetiva resolver um problema. Lehfeld

(1991 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2011, p.31) “refere-se à pesquisa como sendo a inquirição, o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade”.

Neste sentido, esta pesquisa quanto a sua abordagem, considerando a extensão dos objetivos específicos elencados, é quantitativa e qualitativa em virtude da dimensão da amostra que tem grande representatividade da população e pode ser quantificável. Os resultados espelham a realidade de toda amostra, ao mesmo tempo tem-se dimensões não numéricas ou seja, não podem ser quantificados, porém necessitam de explicações da dinâmica das relações sociais. Alguns pesquisadores defendem o pressuposto de que deve ser aplicado um modelo único de pesquisa para todas as ciências. Porém, nesta pesquisa, têm-se as duas dimensões, tanto quantitativa como qualitativa, o que sugere o estudo e análise de ambas.

Quanto a sua natureza, é uma pesquisa aplicada que pretende gerar uma aplicação prática e ou resultados que sugerem soluções aos problemas, levantados. Quanto aos objetivos é explicativa e exploratória. Conforme Gil (1999), as pesquisas explicativas visam identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Por explicar a razão, o porquê dos fatos, este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade. Percebe-se que o estudo explicativo permite ao pesquisador buscar o porquê das respostas com as quais ele se depara. Já, a pesquisa exploratória envolve levantamentos bibliográficos e procedimentos de amostragem, menciona Gil (1999).

A tipologia desta pesquisa quanto aos procedimentos foi do tipo estudo de caso e *survey*, por caracterizar-se pelo estudo concentrado de um único caso, (BEUREN, 2009). Segundo Bruyne, Herman e Schoutheete (1977 apud BEUREN, 2012, p. 84), o estudo de caso:

justifica sua importância por reunir informações numerosas e detalhadas com vista em apreender a totalidade de uma situação. A riqueza das informações detalhadas auxilia num maior conhecimento e numa possível resolução de problemas relacionados ao assunto estudado..

Segundo Gerhardt e Silva (2009), a pesquisa com *survey* busca informações diretamente de um grupo ou amostra de um universo de dados que se quer obter.

Neste contexto, a metodologia será pautada em estudos para identificar quais são as políticas públicas, relacionadas ao desenvolvimento da agropecuária familiar sustentável quais modalidades do PRONAF se adequam às situações, solicitadas e atendidas na Região, volume de recursos, contexto do PRONAF no avanço da produção agropecuária familiar sustentável, possíveis demandas dos estabelecimentos agropecuários familiares, ainda não previstos no contexto do PRONAF na região, importâncias de cada uma das principais culturas agrícolas, atividades da pecuária, agroindústria, frutas e verduras e seus potenciais na atividade agrícola familiar, destino dos recursos do PRONAF na propriedade, contribuição dos recursos do PRONAF na produção da propriedade e importância dos indicadores de sustentabilidade, sobretudo, na conscientização ambiental.

O fator determinante para a escolha da região, do extremo oeste do Paraná, especificamente no município de Maripá-Pr, deve-se em função do volume de recursos, disponibilizados do PRONAF para a agricultura familiar do município. Conforme dados obtidos do MDA no “acompanhe as ações do MDA e INCRA, fonte BACEN/DEROP/SICOR”, o volume de recursos do PRONAF utilizados, no município de Maripá, PR., no plano-safra 2011/2012 foi de R\$ 12,9 Milhões, 2012/2013 de 19,9 Milhões e 2013/2014 de 23,04 Milhões, volume expressivo em relação aos valores, liberados para os demais municípios da região Oeste do Paraná e, principalmente, na Região Sul do País. Na mesma determinante, a escolha do município de Maripá está alicerçada pelo avanço gradual, nos últimos dez anos, dos volumes de produtos agropecuários produzidos, e a diversificação agropecuária concomitante nos estabelecimentos como turismo rural, produção de peixe em tanques escavados, leite, soja, milho, mandioca, aves e suínos, dentre outras.

1.5.1 População e Amostragem

O universo ou população diz respeito ao “conjunto definido de elementos que possuem determinadas características” (GIL, 1989, p. 92). Por outro lado, a amostra é o “subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou estimam as características desse universo ou população” (GIL, 1989, p. 92).

Nesta pesquisa, a população é formada por 607 (seiscentos e sete) Estabelecimentos Agropecuários¹ definidos assim pelo IBGE, com agricultores familiares², estabelecidos no município de Maripá estado do Paraná. Os dados dos agricultores foram obtidos através do Cadastro de Produtor Rural do Estado do Paraná (CAD/PRO), na Prefeitura do Município de Maripá e EMATER, unidade do município de Maripá - Paraná. Do universo da população total dos estabelecimentos familiares do município, será entrevistada uma amostra com estimação independente com 90% de certeza e 10% de margem de erro. Para selecionar número de Estabelecimentos Agropecuários Familiares que devem fazer parte da pesquisa, será utilizada a fórmula da **PROPORÇÃO FINITA** já que a população é conhecida, representada pela fórmula de tamanho da amostra:

$$n = \frac{Z\alpha/2^2 * p * q * N}{Z\alpha/2^2 * p * q + (N - 1) * E^2}$$

Onde:

n = tamanho da amostra

Z = valor tabelado

N = tamanho da população

E = margem de erro

p = proporção populacional de indivíduos que pertencem à categoria estudada (Desconhecida – Substituir por 0,5).

q = proporção populacional de indivíduos que não pertencem à categoria estudada (Desconhecida – Substituir por 0,5).

($q = 1 - p$)

¹ Para esta pesquisa o conceito, de estabelecimento agropecuário, será a definição dado pelo IBGE no censo Agropecuário de 2006, e também utilizado em pesquisas por Neumann (2003); Hoffmann e Silva (2007) e França, Grossi e Marques (2009) entre outros, onde “Estabelecimento Agropecuário” é “todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais”, e compreendeu “a totalidade das terras que formavam o estabelecimento, considerada a situação existente na data do Censo. O estabelecimento cuja área se estendesse a mais de um município foi incluído por inteiro no município em que se achava localizada a respectiva sede ou, na falta desta, naquele em que se situasse a maior parte de sua área. Os dados referentes à área são apresentados em hectare, procedendo-se às conversões das várias unidades de superfície ainda em uso no território nacional”.

² Agricultor Familiar na lei nº 11.326 de julho de 2006, considera “àquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende alguns requisitos básicos como: não possuir propriedades rurais no total maior que 4 (quatro) módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas na propriedade; e possuir no mínimo 50% da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural”.

α = nível de significância

Temos:

- 1 - Grau de segurança da Amostra 90%.
- 2 - Margem de Erro Aceitável 10%.
- 3 - Homogeneidade da população - não conhecida - nesta pesquisa 50% (ou 0,5).
- 4 - Erro amostral 10% (ou 0,10).
- 5 - tamanho da população 1.175 propriedades de agricultura familiar (1 a 4 Módulos fiscais = 72 há. ou 27,75 alqueires).

Os valores de confiança, geralmente mais utilizados e os valores de $Z_{\alpha/2}$ correspondentes são:

Grau de Segurança	Valor crítico $Z_{\alpha/2}$
90%	1,645
95%	1,960
99%	2,575

O cálculo do tamanho da amostra dos estabelecimentos que deverão ser entrevistados para a pesquisa, será:

$$n = \frac{(1,645)^2 \times 0,5 \times 0,5 \times 607}{(1,645)^2 \times 0,5 \times 0,5 + (607 - 1) \times (0,10)^2} =$$

$$n = \frac{2,706025 \times 0,5 \times 0,5 \times 607}{(2,706025 \times 0,5 \times 0,5) + (606 \times 0,01)} =$$

$$n = \frac{410,6393}{0,676506 + 6,06} =$$

$$n = \frac{410,6393}{6,7365} = \mathbf{61 \text{ Estabelecimentos}}$$

Da população de 607 estabelecimentos agropecuários familiares, conforme proposta de amostragem com 90% de segurança e margem de erro de 10% foram, portanto, entrevistados 61 (sessenta e um) estabelecimentos agropecuários proprietários.

Para a escolha dos 61 (sessenta e um) estabelecimentos da população de 607 (seiscentos e sete) estabelecimentos familiares para entrevista, foi efetuada

uma seleção aleatória sistemática de geradores congruentes, representada pela seguinte fórmula calculada pelo (Excel 2010):

$$x_{n+1} = (ax_n + c)(\text{mod } m)$$

O número aleatório x_{n+1} é gerado, utilizando-se o número anterior x_n , as constantes a e c , a operação do módulo m e um indivíduo inicial x_0 será o número dos familiares proprietários, obtido através do cadastro CAD - PRÓ, fornecido pela Prefeitura Municipal de Maripá.

1.5.2 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas estruturada com roteiro previamente estabelecido, conforme previsto no Anexo I do Apêndice A, considerado uma importante técnica disponível para a obtenção de informações nas pesquisas. O roteiro da entrevista pode ser definido como “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.” (GIL, 1989, p. 104). Também foram utilizadas, como fonte de informações, visitas às propriedades rurais e relatos dos entrevistados.

1.5.3 Análise e Interpretação de Dados

A análise dos dados tem como objetivo organizar e resumir as informações, obtidas com a pesquisa, de tal forma que permitam o fornecimento de respostas aos problemas propostos para a investigação. O processo de análise envolve alguns procedimentos, tais como: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos. Vale ressaltar que se faz necessário um planejamento minucioso para estabelecer os esquemas básicos de análise (GIL, 2002).

Os dados quantitativos foram analisados, tomando-se por base os passos que se observa, geralmente, em grande parte das pesquisas, ou seja, estabelecimento de categorias, codificação e tabulação e análise estatística de dados. Silva (2003 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009), cita três tipos básicos de

análise estatística de dados com relação à natureza do processo de mensuração: a) Escala nominal ou classificadora: utilizado, principalmente para classificar objetos e pessoas quando na sua identificação são utilizados números ou símbolos; b) Escala ordinal ou escala por postos (de ordem): análise utilizada para classificar dados em categorias de acordo com as dimensões preestabelecidas; c) Escala intervalar (de intervalos): geralmente utilizado quando existe uma escala ordinal, definida por parâmetro entre números.

Ainda segundo Gerhardt e Silveira (2009), a análise de dados pode ser classificada em análise univariada que se destina para estudar a seriação de apenas uma variável, análise bivariada quando se tem por base duas variáveis, e, análise multivariada quando se tem por base, várias variáveis. Para desenvolver os testes estatísticos numa escala nominal, com tendência de definição de equivalência, pode ser utilizada a forma de Percentagem, Correlação de Contingências, Frequência, Qui Quadrado, dentre outros. Os testes numa escala ordinal, com tendência de definição de equivalência maior do que as ferramentas para desenvolver os testes poderão ser os mesmos da escala nominal e ainda o Coeficiente de Correlação de Postos de *Spearman*, Correlação de Postos, Correlação tau de Kendal, Mediana, Percentis, Desvio Quartílico, dentre outros. Por último, nos testes de escala intervalar, com tendência de definição de equivalência maior do que (razão conhecida de dois intervalos quaisquer), para apurar os testes estatísticos, podem ser utilizados os mesmos da escala nominal, escala ordinal e ainda, Média, Desvio-Padrão, Média Aritmética, Amplitude Total, Variância, Intervalo, entre outros, aplicáveis sempre àqueles que melhor convêm em cada caso.

A análise dos dados foi efetuada com a utilização do sistema *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), pacote estatístico, direcionado para as ciências sociais, por se tratar de uma ferramenta que utiliza técnicas estatísticas básicas e avançadas de reconhecimento internacional e as ferramentas de análise de dados estatísticos do Excel.

O material qualitativo da pesquisa foi submetido a uma análise de conteúdo, que iniciou pela leitura do conteúdo das falas, obtida pela entrevista. As modalidades de análise que foram utilizadas são: análise temática que, pela sua simplicidade é a mais apropriada para as investigações qualitativas, análise de relações e análise de expressão.

2 HISTÓRIA DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR

RESUMO

SCHULTZ, Claudio, Mestre, UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Junho – 2015. **História da agricultura, desenvolvimento rural sustentável e políticas públicas de apoio à agricultura familiar.** Prof. Dr. Alvorci Ahlert

O presente estudo propõe-se pesquisar os aspectos teóricos e práticos sobre a história e evolução da agricultura no mundo, os conceitos de desenvolvimento sustentável na agricultura familiar nas suas dimensões, história e evolução da agricultura familiar, políticas públicas de sustentabilidade rural e PRONAF como política pública, origem e evolução, o público alvo, o marco legal, potencialidades, limites, alcances e abrangências. Para a consecução desse estudo, utilizou-se a modalidade de estudo de caso, no qual foram usados os dados qualitativos e quantitativos existentes no banco de dados do BACEN – Banco Central do Brasil/DEROP/SICOR e AECR/BACEN, sistema de meta-dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, ações do MDA e INCRA no banco de dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário e na vasta produção acadêmica existente sobre os temas. As conclusões demonstram que a humanidade sempre teve preocupação com a exploração agropecuária e os problemas de impacto com o meio ambiente. Porém a partir, dos anos 70, já se iniciavam sistemas produtivos com menor impactos voltados para a agricultura orgânica. Quanto à definição de desenvolvimento sustentável, tem muitos, mas não se conhece como ele realmente opera. Dentre as dimensões de sustentabilidade, estudadas, optou-se pelos indicadores social, econômico, ambiental, cultural e político-institucional. Verificou-se que o maior volume dos recursos do PRONAF foi disponibilizado para as regiões Sul e Sudeste, porém, com menor número de beneficiados; que a eficiência da liberação dos recursos aconteceu somente, a partir de 2004, chegando aos patamares de 83,2% dos recursos disponibilizados e, em 2011, em torno de 75%, o que significa, neste contexto, restrições quanto à liberação de crédito. No estado do Paraná e no município de Maripá, houve uma retração no crédito de custeio e ascendência nos investimentos na Pecuária (suínos, aves, peixe, gado e leite). Finalmente, conclui-se, que são necessários estudos mais amplos para alcançar à eficiência na distribuição dos recursos do PRONAF entre as regiões geográficas, unidades da Federação, Municípios e Comunidades, objetivando a plenitude dos propósitos primordiais do programa.

Palavras-chave: Agricultura. Agricultura Familiar. PRONAF. Desenvolvimento Rural. Indicadores de Sustentabilidade. Sustentável.

ABSTRACT

SCHULTZ, Claudio, Master, UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2015, June. **Agriculture history, sustainable rural development and public policies of support to family farm.** Mastermind: Dr. Alvorí Ahlert.

This study is proposed to research the theoretical and practical aspects about the history and evolution of agriculture in the world, the concepts of sustainable development on family farm under their dimensions, history and evolution of family farm, public policies of rural sustainability and PRONAF how public policy, their origin and evolution, target public, legal framework, potentialities, limits, reaches and coverage. For this study, it was used the case study, where utilized qualitative and quantitative data from database of BACEN – Brazil Central Bank/DEROP/SICOR and AECR/BACEN, data system of Institute of Geography and Statistics – IBGE, National Council for Sustainable Rural Development, actions of MDA and INCRA on database of Ministry of Agrarian Development and on the scientific production about these themes. The conclusions shown that the humanity always had worries about the agricultural and cattle raising exploration and also the problems of environmental impacts, however since 70's years, productive systems with less environmental impact aiming the organic agriculture have already being deployed. There are a lot of definitions to sustainable development, but it isn't still known how it really operates. Among the dimensions of sustainability studied, it was chosen Social, Economic, Environmental, Cultural and Institutional Policy. It could be verify that relative to amount available by PRONAF, the higher ones were destined to South and Southeast regions, but with a smaller number of beneficiaries. The efficiency of their resource release only happened from 2004, reaching levels of 83.2% of available resources and in 2011, around 75%, what means, in this context, existence of restrictions on credit liberations. On the other hand, in Parana state and Maripá city there was a retraction on costing credit and a raise in the investments on cattle raising (pigs, fowl, fish, cattle and milk). Finally, it was concluded that it is necessary largest studies to obtain efficiency on resources release from PRONAF between all the regions, states, cities and communities, aiming the fullness of primordial purposes of the program.

Keywords: Agriculture. Family farm. PRONAF. Rural Development. Sustainability indicators. Sustainable.

2.1 INTRODUÇÃO

A evolução da agricultura está diretamente interligada com a hominização do planeta terra há 5 ou 10 milhões de anos e sua evolução mais acentuada entre 3.000 a.C e 500 d.C. proporcionou o desenvolvimento agrícola, tecnologias, diversificação das culturas e a domesticação de animais, voltados, historicamente e essencialmente para a alimentação do próprio homem. Com a revolução científica no início do século XVII, os experimentos no contexto da agricultura tiveram um papel fundamental, iniciando a partir daí a evolução tecnológica de genéticas e nutrientes para o gado. Assim como na agricultura, houve um desenvolvimento de implementos agrícolas, irrigação, fertilização e melhoramento genético de cereais, culminando no que hoje se denomina “indústria da agropecuária”.

Para Zylbersztajn et. al. (2000), a agricultura vive um desafio crucial no século XXI, que é produzir nas atividades agroindustriais e preservar os recursos naturais, destacando ao mesmo tempo um problema crucial que é a sustentabilidade das explorações agropecuárias, tão antigas quanto a domesticação de animais, raízes e tubérculos.

O desenvolvimento rural sustentável como a agricultura sustentável teve, na década de 70, uma imagem negativista, principalmente nos Estados Unidos e Europa, no tocante ao propósito de produzir com menor impacto possível ao meio ambiente, sugerido pelas pesquisas agrônômicas norte-americanas. O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou força com o advento do relatório de *Brundtland* conhecido pelo título “Nosso Futuro Comum”, de 1987, centrado no seguinte conceito: “desenvolvimento sustentável é aquele capaz de garantir as necessidades das gerações futuras”. Para este estudo procurou-se dimensionar a agricultura sustentável sob três objetivos clássicos, a conservação do meio ambiente; unidades agrícolas lucrativas e comunidades agrícolas prósperas.

Existe uma série de instrumentos ou ferramentas que procuram conhecer os indicadores de desenvolvimento rural sustentável, norteados nesta pesquisa para a agricultura familiar. Portanto propõe-se neste capítulo conhecer a história e evolução da agricultura, conceituar o desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar, indicadores de desenvolvimento sustentável na agricultura familiar nas dimensões: Social; Econômica; Ambiental; Cultural e Político-institucional e, ao mesmo tempo,

conhecer a história e evolução da agricultura familiar. Propõe-se também caracterizar e analisar o PRONAF como política pública, origem e evolução dos créditos agrícolas, a partir dos seguintes aspectos:

- **Marco Legal do PRONAF** – que descreve a política brasileira voltada especificamente para a agricultura familiar, institucionalização, diretrizes e evidenciação da agricultura familiar para enquadramento ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
- **Público Alvo Beneficiário do PRONAF** – critérios sociais de quais agricultores ou produtores se pretende beneficiar de forma uniforme e abrangente entre as finalidades básicas de Crédito.
- **Potencialidades e Limites do PRONAF como Política Pública para a Agricultura Familiar** – abrangência dos beneficiados entre as regiões geográficas do Brasil quanto a volumes de recursos e quantidade de contratos atendidos, concentração dos volumes de recursos entre as principais Unidades da Federação, eficiência entre os recursos, disponibilizados e efetivamente realizados ou liberados e, aplicação dos recursos em função das modalidades no Estado do Paraná e Município de Maripá.

Neste capítulo, são apresentados os aspectos teóricos e práticos da pesquisa e o que já tem sido pesquisado sobre a história e evolução da agricultura no mundo, conceitos de desenvolvimento sustentável na agricultura familiar sob a ótica das dimensões Sociais, Econômicas, Ambientais, Culturais e Político-institucional, história e evolução da agricultura familiar, políticas públicas de sustentabilidade rural e PRONAF como política pública, origem e evolução, e também, público alvo, marco legal, potencialidades, limites, alcances e abrangências.

2.2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para descrever a história e evolução da agricultura, desenvolvimento sustentável na agricultura familiar, conceitos das dimensões e indicadores deste desenvolvimento rural sustentável, bem como o PRONAF como política pública,

origem e evolução, foi utilizada a técnica da pesquisa documental em livros, teses, dissertações, artigos, textos para discussão, base de dados do MDA e BACEN - Banco Central do Brasil – DEROP/SICOR.

2.3 HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA

A história da agricultura iniciou com a hominização do nosso planeta onde o homem para sobreviver, necessitou domesticar plantas e animais de diversas espécies e gêneros.

O conceito amplo da agricultura conforme Dufumier (2010, p. 271), é assim exposto:

A agricultura é o conjunto das práticas técnicas e sociais, através das quais as populações artificializam os ecossistemas, com o objetivo de produzir os bens de origem vegetal ou animal, requeridos pelas respectivas sociedades: gêneros alimentícios, produtos energéticos, materiais de construção, matérias-primas para o artesanato e a indústria, etc.

Mazoyer e Roudart (1997-1998) defendem que entre as espécies que a evolução da terra produziu durante bilhões de anos, segundo a teoria admitida, o homem teria se separado dos outros primatas há 5 a 10 milhões de anos, gerando, de maneira sucessiva os Australopitecos, *Homo habilis*, o *Homo erectus* e por fim, o *Homo sapiens*, porém entre cientistas e historiadores essa evolução do homem é divergente.

O homem pensante, moderno e sábio, apareceu recentemente na face terra, somente há cerca de 50.000 ou 20.000 anos, espalhando-se de forma muito rápida em todos os continentes. Começou a praticar a agricultura e, principalmente, a criação de gado há pelo menos 10.000 anos atrás. Mazoyer e Roudart (1997-1998) destacam que, entre 10.000 e 5.000 anos antes da atualidade, algumas sociedades da era neolítica, há cerca de 12.000 anos, começaram a semear plantas e manter animais em cativeiro com o objetivo de sua multiplicação e uso para sua subsistência.

A evolução da população humana aconteceu de forma muito rápida, principalmente entre os anos 10.000 e 5.000 a.C., período no qual cresceu de 5 para 50 milhões de habitantes, depois entre 5.000 e 1.000 anos a.C. de 50 milhões para 100 milhões de habitantes e entre os anos 1.000 A.C. e o ano 1.000 d.C. a

população mundial já passava de 250 milhões de indivíduos (MAZOYER; ROUDART, 1997-1998).

Ainda segundo Mazoyer e Roudart (1997-1998), com a evolução da população no mundo, entre os anos 3.000 a.C. e 500 d.C., aconteceu o desenvolvimento agrícola, tecnológico, diversificação das culturas e domesticação de novas espécies de animais. Este período foi marcado por acontecimentos importantes, como: Cultivo de cebolas, pepinos e melões em UR (Irque) a 3.000 a.C. O consumo de uvas e vinho no Egito a 2.900 a.C.; cultivo de algodão na Índia e uso do Linho e da Seda na China a 2.000 a.C.; domesticação do cavalo na Mesopotâmia, Ásia Menor e Egito em 1.600 a.C.; comércio do vinho e azeite no Mediterrâneo a 1.000 a.C.; desenvolvimento no Egito, China e Oriente Médio de sistemas de irrigação, aumentando as áreas de cultivo; desenvolvimento de moinhos de vento e de água; utilização de fertilizantes (dejetos de animais) para aumentar a produtividade no cultivo de terras.

Para Mazoyer e Roudart (1997-1998), com o declínio do império romano, a evolução da agricultura mundial em que se caracterizou pelo fortalecimento do feudalismo em torno do ano 1.100 d.C., período onde foram criados sistemas agrícolas complexos, como a diversificação de legumes, cereais e frutos e domesticação de mais animais, especialmente aves. A exploração agrícola ganhou força para fins monetários, com pagamento de taxas na utilização das terras e de poder aos senhores feudais. O aumento populacional, no século XVI, motivou a expansão da agricultura na Europa, decaimento do feudalismo e ascensão do sistema industrial e comercial, sobretudo o capitalismo liberal. A força de trabalho requerido pelas plantações coloniais, entre o século XV ao XIX, caracterizou-se pelo comércio de escravos. A agricultura colonial da época mantinha o suprimento de alimentos dos colonialistas e colonizadores, como o açúcar, o algodão, o tabaco, o chá e também produtos de origem animal como lãs e peles.

Durante a expansão colonialista, notadamente os espanhóis, encontraram, na região das florestas tropicais, atuais Guatemala, Honduras e Península de Yucatán (atual sul do México), a civilização Maia, que viveu nesta região entre os séculos IX a.C. e IV a.C., depois dominada pelos Toltecas entre os séculos IX e X d.C., que já utilizavam avançadas técnicas de irrigação na agricultura e cultivavam, principalmente, o milho, feijão e tubérculos e praticavam a comercialização de

mercadorias com povos vizinhos. Na onda colonialista foram encontradas outras civilizações que praticavam a agricultura intensiva: os astecas e os Incas (MAZOYER; ROUDART, 1997-1998).

O início do século XVII, marcado pela dita revolução científica, iniciou-se e fortaleceu-se a experimentação no domínio da agricultura e, com ela, a criação de gado seletivo, aplicação de nutrientes e calcários em terras de cultivo intensivo e tentativas de estudos no controle de pragas.

Com o desenvolvimento tecnológico dos implementos e utensílios agrícolas, a partir do século XVIII, incrementaram-se também, na agricultura, sistemas modernos de irrigação e fertilização. O século XIX e início do século XX foram marcados pelo melhoramento dos sistemas de transporte, melhoramento dos métodos de conservação e sistemas de refrigeração que contribuíram expressivamente para a expansão da agricultura industrial. Durante a explosão demográfica, logo após a primeira guerra mundial, marcada também pela escassez e procura de alimentos, houve um aumento sem precedentes na produção agrícola de alimentos, através da chamada revolução verde, sustentada pelo cultivo sucessivo de colheitas, semente híbrida e métodos de culturas intensivas (MAZOYER; ROUDART, 1997-1998).

Atualmente, a agricultura é denominada “indústria da agropecuária”, apoiada pela genética, evolução constante da tecnologia, sofisticação do maquinário, sistemas de irrigação e drenagem, produtos químicos como herbicidas, praguicidas, fertilização química do solo e outros que a cada dia surgem para apoiar a agricultura intensiva ou industrial.

A agricultura do século XXI, atual estágio, vive um desafio sem precedentes. “As atividades agroindustriais como um todo vêm sendo desafiadas a produzir e ao mesmo tempo lidar com a contrapartida, que é preservar, cuidar e limpar os elementos naturais dos quais fazem uso” (ZYLBERSZTAJN et al., 2000, p. 257). O autor enfatiza textualmente que *as atividades agrícolas são reconhecidamente causadoras de problemas ao meio ambiente.*

Zylbersztajn (2000), destaca que os problemas de sustentabilidade das explorações agropecuárias e os problemas de impactos ao meio ambiente são tão antigos quanto o registro da domesticação de ovelhas a 9000 a.C. no sudoeste da

Ásia, seguindo-se com a domesticação e cultivo de raízes e tubérculos como mandioca, taioba e amendoim entre 7000 e 3000 a.C., também no sudoeste da Ásia.

2.4 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Para esta pesquisa é importante primeiramente, entender o que é agricultura sustentável e quais políticas públicas são suas principais bases de apoio. Para Ehlers (1994), nos principais órgãos de pesquisa agrônômicos norte-americanos, nos anos 70, crescia o interesse por práticas culturais que melhorassem os sistemas produtivos e que diminuíssem os impactos sobre o meio ambiente. Nesta mesma época as vertentes por práticas alternativas, principalmente agricultura orgânica, foram consideradas primitivas, retrógradas, improdutivos e sem valor científico. Menciona imagens negativistas da agricultura orgânica com a frase do Secretário de Agricultura dos E.U.A., Earl Butz, em 1971 (YOUNGBERG et al., 1993 p. 299 apud EHLERS, 1994, p. 93):

Se necessário, podemos retroceder para a agricultura orgânica neste país, pois sabemos como praticá-la. No entanto, antes de ir nessa direção, alguém precisa decidir quais serão os 50 milhões de norte-americanos que morrerão de fome.

O conteúdo da frase do Secretário de Agricultura dos E.U.A. não parece estranho aqui no Brasil, se forem considerados inúmeros discursos de nossos governantes, multinacionais com interesses econômicos diretos e grandes proprietários Rurais (latifundiários). Quanto ao conceito de agricultura sustentável, Ehlers (1994, p.143), menciona que não existe um consenso sobre o que se entende por agricultura sustentável, o que se tem “é um diálogo construtivo, envolvendo vasta gama de especialistas e produtores que deverá resultar em mudanças, mesmo que estas ocorram lentamente”.

Já Almeida (1997), enfatiza o relatório Brundtland, conhecido pelo título *Nosso Futuro Comum*, publicado, em 1987, como texto preparatório à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Eco-92) a ideia de desenvolvimento sustentável aparece nos seguintes termos: *é aquele capaz de garantir as necessidades das gerações futuras.*

Michael Brklacich et al. (1991 apud EHLERS 1994, p.98), citam 18 autores e instituições que se referem ao conceito de sustentabilidade na agricultura. Já o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA, 1992) apresenta 14 definições distintas de agricultura sustentável que podem ser incorporados nos seguintes itens:

- a) – manutenção em longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola;
- b) – o mínimo de impactos adversos ao ambiente;
- c) – retornos adequados aos produtores;
- d) – otimização da produção das culturas com no mínimo de “inputs” químicos;
- e) – satisfação das necessidades humanas de alimentos e de renda;
- f) – atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais (NRC, 1991, p. 2).

Reijnjes et al. (1992 apud MARCATTO, 2002, p. 6), definem a agricultura sustentável como “uma agricultura ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, humana e adaptativa”. Considerando as manifestações anteriores e conforme o estudo de Marcatto (2002, p. 6), a agricultura sustentável é aquela que: “É produtiva, estável, ambientalmente sadia, viável, igualitária, autônoma, participativa, humana e que preserve a cultura local”.

Zylbersztajn (2000) expõe sobre as principais conclusões de inúmeras reuniões das Nações Unidas sobre as causas básicas da insustentabilidade, no meio rural, que são: Degradação do solo; disponibilidade limitada de água; esgotamento de outros recursos naturais; pobreza rural; crescimento intenso da população; e diminuição da força de trabalho agrícola. Por outro lado, dentre as práticas de produção agrícola sustentável, tem-se: Conservação do solo e água; conservação da biodiversidade; utilização de práticas agronômicas saudáveis; reciclagem de matérias-primas rurais; e educação ambiental nas escolas primária rural e urbana.

Para este estudo é possível dimensionar que a agricultura sustentável permeia três objetivos básicos: no primeiro plano, a conservação do meio ambiente; no segundo, unidades agrícolas lucrativas; e no terceiro, a criação de comunidades agrícolas prósperas.

A degeneração do meio ambiente e do êxodo rural, a partir dos anos 90, tem sido para alguns estudiosos, as principais causas para o inchaço populacional das

periferias urbanas no Brasil. Já Dufumier (2010, p. 9), menciona que a questão é saber, “quais podem ser as modalidades de intervenção mais adequadas para promover um desenvolvimento econômico e social que seja benéfico para um número maior de pessoas”, e, por outro lado, muitos projetos de desenvolvimento estão comprometidos ao fracasso pelas seguintes causas: pouca importância dada à agricultura e ao campesinato; excessiva expropriação das rendas dos agricultores, em favor de camadas sociais parasitas; extrema centralização do poder de decisão no que se refere à definição dos investimentos e à alocação dos recursos disponíveis sem a participação dos usuários; o desconhecimento por parte dos tecnocratas, das realidades econômicas e sociais a serem trabalhadas; e rigidez do processo operacional de financiamento das intervenções e de execução das ações.

2.4.1 Conceitos e Indicadores de Desenvolvimento Rural Sustentável na Agricultura Familiar

Entender, o que é exatamente um indicador, é importante no contexto do desenvolvimento rural. Deponti (2001, p. 58), afirma que “Um indicador é um instrumento de medição, ele é uma régua ou um padrão que ajuda a medir, avaliar ou demonstrar variações em alguma dimensão da realidade”. Para Sarandón (2002), indicador é uma variável, selecionada e quantificada, que nos permite ver ou identificar uma tendência que de outra forma não é facilmente detectada. Moura (2002, p. 40), conclui que o indicador de sustentabilidade é “como um conjunto de parâmetros que permite medir as modificações antrópicas num determinado sistema e comunicar, de forma simplificada, o estado deste sistema em relação aos critérios e as metas estabelecidas para avaliar a sua sustentabilidade”.

Os indicadores, em geral objetivam condensar e quantificar informações de maneira tal que se consegue visualizar as principais significâncias. No que concerne à função dos indicadores, Bellen (2002, p. 30) descreve:

Os indicadores simplificam as informações sobre fenômenos complexos tentando melhorar com isso o processo de comunicação. Indicadores podem ser quantitativos ou qualitativos, existindo autores que defendem que os indicadores mais adequados para avaliação de experiências de desenvolvimento sustentável deveriam ser mais qualitativos, em função das limitações explícitas ou implícitas que existem em relação a indicadores simplesmente numéricos.

Por fim, sobre as definições de sustentabilidade, encontrou-se centenas de conclusões e versões, porém a que mais parece, sustentada, pelas dimensões e clareza com que são postas, é a de Bellen (2002, p. 27):

Todas as definições e ferramentas relacionadas à sustentabilidade devem considerar o fato de que não se conhece totalmente como o sistema opera. Pode-se apenas descobrir os impactos ambientais decorrentes de atividades, e a interação com o bem-estar humano, com a economia e o meio ambiente. Em geral se sabe que o sistema interage entre as diferentes dimensões, mas não se conhece especificamente o impacto destas interações.

No Brasil, o desenvolvimento rural sustentável recebeu um dos principais instrumentos de apoio com o advento do Decreto Nº 4.854, de 8 de outubro de 2003, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, órgão colegiado integrante da estrutura básica do MDA (2014). O artigo 2º do Decreto 4.854/2003 menciona suas competências e no inciso IV, assim estabelece:

propor a adequação de políticas públicas federais às demandas da sociedade e às necessidades do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, incorporando experiências, considerando a necessidade da articulação de uma economia territorial e a importância de suas externalidades, harmonizando esforços e estimulando ações que visem:

- a) superar a pobreza por meio da geração de emprego e renda;
- b) reduzir as desigualdades de renda, gênero, geração e etnia, inclusive as desigualdades regionais;
- c) diversificar as atividades econômicas e sua articulação dentro e fora dos territórios rurais;
- d) adotar instrumentos de participação e controle social nas fases estratégicas de planejamento e de execução de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável;
- e) propiciar a geração, apropriação e utilização de conhecimentos científicos, tecnológicos, gerenciais e organizativos pelas populações rurais; e
- f) subsidiar as áreas competentes, nas adequações de políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável, especialmente das atividades relacionadas com o ordenamento territorial, o zoneamento ecológico-econômico, a erradicação da fome, a soberania e a segurança alimentar e a ampliação do acesso à educação formal e não-formal na área rural.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através de suas Secretarias (Secretaria da Agricultura Familiar; Secretaria de Desenvolvimento Territorial; Secretária Extraordinária de Regularização Fundiária; Secretaria de Reordenamento Agrário, Diretorias, Núcleos e CONDRAF), objetivou consolidar a agricultura familiar de forma sustentável, através da valorização humana e da

política, levando em conta, principalmente, os desejos e anseios das organizações sociais visando a prática dos princípios democráticos e da participação social.

O relatório de Brundtland (1987), “O Nosso Futuro Comum”, analisa o ambiente e o desenvolvimento sob as questões sociais, econômicas, culturais e ambientais, propondo soluções globais e definindo o processo de desenvolvimento como sendo aquele que “satisfaz as necessidades presentes, sem se comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Observa-se que muitos autores fazem uso de diferentes dimensões de sustentabilidade e partem do pressuposto da perspectiva multidimensional, definida pelo relatório de Brundtland, alicerçado na premissa de que o desenvolvimento sustentável tem três dimensões fundamentais, a econômica, o social e o ambiental (MOURA, 2002).

Para Dal Sóglio (2010), o conceito de sustentabilidade tem sido amplamente discutido e estudado, porém mal empregado, sendo mais adotado como uma estratégia de *marketing* do que como meta a ser atingida e neste contexto, procura conceituar a sustentabilidade, propondo a interligação de componentes sociais, ambientais, econômicos e culturais.

Em países da Comunidade Europeia, como na Alemanha, o desenvolvimento do espaço rural é uma política integrada, regularmente avaliada e atualizada pelos governos e com objetivos claros de fortalecer as áreas rurais, sobretudo, promovendo potencial econômico para manter sua atratividade com design sustentável. Neste contexto, pode-se observar alguns dos objetivos do governo alemão para o desenvolvimento rural, citados no Relatório do Desenvolvimento e Progresso Rural do Ministério Federal da Alimentação, Agricultura e Defesa do Consumidor: “as áreas rurais devem ser desenvolvidas em espaços vitais, multi-funcionais, competitivas e habitáveis³” (tradução nossa) e “os aspectos econômicos, sociais e ambientais são mais do que nunca para se

³ Texto Original. “*Sie sollen zu vitalen, multifunktionalen, wettbewerbsfähigen und lebenswerten Räumen weiterentwickelt werden*”. Optido do: “*Fortschrittsbericht der Bundesregierung zur Entwicklung ländlicher Räume*”, p. 5. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=fortschrittsbericht+der+bundesregierung+zur+entwicklung+l%C3%A4ndlicher+r%C3%A4ume>, acesso em: 09 out. 2014.

concentrar nas necessidades regionais específicas e de promover a apropriação das Regiões para o seu desenvolvimento⁴” (tradução nossa).

Para Sachs (2009), os critérios de sustentabilidade alcançam as dimensões social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política (nacional) e política (internacional), que levam em conta as necessidades crescentes dos povos de abrangência global em constante evolução e expansão. A partir dos pressupostos de sustentabilidade de Sachs (2009), propõe-se dimensionar e definir, nesta pesquisa, cinco indicadores do desenvolvimento sustentável: social, econômico, ambiental, cultural e político institucional, sem, portanto, tentar esgotar, em absoluto, todas as dimensões que são mencionadas em pesquisas, trabalhos científicos, conferências, protocolos e legislações.

2.4.1.1 Indicador social

Para Sachs (2008), o indicador social é fundamental tanto por motivos intrínsecos como instrumentais, motivado, fundamentalmente, pelas tensões sociais que acontecem em muitas regiões problemáticas do mundo. Os principais critérios de avaliação do indicador social, segundo Sachs (2009, p. 85) perpetuam: “alcançar um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais”.

Bellen (2002 p. 25), afirma que a sustentabilidade na perspectiva social preocupa-se principalmente “com o bem estar humano, a condição humana e os meios utilizados para aumentar a qualidade de vida desta condição”, e ainda que “a questão da riqueza é importante, mas é apenas parte do quadro geral da sustentabilidade”. Por outro lado Zampieri (2003 p.25) propõe vários indicadores para a dimensão social, dentre eles:

- a) Ações comunitárias e grupais solidárias; b) Bens Duráveis; c) Qualidade de Vida; d) Sobrevivência dos sistemas agrícolas e da família rural; e)

⁴ Texto Original. “*Dabei sind die ökonomischen, sozialen und ökologischen Aspekte mehr als bisher auf die spezifischen regionalen Erfordernisse zu konzentrieren und die Eigenverantwortung der Regionen für ihre Entwicklung zu stärken*”. Optido do: “*Fortschrittsbericht der Bundesregierung zur Entwicklung ländlicher Räume*”, p. 5. Disponível em: <https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=fortschrittsbericht+der+bundesregierung+zur+entwicklung+l%C3%A4ndlicher+r%C3%A4ume>, acesso em: 09 out. 2014.

Associações e ou/ instituições culturais comunitárias; f) Participação em eventos culturais, sociais e esportivos; g) Acesso e disponibilidade dos serviços públicos e; h) posse da terra.

A agricultura, para ser sustentável, deve social e culturalmente ser aceita, tratando-se de preservar o capital social que é o que põe em funcionamento o capital natural (SARANDÓN, 2002).

De acordo com Moura (2002 p.35), para a operacionalização da sustentabilidade social busca-se:

contemplar a distribuição mais equitativa da renda, acesso a propriedade, emprego, oportunidades, bens e serviços e a possibilidade de participação social com vistas à redução da desigualdade entre os agricultores e a satisfação das suas necessidades essenciais.

Essa consolidação dos conceitos, a partir dos autores estudados, permite consolidar alguns indicadores mais relevantes no meio rural, que indicarão ou não, sustentabilidade social na agricultura familiar, no Município de Maripá, como: a) Acesso a programas sociais; b) Saúde; c) Políticas governamentais; d) Moradia; e) Estrutura familiar (sucessão); f) Alimentação (autoconsumo) e; g) outros (para livre indicação do entrevistado).

2.4.1.2 Indicador econômico

A relação entre a racionalidade econômica e a sustentabilidade ecológica e sua compatibilidade com uma agricultura sustentável está começando a surgir de forma muito precoce entre os círculos acadêmicos e, neste sentido, há um questionamento fundamental de como avaliar economicamente as atividades agrícolas (SARANDÓN, 2014). Duas décadas anteriores, dentro da dimensão econômica, Bartelmus (1995 apud BELLEN, 2002, p. 23), já discutia a sustentabilidade, a partir de dois instrumentos básicos, a contabilidade e a responsabilidade, afirmando: “a contabilidade é pré-requisito para a gestão racional do meio ambiente e da economia”.

De acordo com Damasceno, Khan e Lima (2011), o componente econômico no desenvolvimento sustentável, tem ligação entre a eficiência e crescimento econômico, elementos fundamentais para melhorar de forma isonômica a qualidade

de vida. Porém a desigualdade econômica, que permeia o mundo, é assustadora e, Sachs (2008, p. 45) afirma:

Se o desenvolvimento econômico é uma escada em que os degraus mais altos representam pessoas acima no caminho do bem-estar econômico, há cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo – um sexto da humanidade – que vivem como os malauianos: tão doentes, famintos e destituídos que não conseguem pôr um pé nem no primeiro degrau da escada do desenvolvimento.

No sentido de consolidar o pilar econômico do desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar, Sachs (2008), adverte que a viabilidade econômica é a condição indispensável para viabilizar os meios para sua plena realização. Sobre a importância da dimensão econômica, no meio rural, a Dra. Ângela Merkel⁵, em seu discurso, por ocasião da abertura da 72ª Semana Verde Internacional em Berlin na Alemanha (Janeiro de 2007), disse:

[...] que, na Alemanha, cerca de 50% das pessoas vivem em áreas rurais, e, estas áreas rurais só podem obter sua personalidade se tiverem caráter econômico. A importância econômica, por sua vez, é uma condição prévia para fortalecer o significado cultural e social (nossa tradução)⁶.

A partir dessas premissas, selecionou-se alguns dos indicadores para a dimensão econômica, proposta por Zampieri (2003, p.80) que são:

a) Produtividade das explorações agropecuárias; b) Numero de canais disponíveis para comercialização de produtos agrícolas; c) Agregação de valor de produtos com identidade regional, feitos pela família rural; d) Diversificação das atividades agrícolas; e) Eficiência econômica dos sistemas agrícolas; f) Renda da família rural, proveniente de atividades consideradas não agrícolas; g) Credito rural; h) Sucessão familiar na exploração da terra; i) Alimentos produzidos para o autoconsumo; e, j) Permanência, na propriedade rural, dos jovens e mulheres.

⁵ Dra. Angela Dorothea Merkel, cientista e política, Chanceler da Alemanha desde 2005 e líder do partido União Democrata-Cristã desde 2000.

⁶ Texto original “Ich möchte zu Beginn noch einmal daran erinnern, dass auch in Deutschland rund 50 Prozent der Menschen in ländlichen Räumen wohnen und diese ländlichen Räume ihren Charakter nur dann erhalten können, wenn sie eine wirtschaftliche Bedeutung haben. Diese wirtschaftliche Bedeutung ist wiederum die Voraussetzung dafür, dass die kulturelle und die gesamtgesellschaftliche Bedeutung gestärkt wird”. Bundeskanzlerin Dr. Angela Merkel anlässlich der Eröffnung der 72. Internationalen Grünen Woche. Obtido do “Fortschrittsbericht der Bundesregierung zur Entwicklung ländlicher Räume”, pg.02). Disponível em: <https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=fortschrittsbericht+der+bundesregierung+zur+entwicklung+l%C3%A4ndlicher+r%C3%A4ume>, acesso em 09 out. 2014.

Na instrumentalização da sustentabilidade econômica, Moura (2002, p. 35), menciona que: “procura-se contemplar a viabilidade e estabilidade econômica, a capacidade de suporte frente a riscos, a autonomia de recursos e a rentabilidade dos fatores”. Segundo Sarandón (2002), para a análise dos fatores econômicos de sustentabilidade é fundamental desenvolver indicadores relacionados com a rentabilidade dos sistemas produtivos, pois entende que um modelo econômico não é sustentável se não é possível atribuir valores para a deficiência dos meios de produção.

A partir dos conceitos, premissas e entendimentos dos diferentes pesquisadores acima mencionados, buscou-se o entendimento dos agricultores familiares do município de Maripá quanto aos seguintes indicadores econômicos de sustentabilidade mais relevantes no meio rural: a) lucro (renda); b) acesso ao crédito rural; c) infraestrutura; d) estrada rural (acesso/adequação); e) autonomia de insumos; f) comercialização e g) outros (relevantes para o entrevistado, mas não relacionados).

2.4.1.3 Indicador Ambiental.

Em diversas partes do mundo, vem ocorrendo uma crescente perda da capacidade produtiva dos solos, com mais de 20% de terras agrícolas afetadas, devido a processos de degradação e, principalmente, a erosão, seguida pela perda gradual de seus nutrientes, matéria orgânica, estrutura do solo e deterioração de corpos de águas superficiais e subterrâneas (SARANDÓN, 2002, 2014). Por isso, um dos pilares de desenvolvimento sustentável é o indicador “ambiental com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos) com objetivo de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais” (SACHS, 2008, p. 15).

Dentre os indicadores de sustentabilidade propostos para a dimensão ambiental, Zampieri (2003, p. 79) propõe:

- a) Uso potencial e efetivo dos solos; b) Consumo de água para agricultura;
- c) Preparo do Solo; e) Reabilitação das terras marginais e pastagens degradadas; f) Destino de embalagens de agrotóxicos, dejetos animais; g) Aplicação da legislação ambiental; h) Armazenamento e conservação da

água; i) Bem-estar dos animais na propriedade; j) Bem-estar e conforto das famílias rurais; k) Índice de qualidade da água; l) Erosão em estradas e acessos; m) Fauna e flora; n) Diversidade de raças espécies vegetais e; o) Intoxicação por agrotóxicos.

No contexto da dimensão ambiental de sustentabilidade, buscou-se o entendimento dos agricultores familiares, do município de Maripá, sobre os seguintes indicadores: 1) Legalização ambiental; 2) Conservação do solo; 3) Gestão da água; 4) Reposição florestal; 5) Saneamento Ambiental (Lixo/Dejetos) e 6) outros (Aberta para o agricultor indicar outro não listado).

2.4.1.4 Indicador Cultural

Definitivamente não se pode esquecer que o produtor rural possui cultura, conhecimento, escala de valores e que está ligado a uma comunidade. É uma pessoa que toma decisões permanentes que repercutem no sistema diretamente, sobretudo nos aspectos ecológicos, tratando de preservar o capital social e que põe em funcionamento o capital natural (SARANDÓN, 2002). Segundo Sachs (2009, p. 85 e 86), o critério de sustentabilidade cultural abrange:

a) mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); b) capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); e, c) autoconfiança combinada com abertura para o mundo.

Para Bellen (2002), sustentabilidade cultural é a mais difícil de corporificar, porque está cotejada no caminho da modernização sem, no entanto romper a identidade cultural nos ambientes distintos.

No sentido de identificar uma visão específica dos agricultores familiares do município de Maripá, sobre a dimensão social, procurou-se saber a relevância dos seguintes indicadores culturais de sustentabilidade: a) Festa das orquídeas e do peixe; b) Arrancadão de tratores; c) Festas de busca ao rei; d) Feira de cuca; e) Cultos ecumênicos; f) Produção de sementes tradicionais; g) Festas nas comunidades religiosas; e, h) Outros (itens a serem relacionados pelos entrevistados).

2.4.1.5 Indicador Político-institucional

Sobre o pilar econômico do desenvolvimento sustentável, Sachs (2008, p. 16), afirma que, “a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem e a liberdade faz toda diferença”. Ainda Sachs (2009, p. 87), menciona dentro do critério político (nacional) de sustentabilidade:

[...] democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; desenvolvimento da capacidade do estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos empreendedores; e um nível razoável de coesão social.

A política-institucional, no desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, constitui um dos principais instrumentos de transformação, organização e decisão, ligados a sua maestria e agilidade. Pela imensidão das práticas insustentáveis, envolvidas na agricultura, é impossível criar um modelo que consiga condensar e atender, num modelo único, todos os atores sociais (ZAMPIERI, 2003). Zampieri (2003, p. 82), propõe os seguintes indicadores para a dimensão político-institucional:

a) Crédito rural (disponibilidade) e subsídios públicos para programas ambientais; b) Nível de satisfação com o serviço prestado pela assistência técnica (frequência e qualidade); c) Aplicação da legislação ambiental: mata ciliar, proteção nascente e biodiversidade; d) Representação política – representação e efetividade da participação; e) Participação comunitária dos agricultores no plano de gestão municipal; f) Oferta e qualidade dos serviços públicos (disponibilizados no meio rural); g) Incentivos à conservação da água – construção de açudes e poços artesianos; h) Políticas de fortalecimento das iniciativas locais sustentáveis (seguro agrícola diferenciado para cultivos e práticas conservacionistas (plantios diretos – proagro); i) Incentivos à conservação da água – construção de açudes e poços artesianos; j) Planejamento e ordenamento territorial, agrícola e ambiental; e, k) Migração (identificação dos vetores da dinâmica econômica, políticas para mitigar).

Carvalho, Carvalho e Lira (2013, p. 258), em sua pesquisa de campo, buscaram, dentre os indicadores político-institucional, primordialmente se “há assistência técnica ou financeira do governo federal, estadual e municipal, se recebe assistência técnica da EMATER e se já fez cursos para trabalhar melhor”.

Sob a ótica da política-institucional procurou-se saber se o agricultor familiar, do município de Maripá, recebeu e qual a frequência e objetivo, da assistência

técnica: a) da EMATER; b) das Cooperativas; c) do Município; d) de Empresa Privada; e e) Outras (Governo Federal, Estadual, Municipal e outras assistências).

2.5 CONCEITO E AMPLITUDE DA AGRICULTURA FAMILIAR

Para Lamarche (1993, p. 15), o conceito teórico da agricultura familiar é a exploração rural familiar tal qual como é concebida, e “corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho está intimamente ligado à família”. Nas últimas décadas, a exploração da agricultura familiar, no Brasil, passou por profundas transformações, afetada, principalmente, pelo caráter “conservador” da agricultura moderna que é discriminatória, parcial e incompleta. Uma grande parcela da pequena propriedade agrícola (pequena produção) é excluída da modernização mantendo as formas tradicionais de dependência em relação aos grandes latifúndios, a precariedade do acesso aos meios de trabalho, a pobreza e sua extrema mobilidade espacial, relata Lamarche (1993).

Teodoro et. al. (2005), mencionam que as cidades não mais absorvem a massa que abandona o campo e os grandes latifúndios não geram empregos suficientes para absorver a mão de obra ociosa no meio rural, enfatizando que o incentivo à agricultura familiar é muito importante, permitindo pensar que a solução desta questão social pode ser o incentivo incondicional à exploração da agricultura familiar sustentável, não só no item de subsistência, mas também na geração de renda.

Guanziroli et. al (2001), descrevem estudos que mostram um contraste com a elevada concentração de propriedade de terra e revela que 85,2% dos estabelecimentos agropecuários são explorados por produtores rurais familiares que utilizam pelo menos 50% da mão de obra aplicada, oriunda da própria família que a agricultura familiar ocupa 30,5% das terras agricultáveis e responde por 37,9% de toda produção agropecuária brasileira. Os estudos, apresentados por Guanziroli et.al. (2001), pouco diferem do que apresenta o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), que identificou 4.367.902 propriedades de agricultura familiar, que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros que, entretanto ocupam 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários do Brasil.

Entretanto existe contraste, identificado e notável: o percentual da área ocupada pela agricultura familiar brasileira vem decaindo em relação ao conjunto da agricultura. Guanzioli et.al. (2001), relatam que quando são implementadas políticas de apoio a agricultura familiar, como no caso do (PRONAF) para financiamento de custeio e investimento, é acelerado o processo produtivo da agricultura familiar desta forma, ocupando toda família na propriedade não havendo mais tempo disponível para outras atividades paralelas.

Muitos autores divergem quanto ao verdadeiro sentido do conceito de agricultura familiar e, para tanto, outro conceito teórico amplo é mencionado por Gasson e Errington (1993, p. 20 apud ABROMOVAY, 2007, p. 74) que destacam seis características básicas que definem a agricultura familiar:

- 1 – a gestão é feita pelos proprietários;
- 2 – os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
- 3 – o trabalho é fundamentalmente familiar;
- 4 – o capital pertence à família;
- 5 – o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família;
- 6 – os membros da família vivem na unidade produtiva.

Abromovay (2007) enfatiza que as características do conceito da agricultura familiar, citado por (Gasson e Errington), muitas vezes, não se apresentam de forma literal, pelos seguintes motivos: e nem sempre os membros da família vivem na unidade produtiva; o processo sucessório pode envolver outras pessoas não pertencentes à família; e nos países capitalistas nem sempre todos os membros se envolvam nos trabalhos na propriedade.

Para esta pesquisa, por se tratar de estabelecimentos agrícolas familiares peculiares aptas ao crédito do PRONAF, considerou-se o conceito normativo da agricultura familiar do art. 3 da Lei 11.326 de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares:

- Art. 3. Para efeitos desta Lei, considera-se agricultura familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, os seguintes requisitos:
- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
 - II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

- III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo poder Executivo;
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Muito embora a institucionalização legal da política nacional da agricultura familiar ter acontecido somente, em 2006, pela Lei nº. 11.326, a agricultura familiar começou ser reconhecida, a partir da institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como crédito rural, pela resolução nº. 2.191, de agosto de 1995, do Banco Central do Brasil. Silva (2006), relata que o crédito rural existe, desde a década de 60, com a criação do sistema nacional de crédito rural (SNCR) por meio da Lei nº. 4.829 e regulamentado pelo Decreto nº. 58.380, de 10 de Maio de 1966, que tinha como condição prover as demandas conforme as especificidades do setor rural, mediante juros favorecidos.

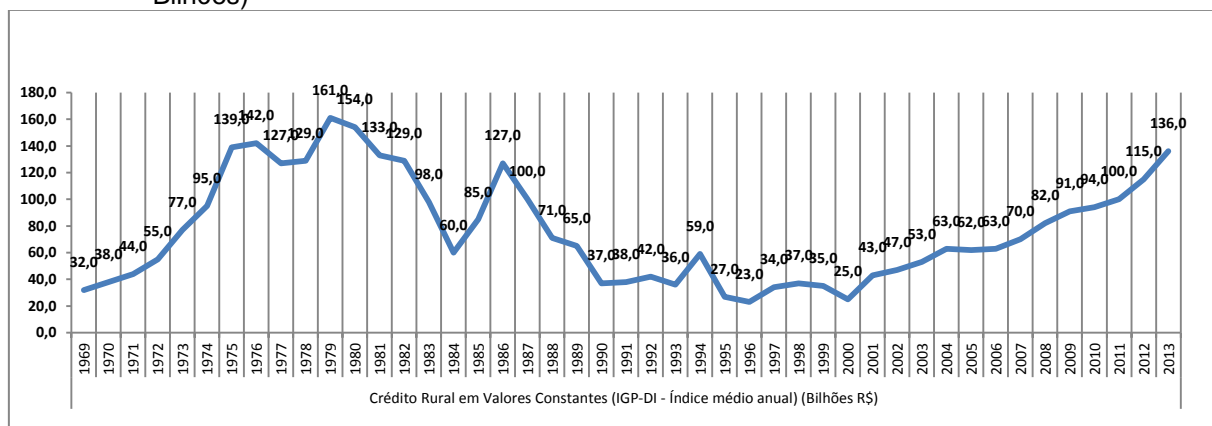
2.6 O PRONAF COMO POLÍTICA PÚBLICA – ORIGEM E EVOLUÇÃO DOS CRÉDITOS

O crédito rural brasileiro, como política pública de incentivo a agricultura iniciou em 1931, com o financiamento da comercialização do café pelo Banco do Brasil. Devido a grande Depressão Econômica, 1928-34, e revolução, de 1930, houve uma queda forte nas exportações de café, iniciando-se, a partir daí, a concessão de incentivos à diversificação agrícola. Neste sentido, a mesma instituição, em 1935, criou a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) e suas operações iniciaram em meados de 1937, porém somente, em 1965, através da Lei nº 4.829, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) objetivando o financiamento da produção agrícola, formação de capital, adoção de novas tecnologias e fortalecimento econômico do produtor rural, em especial, os pequenos e médios produtores (BACHA, 2012).

O impacto da política de Crédito Agrícola, no triênio de 1966/68, cresceu verticalmente, atingindo quase 71% do crédito total, concedido no País. No quadriênio 1968/72, através do plano diretor de políticas agrícolas, iniciou-se a ação inspirada no lema “Integrar para Desenvolver”, beneficiando diretamente os pequenos, médios e grandes produtores com créditos agrícolas subsidiados, inclusive taxas de juros nominais negativos, conhecido fundamentalmente pelo

intervencionismo estatal, Figura 2.1, encerrando assim, a primeira fase da política agrícola no Brasil (QUEIROZ, 2012). A partir, dos meados de 1982, iniciou-se a segunda fase da política agrícola, no Brasil, entendendo-se até, meados de 1990. Neste período, diminuiu-se de forma substancial o intervencionismo estatal e a inclusão dos meios diversos de produção na rede agroindustrial do País.

Figura 2.1 - Evolução do Crédito Rural no Brasil entre 1969 e 2013 em Valores Constantes (R\$ Bilhões)



Fonte: BACEN/DEROP/RECOR – Indexado pelo IGP - DI - Índice médio Anual. Elaborado pelo Autor (2014).

Durante a segunda fase da política agrícola no Brasil, buscou-se resgatar antigas ações, versatilidades de financiamento e apoio à agricultura brasileira, criando-se nesse período, adiantamentos de contratos de câmbio (ACC); e, em 1994 a Cédula do Produtor Rural (CPR). Nesta época, ainda para a reorganização do setor, foram aprovados mais dois programas: plano para recuperação financeira e administrativa das cooperativas agropecuárias (RECOOP) e programa de saneamento de ativos financeiros (PESA), destinado a grandes agropecuaristas (QUEIROZ, 2012).

Belik (2010) relata que não se tem notícias até meados de 1993 de recursos específicos para o financiamento da agricultura familiar no Brasil, para superar os problemas dos pequenos produtores rurais, o governo Itamar Franco criou, em 1994, o PROVAP – Programa de Valorização da pequena Produção Rural, que contava com recursos quase que exclusivos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS).

Neste período, o governo federal colocou como meta incentivar pequenos agricultores que tinham grande importância na produção Nacional de alimentos.

Surgiram, então, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER RURAL), que contam com as fontes de financiamento do BNDS o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) sendo seu principal provedor com 80% do total dos recursos, Fontes Constitucionais, entre outras (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

Hoje, o programa (PRONAF) oferece modalidades variadas e condições de crédito com juros que variam de 0,5% a.a. a 4,0 % a.a. e prazos de pagamento que variam de 1 (um) até 12 (doze) anos e carência de até 5 anos. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) 2013, entre as metas do Plano Plurianual do Governo Federal (2012-2015), está a produção de alimentos agroecológicos e orgânicos com linhas de financiamento específicas: PRONAF Agroecologia e PRONAF Sustentável.

No que concerne à efetiva liberação de créditos, Abramovay e Veiga (1998, apud ABRAMOVAY, 1999, p. 14) diz que:

[...] uma vez que existe risco para o sistema bancário e para agricultores, os critérios de seleção tendem a eliminar os agricultores incapazes de oferecer garantias e contrapartidas, mesmo que possam apresentar projetos economicamente viáveis.

Vários pesquisadores indicam problemas de cultura para viabilizar a agricultura familiar, principalmente no que diz respeito a própria sustentabilidade. Belik (2010), afirma que as operações do PRONAF não são bem vistas pelos gerentes de bancos, por motivos de escassez de funcionários ou baixo nível de treinamento. Ressalta que, geralmente, o PRONAF é viabilizado em pequenas localidades ou municípios pobres onde a qualificação dos funcionários é menor.

2.6.1 Marco Legal do Pronaf

A estrutura agrícola brasileira recebeu somente, no ano de 1995, o primeiro apoio financeiro específico, destinado às atividades agropecuárias, exploradas diretamente pelo trabalho do produtor em conjunto com sua família, através da resolução nº 2191, de 24 de agosto de 1995, do Banco Central do Brasil que instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A agricultura familiar ganhou uma estrutura específica de fomento, no ano de 1996, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), pelo Decreto nº. 1.946, de 28 de junho de 1996, com a finalidade de promover o desenvolvimento rural sustentável:

Art. 1º. Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

As ações do PRONAF, decreto 1.946/96, são orientadas pelas seguintes diretrizes:

- a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda;
- b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;
- c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;
- d) adequar e implantar a infraestrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares;
- e) adequar e implantar a infra-estrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;
- f) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações;
- g) agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações;
- h) buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do programa;
- i) promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;
- j) estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras.

No sentido de evidenciar a agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais para efeito de enquadramento nos benefícios específicos do PRONAF, o

governo federal, através da Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Segundo esta lei, agricultor familiar e empreendedor familiar rural são aqueles que praticam atividades no meio rural e que atende simultaneamente os seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e, IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Apresentado o marco legal da institucionalização do PRONAF, nas seções seguintes foi realizada uma descrição do público alvo do PRONAF e as potencialidades e limites do PRONAF enquanto Política Pública para a Agricultura Familiar, através de alguns pontos levantados por estudiosos e pesquisadores.

2.6.2 Público Alvo Beneficiário do PRONAF

Para a consecução dos recursos do PRONAF, no universo da agricultura familiar, em todo o Brasil, são estabelecidos critérios sociais para designar quais produtores que se pretende, de forma uniforme e abrangente, beneficiar por tais verbas públicas. Os critérios delimitados em referência aos agricultores familiares com o objetivo de obtenção dos recursos estão estabelecidos no MCR – Manual do Crédito Rural, atualização 584, de 1º de setembro de 2014, exigem que os agricultores componham as unidades familiares de produção rural e comprovem seu enquadramento mediante apresentação da “Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP)” ativa que:

- a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou permissionário de áreas públicas;
- b) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;
- c) não detenham, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor;

- d) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;
- f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% (cem por cento) do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;
- g) o disposto na alínea "c" não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais;
- h) caso a renda bruta anual proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento seja superior a R\$1.000,00 (um mil reais), admite-se, exclusivamente para efeito do cômputo da renda bruta anual utilizada para o cálculo do percentual de que trata a alínea "d" deste item, a exclusão de até R\$10.000,00 (dez mil reais) da renda anual proveniente de atividades desenvolvidas por membros da família fora do estabelecimento (BACEN, 2014, MCR. Capítulo 10, Seção Beneficiários; em <http://www3.bcb.gov.br/mcr>).

Ainda são beneficiárias do PRONAF mediante apresentação de DAP ativa, as pessoas que:

- a) atendam, no que couber, às exigências previstas no item 1 e que sejam:
 - I - pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;
 - II - aqüicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede;
 - III - silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- b) se enquadrem nas alíneas "a", "b", "d", "e" e "f" do item 1 e que sejam:
 - I - extrativistas que exerçam o extrativismo artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;
 - II - integrantes de comunidades quilombolas rurais;
 - III - povos indígenas;
 - IV - demais povos e comunidades tradicionais.

Os favorecidos pelo PRONAF podem ser enquadrados em grupos especiais, mediante apresentação de DAP ativa, nas seguintes condições:

Grupo “A”: assentados pelo PNRA ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF;

Grupo “B”: beneficiários cuja renda bruta familiar anual, de que trata a alínea “f” do item 1, não seja superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais), e que não contratem trabalho assalariado permanente;

Grupo “A/C”: assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF, que: I - tenham contratado a primeira operação no Grupo "A"; e, II - não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo "A/C".

Para a concessão efetiva de financiamentos de abrangência do Pronaf é exigida, do financiado, a DAP ativa nos termos estabelecidos pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), nos seguintes termos: a) deve ser emitida por agentes credenciados pelo MDA; b) deve ser elaborada para a unidade familiar de produção, prevalecendo para todos os membros da família que compõem o estabelecimento rural e explorem as mesmas áreas de terra; c) pode ser diferenciada para atender a características específicas dos beneficiários do PRONAF.

No universo de abrangência que se pretende com o crédito do PRONAF, são apresentadas três finalidades básicas de Crédito, que podem ser destinados:

1 – para custeio: estes créditos destinam-se a financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias, de beneficiamento ou de industrialização da produção própria ou de terceiros, enquadrados no PRONAF, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento;

2 – de investimento: destinam-se a financiar atividades agropecuárias ou não agropecuárias para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos;

3 – integralização de cotas parte: destinam-se a financiar a capitalização de cooperativas de produção agropecuárias, formadas por beneficiários do PRONAF.

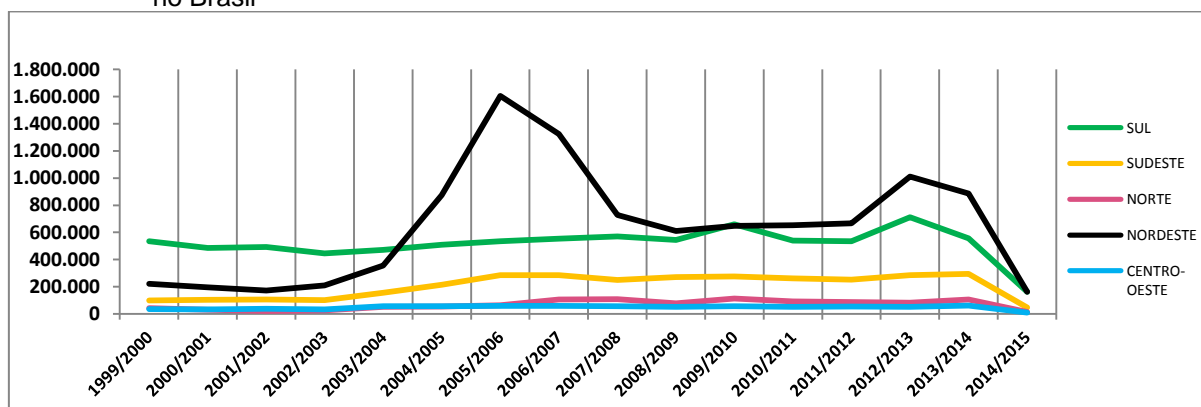
Observa-se no MCR que os créditos individuais, independente da classificação dos beneficiários a que se destinam, devem objetivar, sempre que possível, o desenvolvimento do estabelecimento rural como um todo.

Uma vez caracterizado o público alvo e beneficiários do PRONAF oportunizou-se na seção seguinte as potencialidades, os limites do PRONAF como política pública e também os avanços e suas limitações.

2.6.3 Potencialidades e Limites do Pronaf como Política Pública para a Agricultura Familiar

Para Mattei (2010), o PRONAF é uma política publica que vem sofrendo constantes aprimoramentos, com objetivos claros de converter-se num instrumento sólido e efetivo para servir o universo de agricultores familiares, em todas as unidades municipais, estaduais e regiões do país, visando, dessa forma, à inclusão privilegiada destes agricultores. Observou-se uma tendência de estagnação e mesmo uma diminuição do número de beneficiados do crédito em todas as regiões, porém o Nordeste e Sul tem o maior número de beneficiados, Figura 2.2.

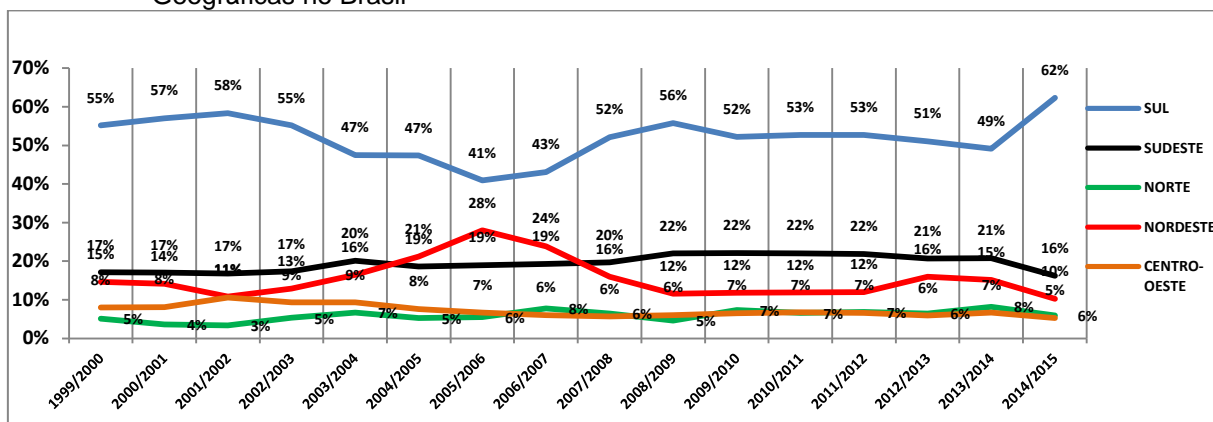
Figura 2.2 - Contratos do PRONAF Planos Safra “1999/2000 a 2014/2015” nas Regiões Geográficas no Brasil



Fonte: BACEN - Banco Central do Brasil – DEROP/SICOR. Elaborado pelo Autor (2014).

Por outro lado, segundo Mattei (2010), as garantias exigidas pelos bancos nas demandas do crédito, voltado aos investimentos nas propriedades, não é compatível com a realidade da agricultura familiar, o que levava no início do programa à concentração do volume de recursos para algumas regiões. A afirmação de Mattei, sobre a concentração de recursos, continua na mesma direção, concentrada na Região Sul e Sudeste do Brasil conforme é visto na Figura 2.3.

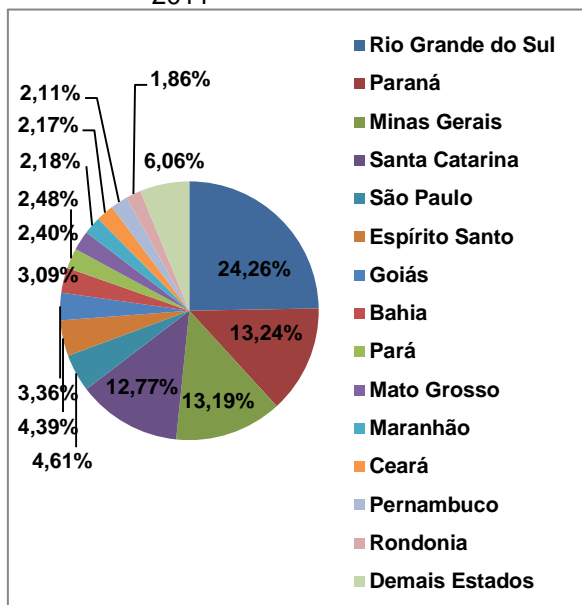
Figura 2.3 - “%” Volume do PRONAF Plano Safra 1999/2000 a 2014/2015 entre as Regiões Geográficas no Brasil



Fonte: BACEN - Banco Central do Brasil – DEROP/SICOR. Elaborado pelo Autor (2014).

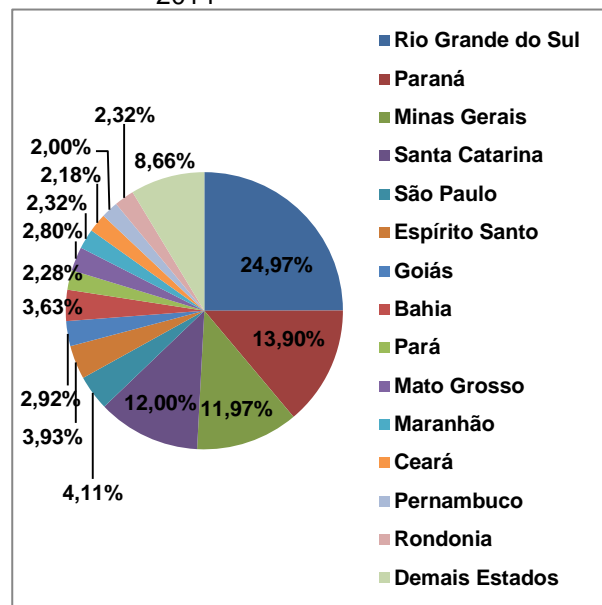
Os volumes de recursos concentram-se nas regiões e estados mais desenvolvidos, onde a agricultura e pecuária tem maior índice de produtividade e geração de riqueza o que para muitos pesquisadores, por outro lado, também são garantias para os Bancos minimizar o risco de inadimplência dos tomadores do crédito de fomento do programa. Por outro lado, essa concentração de recursos do PRONAF, pode comprometer, consideravelmente, a função social do programa. Percebe-se essa tendência quase que inalterada, visualizando os índices, entre 2007 e 2011, apresentadas no texto para discussão de Feijó (2013) da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP) TD-E 06/2013, Figura 2.4, e os índices obtidos através de cálculos dos montantes de empréstimos, concedidos nas Unidades da Federação, no período de 1999 a 2014, dados do BACEN/DEROP/SICOR, Figura 2.5.

Figura 2.4 - Participação “UF” PRONAF 2007 a 2011



Fonte: Feijó, 2013. Elaborado pelo Autor (2014).

Figura 2.5 - Participação “UF” PRONAF 1999 a 2014



Fonte: BACEN/DEROP/SICOR. Elaborado pelo Autor (2014).

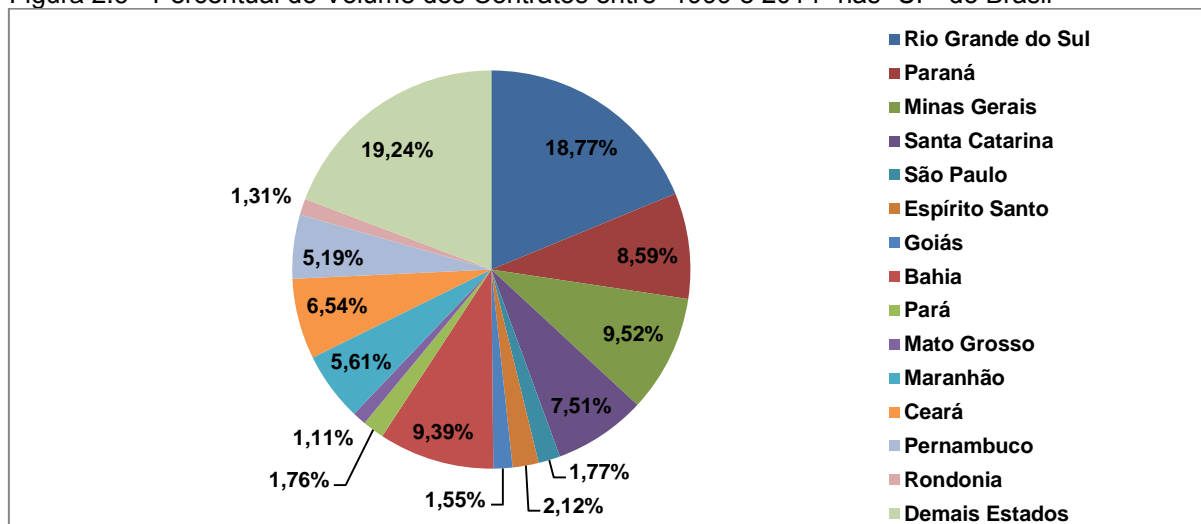
Se de um lado existe uma concentração acentuada dos recursos do PRONAF, nos estados do sul e sudeste, proporcionado pelo acentuado associativismo e cooperativismo dos agricultores familiares e baixa inadimplência, por outro lado, o número de beneficiados, relacionado às quantidades de contratos, liberados, é mais vigoroso nos estados do nordeste e norte com valores individuais por contrato baixo e grande inadimplência, Figura 2.6. Queiróz (2012, p. 234) conclui que “muitos avanços ainda devem ser buscados e obstáculos superados no sentido de adaptar o PRONAF à realidade local dos agricultores mais pobres, principalmente os do Nordeste” e concomitantemente ainda é necessário:

[...] superar a lógica bancária de distribuição dos recursos que tem causado um viés no sentido de concentrá-los a nível regional, estadual e em grupos com melhores condições financeiras que conseguem garantir contrapartida (QUEIRÓZ, 2012, p. 234).

Os avanços, mencionados pelos pesquisadores, restringem-se tão somente à quantidade de agricultores familiares, atendidos pelo programa, porém existe uma disparidade enorme quanto ao montante dos contratos entre os estados do sul e norte/nordeste do país Figura 2.6, motivada, principalmente, pela falta de

contrapartidas, oferecidas em garantia aos bancos de fomento e também pelo tímido incentivo para os investimentos do agronegócio familiar na região norte/nordeste.

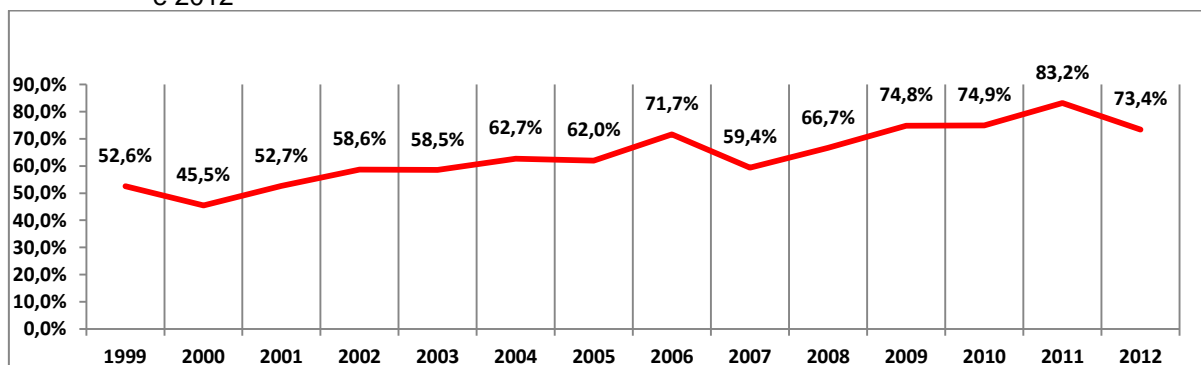
Figura 2.6 - Percentual do Volume dos Contratos entre “1999 e 2014” nas “UF” do Brasil



Fonte: BACEN/DEROP/SICOR. Elaborado pelo Autor (2014),

Quanto aos volumes de crédito, disponibilizados pelo PRONAF para a agricultura familiar, em relação aos valores efetivamente concedidos e ou liberados, os dados mostram um índice muito baixo, no período de 1999 a 2005, atingindo, no ano de 2000, os ínfimos patamares de 45,5% do valor total disponibilizado. Por outro lado, a eficiência está evoluindo nos últimos anos, chegando a 83,2% dos recursos disponibilizados, no ano de 2011, motivada, principalmente, pela melhoria dos procedimentos de garantias que o agricultor familiar deve apresentar e a desburocratização dos procedimentos dos bancos abonadores para obtenção dos créditos conforme apresentado na Figura 2.7.

Figura 2.7 - % do Volume do PRONAF Realizado em Relação do Disponibilizado no Brasil entre 1999 e 2012

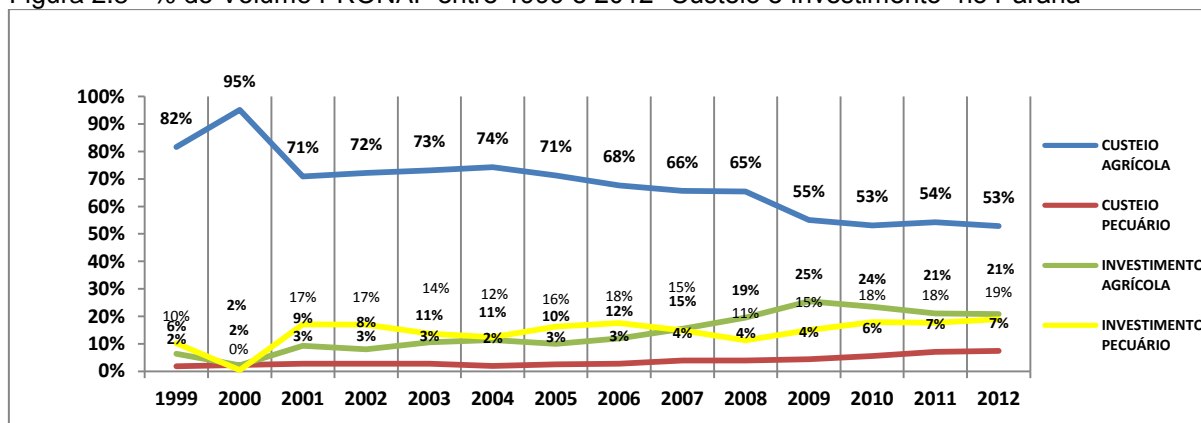


Fonte: BACEN - Banco Central do Brasil – DEROP/SICOR. Elaborado pelo Autor (2014).

As causas da baixa liberação efetiva dos recursos, disponibilizados pelos planos-safra, são relatadas por Mattei (2005) e Belik (2010), afirmando que os bancos tendem a trabalhar na linha de crédito do PRONAF com clientes de sua própria carteira que apresentam garantias de crédito, ajustadas às suas condições, o que dificulta as operações com agricultores familiares não clientes. Já, no interior, o PRONAF não é muito aceito pelos gerentes de bancos, devido à falta de funcionários e técnicos com treinamento nestes estabelecimentos.

Na última década, no estado do Paraná, os recursos do PRONAF estão no caminho da homogeneidade, onde os financiamentos de custeio cada vez mais dão espaço para os investimentos, visando, primordialmente, à modernização e renovação dos equipamentos, implantação de infraestrutura moderna, diversificação e aplicação em alta tecnologia de produção, Figura 2.8. Nesta mesma tendência, seguem as aplicações dos recursos do PRONAF nos municípios paranaenses, onde o custeio está cedendo cada vez mais espaço aos investimentos.

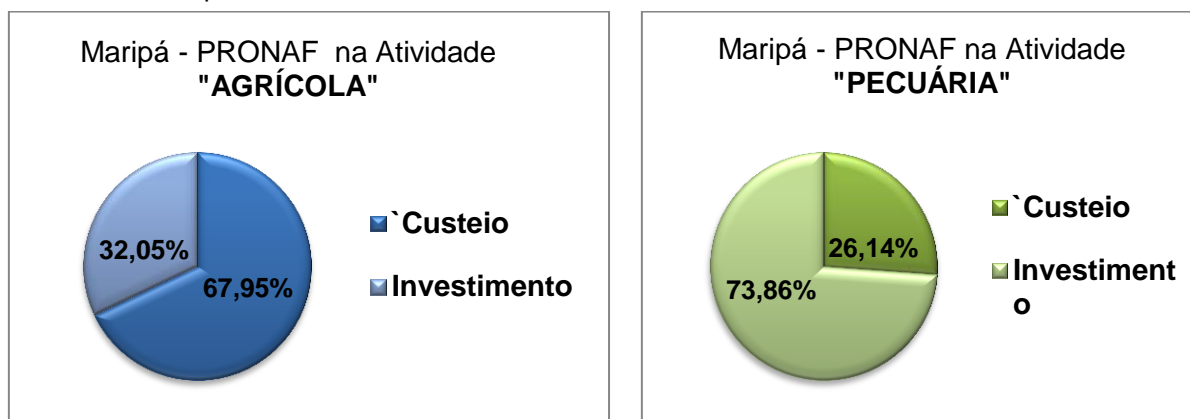
Figura 2.8 - % do Volume PRONAF entre 1999 e 2012 “Custeio e Investimento” no Paraná



Fonte: AECR/BACEN. Elaborado pelo Autor (2014).

No contexto local, município de Maripá, os volumes de recursos do PRONAF seguem os mesmos parâmetros do Estado do Paraná, centrados na modalidade de custeio e investimentos e quase na totalidade, voltados para setores da agricultura e pecuária com acentuado volume de recursos, aplicados em investimentos, Figura 2.9.

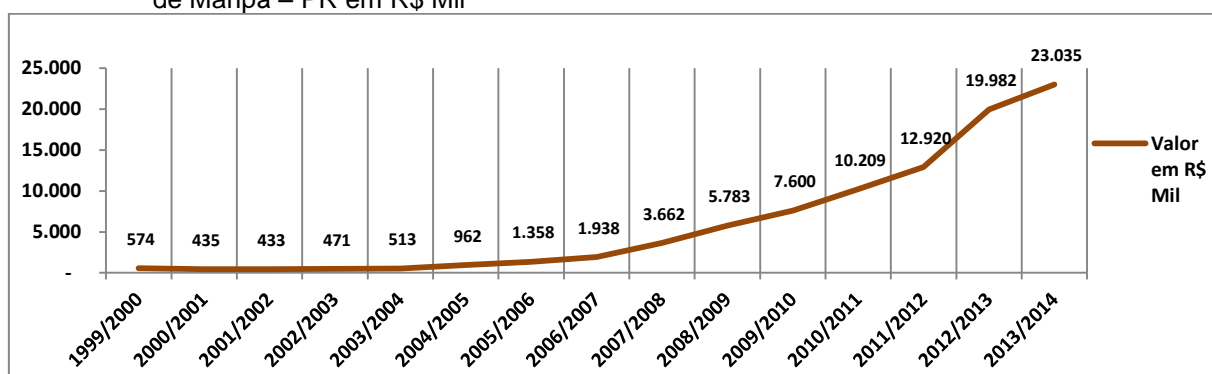
Figura 2.9 - % de Aplicação do Volume do PRONAF "Custeio e Investimento" no Município de Maripá/Pr., em 2012



Fonte: AECR/BACEN. Elaborado pelo Autor (2014).

O incentivo para a Agricultura Familiar, proporcionado pelos recursos do PRONAF, é comprovado pela constante elevação destes recursos em todas as regiões e municípios do Brasil. No município de Maripá, a partir do Plano-Safra, 2005/2006, os volumes de crédito são crescentes, oportunizados principalmente, em função dos investimentos no setor pecuário (aves, suínos, leite, peixe, entre outros), que está em franco desenvolvimento, ocasionado pela diversificação e tecnificação da produção na Agricultura Familiar, Figura 2.10.

Figura 2.10 - Evolução dos Créditos do PRONAF Plano Safra 1999/2000 a 2013/2014 no Município de Maripá – PR em R\$ Mil

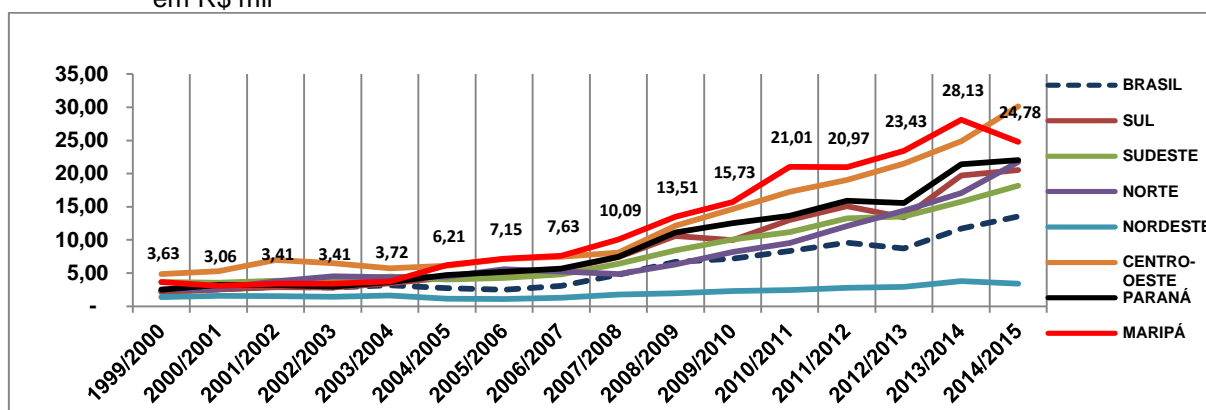


Fonte: BACEN - Banco Central do Brasil – DEROP/SICOR. Elaborado pelo Autor (2014).

O maior volume médio por contrato de recursos do PRONAF verificou-se na região Centro-Oeste do Brasil. Neste caso, devido às demandas unitárias de áreas maiores da agricultura familiar, consideradas fiscalmente até quatro módulos fiscais, entre 60 e 100 Ha o módulo enquanto, região sul, este tamanho varia entre 7 a 35 há o que requer na primeira, maiores projetos, volumes de insumos maiores e

consequentemente, volume de recursos unitários por contrato também maiores. Contudo, no município, de nossa pesquisa os volumes unitários médios por contrato, a partir do plano-safra, 2004/2005, são os maiores de todas as regiões do país, originados, principalmente, pela realização de grandes investimentos unitários, por agricultor familiar, em empreendimentos da pecuária (aviários, chiqueirões para suínos, complexos leiteiros, açudes escavados para peixe, renovação de máquinas e implementos por mais modernos, dentre outros) e também, nas demandas, ocasionadas pela diversificação na agropecuária familiar da última década, Figura 2.11:

Figura 2.11 - Volume Médio de Recursos do PRONAF por Contrato - Safra 1999/2000 a 2014/2015 em R\$ mil



Fonte: BACEN - Banco Central do Brasil – DEROP/SICOR. Elaborado pelo Autor (2014).

As questões intrínsecas, relativas à agricultura local, evolução da produção agrícola familiar, perfil dos usuários do PRONAF e volumes de produção e recursos, no contexto do desenvolvimento rural sustentável, do município de Maripá, serão abordadas no segundo capítulo da pesquisa.

2.7 CONCLUSÃO

O presente estudo constatou que a agricultura é um conjunto de técnicas práticas e sociais que tem por objetivo a produção de bens de origem animal e vegetal, oriundos da artificialização dos ecossistemas pelas populações para a subsistência do homem, através de gêneros alimentícios, produtos energéticos, utensílios de construção, matérias primas dentre outros bens. Com a evolução da população no mundo, nos meados de 1.100 D.C., procedeu-se a expansão do

cultivo de alimentos com a intervenção do homem, causado pela escassez destes no habitat natural. A criação de sistemas agrícolas complexos e, principalmente, a diversificação de legumes, cereais e frutos e a domesticação de animais, em especial as aves, tomou forma desde então.

Verificou-se que o desenvolvimento tecnológico, no início do século XVII, incrementou na agricultura sistemas modernos de irrigação e fertilização, métodos de conservação e refrigeração que contribuíram, substancialmente, no avanço da agricultura industrial. Atualmente, a agricultura é denominada “indústria da agropecuária” alicerçada na genética, evolução tecnológica, sofisticação de máquinas agrícolas e uma complexa e sofisticada gama de produtos químicos, apoiada em políticas públicas de subsídios e intervencionismo.

Constatou-se que a preocupação do homem com a exploração agropecuária e os problemas de impacto no meio ambiente rescendem desde os registros da domesticação de ovelhas a 9000 a.C. As práticas, por sistemas produtivos com menor impacto ao meio ambiente, tiveram início, nos anos 70, nos Estados Unidos, voltados, principalmente, para agricultura orgânica. Vários pesquisadores creditam este início a Rachel Carson, que, em 1962, nos Estados Unidos da América, provocou um debate nacional sobre a utilização de pesticidas químicos, responsabilidade da ciência, limites do progresso tecnológico, estimulando o despertar da consciência ambiental.

Perceberam-se no contexto do desenvolvimento sustentável várias conclusões e versões, porém sem uma definição única. Todas as definições de sustentabilidade devem considerar a circunstância que não se conhece como o sistema realmente opera.

No Brasil, um dos marcos importante para promover a sustentabilidade na agricultura familiar foi a instituição do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, em 2003, órgão colegiado do MDA e a institucionalização legal da política nacional da agricultura familiar que aconteceu apenas em 2006 através da lei nº 11.326. Contudo já, em meados do ano 1995, a agricultura familiar foi definitivamente reconhecida com a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), porém somente, a partir de 2001, estabeleceram-se diretrizes exclusivas com foco de apoio financeiro ao segmento

familiar, proporcionando, a partir daí, uma distribuição de volumes de recursos cada vez maior.

Contudo verificou-se uma tendência de desigualdade na distribuição dos recursos do Pronaf, focando volumes bem maiores para o Sul e Sudeste enquanto o número de beneficiados é mais vigoroso no Nordeste e Norte do Brasil. Já os recursos do PRONAF disponibilizados e efetivamente realizados, tornaram-se mais eficientes, a partir de 2004, chegando aos patamares de 83,2% de realização no ano de 2011 e nos demais anos em torno de 75%, o que significa restrições quanto à liberação do crédito. No estado do Paraná, constatou-se uma ligeira queda dos volumes de crédito para Custeio Agrícola e um aumento nos investimentos na Pecuária (suínos, aves, peixe, gado, leite, etc.). A mesma tendência foi verificada, no Município de Maripá, objeto da pesquisa.

Finalmente, conclui-se que é necessário um estudo mais aprimorado para alcançar a eficiência na distribuição dos recursos do PRONAF entre regiões geográficas, unidades da federação, municípios e comunidades para atingir a plenitude dos objetivos primordiais do programa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 29, n. 1, jan./ago. 1999. Disponível em: <[HTTP://ceragro.iica.int/Documents/Agricultura-Familiar.pdf](http://ceragro.iica.int/Documents/Agricultura-Familiar.pdf)>. Acesso em: 07 nov. 2012.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 73-78, abr./jun. 2007. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/agricultura-familiar-e-uso-do-solo/>>. Acesso em: 02 jun. 2015.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável. **Revista Educação Agrícola Superior**, Brasília, v.15, n. Especial, p. 51-85, 1997. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/desenvolvimento-agrario/texto-27-da-ideologia-do-progresso-a-ideia-de-desenvolvimento-rural-sustentavel.pdf/view>>. Acesso em 08 nov. 2012.
- BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 248 p.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de Crédito Rural – capítulo 10**. Atualização MCR 584, de 1º de Setembro de 2014. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/>>. Acesso em: 22 set. 2014.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2.191, de 24 de Agosto de 1995**. Crédito Rural - Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2191_v1_O.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2012.
- BELIK, Walter. **Avaliação da operacionalização do programa PRONAF**, 2010. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo175.htm>>. Acesso em: 22 out. 2012.
- BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2002. 235 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- BEUREN, I. M. (org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. Atualizada de acordo com as Normas da ABNT: NBR 6034:2004 e NBR 12225:2004. São Paulo: Atlas, 2012.
- BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e da outras providencias. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/112235/decreto-1946-96>>. Acesso em: 07 nov. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 4.854, de 8 de Outubro de 2003**. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, e da outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4854.htm>. Acesso em: 10 nov. 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em: 07 nov. 2012.

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2014.

BRUNDTLAND. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. Disponível em: <http://conspect.nl/pdf/Our_Common_Future-Brundtland_Report_1987.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2013.

CARVALHO, J. R. M. de; CARVALHO, E. K. M. de A.; LIRA, W. S. Estudo dos indicadores de sustentabilidade da agricultura familiar: o saco da comunidade de Vieirópolis, PB. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 244-263, jun./dez. 2013.

DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. (Org.). **Agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. **RESR – Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 49, n. 1, p. 129-156, jan./mar. 2011.

DEPONTI, C. M. **Indicadores para avaliação da Sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local**. 2001. 153 f. Monografia (Especialista em Desenvolvimento Rural e Agroecologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. Tradução Vitor de Athayde Couto. 2. ed. Salvador BA: EDUFA, 2010. 326 p.

EHLERS, E. M. **O que se entende por agricultura sustentável**. 1994. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

EVOLUÇÃO da agricultura mundial. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://negocios.maiadigital.pt/hst/sector_actividade/agro_pecuaria/caracterizacao/esboco>. Acesso em: 07 nov. 2012.

FEIJÓ, R. L. C. **A maioria do Pronaf: uma avaliação crítica do programa de apoio à agricultura familiar em seus 18 anos de vida**. Ribeirão Preto: FEA/USP-RP, 2013. (Texto para discussão – Série Economia TD-E 06/2013). Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/pesquisa/images/Anexos/Publicacoes/Textos_discussao/REC/2013/TD-E06-2013.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2014.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Eletrônica (SIDRA)**. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Tradução Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.

MARCATTO, C. **Agricultura sustentável: conceitos e princípios**. rede ambiente. 2002. Disponível em: <http://www.redeambiente.org.br/artigos.asp?id_dir=6>. Acesso em: 08 nov. 2012.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. 136 p. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/md000007.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2013.

MAZOYER, M.; ROUDART L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução José Luis Godinho. Lisboa: Instituto Piaget, 1997-1998. 501 p.

MOURA, L. G. V. **Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo-RS**. 2002. 190 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

QUEIROZ, S. F. de. **Pronaf e desenvolvimento rural sustentável: uma análise econométrica espacial dos impactos do programa nas regiões sul e nordeste, do Brasil, entre 2000 e 2006**. 2012. 258 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <http://www.ppge.ie.ufu.br/teses?order=field_dissertacao_data_defesa_value&sort=asc>. Acesso em: 11 mar. 2014.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio der Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, J. D. **O fim da pobreza**: como acabar com a miséria mundial nos próximos vinte anos. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARADÓN, S. J.; FLORES, C. C. (Coord.). **Agroecología**: bases teóricas para el diseño y manejo de agroecosistemas sustentables. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014.

SARANDÓN, S. J. La agricultura como actividad transformadora del ambiente. El impacto de la agricultura intensiva de la revolución verde. In: SERADÓN, S. J. (Ed.) **Agroecología**: el caminho hacia, uma agricultura sustentável. La Plata: Adiciones Científicas Americanas, 2002. Cap. 20, p. 393-414.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/schneider/historico_peonaf.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2012.

SILVA, F. F. **Distribuição de crédito para agricultura familiar**: um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural. 2006. 250 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

TEODORO, P. A. V. B.; NAZZARI, R. K.; BERTOLINI, G. R. F.; MIYAZAKI, J.; GAFFURI, J.; SCHMIDT, R. M. Agricultura familiar: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável. In: SEMINÁRIO ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, 2., 2005, Cascavel. **Anais...** Cascavel, 2005. Disponível em: <<http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco05.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2012.

ZAMPIERI, S. L. **Método para seleção de indicadores de sustentabilidade e avaliação dos sistemas agrícolas do Estado de Santa Catarina**. 2003. 215 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2003.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (org.) **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. 428 p.

3 A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ

RESUMO

SCHULTZ, Claudio, Mestre, UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Junho – 2015. **O contexto da agricultura familiar no município de Maripá.** Prof. Dr. Alвори Ahlert

A agricultura familiar, no município de Maripá, insere-se no modelo fundiário da Companhia Maripá que colonizou a Fazenda Britânia na região Oeste do Paraná. O objetivo do presente estudo foi levantar e compreender a dinâmica da agricultura familiar, no citado município, desde a sua origem, evolução e consolidação e, em especial, a percepção dos estabelecimentos rurais quanto à prática do desenvolvimento rural sustentável. A pesquisa, de abordagem adotada quantitativa e qualitativa, em virtude da dimensão da amostra, com tipologia de estudo de caso e *survey*, cujos dados foram obtidos através de entrevistas estruturadas junto a agricultores familiares dos estabelecimentos agropecuários. Os dados foram analisados com a utilização do sistema *Statistical Package For Social Sciences* (SPSS). A pesquisa mostrou que a agricultura familiar, no município de Maripá, teve sua origem no modelo fundiário aplicado pela colonização da Fazenda Britânia, que teve como elemento humano, previamente escolhido, os pequenos proprietários sulistas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, descendentes de alemães e italianos e experientes na agropecuária de subsistência. A pesquisa constatou que no desenvolvimento rural sustentável, os estabelecimentos possuem práticas ambientais como a preservação dos solos, matas ciliares e locais próprios para o lixo agrícola. Quanto ao licenciamento ambiental, possuem licenças de operação para as atividades e outorga de uso de águas superficiais e subterrâneas. Para os agricultores familiares, as dimensões de sustentabilidade na ordem de importância estão: a econômica, a ambiental, a social e cultural. Verificou-se uma ascensão, nos últimos anos, na produção agropecuária, motivada por recursos do PRONAF. Concluiu-se que é necessário avançar os estudos desta pesquisa, principalmente quanto à produção agropecuária, no período de 2013 e 2014, os quais não estavam disponíveis nos bancos de dados do IBGE e no tocante à sustentabilidade rural, estudos mais aprofundados com os estabelecimentos rurais familiares pelo método DRP – Diagnóstico Rural Participativo para obter as dimensões e indicadores mais apropriados para a análise da sustentabilidade intrínseca da região estudada.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Indicadores. Sustentabilidade. Colonização. Agrário.

ABSTRACT

SCHULTZ, Claudio, Master, UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2015, June. **Family farm context in Maripa city.** Mastermind: Dr. Alvorí Ahlert.

The family farm in Maripa city was inserted based on agrarian model of “Companhia Maripá” which colonized Britânia's Farm in West of Parana State. The aim of this study was understand the dynamic of family farm in this city, since its origin, evolution and consolidation, and, especially the perception of rural establishments about the practice of sustainable rural development. This research is quantitative and qualitative, due the sample dimension and is a study and survey case if we consider its typology. The data were obtained by structured interviews with family farmers of establishments of agricultural and cattle raising. These data were analyzed in the software Statistical Package For Social Sciences (SPSS). The research showed that the family farm, in Maripa, had its origin on agrarian model of colonization of Britânia's Farm, had as human element, previously chosen, the small owners migrant from Rio Grande do Sul and Santa Catarina states, being descendant of Italian and German, especially experienced on agricultural and cattle raising of subsistence. Relative to sustainable rural development, the establishments have environmental practices as preservation of soil and riparian forests and adequate places to deposit agricultural waste. About the environmental license, they have licenses of operation to the activities and license to surface or underground water use. To the family farmers, the sustainable dimensions follow this order of importance: economic, environmental, social and cultural. It was verified, for the last years, a raise on agricultural and cattle raising production, motivated by PRONAF resources. It was concluded that is necessary advance the studies of this research, aiming obtain the data of agricultural and cattle raising production between 2013 and 2014 which weren't available on database of IBGE. Also considering the rural sustainable, studies more extensive are necessary with the familiar rural establishments using Participatory Rural Appraisal-PRA method, aiming obtain the dimensions and indicators more appropriate to sustainability analysis of studied region.

Keywords: Family Farm. Indicators. Sustainability. Colonization. Agrarian.

3.1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, no município de Maripá, tem seus fundamentos, princípios e objetivos alicerçados no formato do planejamento da colonização de grande parte do Oeste Paranaense. Ao término da Segunda Guerra Mundial, em meados de 1946, o discurso envolvente do povo em torno da redemocratização do país e o propósito dos gaúchos Alfredo Paschoal Ruaro e Alberto Dalcanale, após visitas ao oeste paranaense, culminaram com a fundação, em 16 de abril de 1946, em Porto Alegre – RS, da Companhia Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A⁷, conhecida como MARIPÁ⁸, fundamentalmente criada para aquisição, exploração e colonização da Fazenda Britânia, com objetivo de comprar e vender terras, extração, exportação e industrialização de madeira, (SILVA; BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988). Originalmente, a fazenda Britânia, segundo Silva, Bragagnollo e Maciel (1988), abrangia uma área de 274.846 ha de mata virgem ou 113.573 alqueires paulistas e pertencia à *Compañia de Maderas Del Alto Paraná*, empresa inglesa com sede em Buenos Aires. Finalmente, em 16 de setembro de 1946, o negociador oficial da Companhia Maripá, Sr. Alberto Dalcanale, adquiriu a Fazenda Britânia, efetuando a escritura pública e registro em nome da Companhia MARIPÁ sob nº 1460, às fls. 14/15 do Livro nº 3, no Registro Geral de Imóveis de Foz do Iguaçu na mesma data.

A companhia Maripá, na direção geral de Willy Barth, estabeleceu que o plano de colonização da fazenda Britânia tinha que ser planejada com padrões e condições econômicas racionais. O plano fundiário “estabelecia no início unidades abrangentes, em círculos concêntricos abrangentes, do campo aos subúrbios e aos núcleos habitacionais” (SILVA; BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988, p. 85).

Segundo Niederauer (1992), a fazenda Britânia foi dividida em aproximadamente 12.000 colônias⁹, chácaras que circundam as vilas urbanas e lotes urbanos. Ao começar as vendas, Willy Barth determinou que fosse vendida

⁷ Acionistas da Companhia Maripá: Alfredo Paschoal Ruaro (150 ações); Curt Bercht (120 ações); Alberto Dalcanale (100 ações); Otto Reginaldo Renaux (100 ações) e Willy Barth (100 ações), em Março de 1949 Ruaro retirou-se da direção da Companhia e assumiu em seu lugar Willy Barth.

⁸ A sigla “MARIPÁ” segundo Silva; Bragagnollo e Maciel (1988, p. 58), foi o nome pelo qual a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A, nome pela qual a Companhia passou a ser conhecida, foi montado apenas como endereço telegráfico, não existindo este nome na sua fundação.

⁹ Colônia: Equivale uma área rural composta por 10 Alqueires Paulistas, ou 24,2 Hectares, ou 242.000 M².

apenas uma colônia para cada comprador, com habilidades agropecuárias, sem restrição de quantidades para chácaras e lotes urbanos. No entanto se o comprador tivesse filhos poderia adquirir uma colônia a mais para cada filho. Essa determinação pretendia, principalmente, evitar que quando os filhos crescessem não precisassem mudar-se por falta de terras. Silva; Bragagnollo e Maciel (1988) relatam que durante o progresso das vendas surgiam os povoados, distritos e a Companhia Maripá dava assistência, a começar pelas escolas e igrejas e mencionam, ainda, a ordem cronológica dos povoamentos e o surgimento da Vila Maripá em 1952.

A predominância da agricultura familiar, na região do Oeste do Paraná e, conseqüentemente, em seus municípios, está alicerçada no rigoroso modelo de colonização agrária na Fazenda Britânia pela Companhia Maripá que criou pequenos lotes de terras que visavam, preferencialmente, agricultores sulistas de origem europeia, conhecidos pelas suas experiências na agropecuária moderna que seus antepassados já praticavam.

Para conhecer a agricultura familiar, no município de Maripá, foram formuladas as seguintes indagações:

- a) Qual a origem e evolução da agricultura familiar do município de Maripá?
- b) Quais são as percepções dos estabelecimentos rurais familiares sobre o desenvolvimento rural sustentável?
- c) Como se desenvolveu e evoluiu a produção agropecuária no Município de Maripá?

Com o objetivo de conhecer a agricultura familiar local e a percepção dos estabelecimentos rurais sobre o desenvolvimento rural sustentável, evolução da produção agropecuária e perfil dos usuários do PRONAF, este estudo foi realizado com os estabelecimentos agropecuários familiares, do Município de Maripá, na região do Oeste do Paraná.

3.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Metodologia é uma palavra originária de “método”, do Latim *methodus*, que significa caminho para a realização de algo. Para Lakatos e Marconi (1995, p. 40), o método é:

o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, testando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Observa-se que método é um instrumento ou uma técnica que permite alcançar os objetivos propostos por meio do caminho a ser seguido com maior segurança e rapidez. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 221):

A especificação da metodologia da pesquisa é a que abrange maior número de itens, pois responde, a um só tempo às questões como?, com quê? onde? e quanto? Correspondente aos seguintes componentes: método de abordagem; métodos de procedimentos; técnicas, delimitação do universo e tipo de amostragem.

A pesquisa é “um procedimento formal como método de pensamento reflexivo que requer tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 155). Portanto a pesquisa tem por finalidade buscar respostas que afligem a sociedade ou parte dela, mediante aplicação de métodos científicos.

Para Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa é a atividade central de toda Ciência que possibilita a aproximação e um entendimento do real a investigar. A pesquisa científica é um procedimento que objetiva resolver um problema. Lehfeld (1991 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.31), define pesquisa como sendo “a inquisição, o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade”.

Neste sentido, esta pesquisa quanto a sua abordagem, considerando a extensão dos objetivos específicos elencados, é quantitativa e qualitativa em virtude da dimensão da amostra que tem grande representatividade da população e pode ser quantificável. Os resultados espelham a realidade de toda amostra e, ao mesmo tempo, tem-se dimensões não numéricas ou seja, não podem ser quantificados, porém necessitam de explicações da dinâmica das relações sociais. Alguns pesquisadores defendem o pressuposto de que deve ser aplicado um modelo único de pesquisa para todas as ciências, porém nesta pesquisa têm-se as duas dimensões tanto quantitativa como qualitativa, o que sugere o estudo e análise de ambas.

Quanto a sua natureza, é uma pesquisa aplicada que pretende gerar uma aplicação prática e ou resultados que sugerem soluções aos problemas levantados. Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se em pesquisa explicativa e exploratória. Conforme Gil (1999), as pesquisas explicativas visam identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Por explicar a razão, o porquê dos fatos, este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade. Percebe-se que o estudo explicativo permite ao pesquisador buscar o porquê das respostas com as quais ele se depara, enquanto a pesquisa exploratória envolve levantamentos bibliográficos e procedimentos de amostragem, menciona Gil (1999).

A tipologia desta pesquisa quanto aos procedimentos é um estudo de caso e *survey*, por caracterizar-se pelo estudo concentrado de um único caso, Beuren (2009). Segundo Bruyne, Herman e Schoutheete (1977 apud BEUREN, 2012, p. 84), o estudo de caso:

justifica sua importância por reunir informações numerosas e detalhadas com vista em apreender a totalidade de uma situação. A riqueza das informações detalhadas auxilia num maior conhecimento e numa possível resolução de problemas relacionados ao assunto estudado.

Segundo Gerhardt e Silva (2009), a pesquisa com *survey* busca informações diretamente de um grupo ou amostra de um universo de dados que se quer obter.

A metodologia empregada neste capítulo será pautada em estudos bibliográficos, entrevista aos agricultores familiares, consultas ao banco de dados do IBGE (sistema SIDRA) e EMATER, objetivando mostrar a agricultura familiar, no município de Maripá, a percepção dos estabelecimentos rurais sobre o desenvolvimento rural sustentável, evolução da produção agropecuária familiar e perfil dos usuários do PRONAF.

O fator determinante para a escolha da região do extremo oeste do Paraná, em específico o município de Maripá-Pr., deve-se em função do volume de recursos do PRONAF disponibilizados para a agricultura familiar do município. Na mesma determinante, a escolha do município de Maripá alicerça-se também, pelo avanço gradual, nos últimos dez anos, dos volumes de produtos agropecuários, produzidos e a diversificação da produção agropecuária nos estabelecimentos agrícolas como turismo rural, produção de peixe em tanques escavados, leite, soja, milho, mandioca,

aves e suínos, e como característica fundamental a pequena propriedade rural com alta produtividade.

3.2.1 Caracterização da Microrregião de Estudos

Em meados do ano de 1946, foi fundada a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A com o objetivo de adquirir a Fazenda Britânia¹⁰ (Figura 3.1). Uma vez adquirida a fazenda, iniciou-se sua colonização, em 1951, com rigoroso planejamento fundiário e, quanto ao elemento humano, deveriam ter preferência por aqueles com práticas agropecuárias, derrubadas de mato, plantio de lavouras e familiaridade com a policultura e criação de pequenos animais como aves e suínos. Neste contexto, a preferência recaiu, principalmente para o ideal do agricultor sulista dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Dessa forma, a colonizadora levou os colonos, filhos de imigrantes europeus e, geralmente, de origem italiana e alemã, vindos do sul do Brasil na maioria do Rio Grande do Sul 68,6% e Santa Catarina 16,6%, para a região do Oeste do Paraná com a promessa de que a terra era de ótima qualidade, rica em madeira e onde tudo era possível produzir (SILVA; BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988; NIEDERAUER, 1992).

¹⁰ Área de terras acerca de 43 quilômetros ao longo do rio Paraná, sendo, ao norte, desde a foz do Rio Guaçu, indo ao sul até o rio São Francisco Falso. Da foz de cada um desses rios, partia uma linha reta rumo oeste-leste, com aproximadamente 65 km, que se uniam por outra linha norte-sul, formando assim um retângulo quase perfeito. Finalizado a medição contabilizava-se cerca de 12.000 colônias que somavam 6.876.727,10 metros lineares, as chácaras e os lotes urbanos em torno de 7.098 unidades, (NIEDERAUER, 1992, p. 121-126).

Figura 3.1 - Mapa Original da Fazenda Britânia, no Oeste do Paraná em 1950



Fonte: Niederauer, 1992.

Na fazenda Britânia, foram fundados 28 vilas e seus lotes e chácaras foram vendidos aos colonos a preços acessíveis. Muitos compravam somente chácaras devido à incerteza do sucesso que tinham em relação à colonização. No contexto do planejamento das vilas, conforme relatos de Silva, Bragagnollo e Maciel (1988), surgiu a “Vila Maripá”, no ano de 1952, mas sua fundação oficial deu-se somente, no ano seguinte, em virtude de uma longa temporada de chuvas na região. Em 06 de junho de 1953, foram iniciadas as obras e as primeiras casas de moradia foram concluídas em agosto de 1953, (Figuras 3.2, 3.3 e 3.4).

Figura 3.2 - Fundação da Vila Maripá em 04.06.1953



Fonte: Acervo fotográfico de Claus J. Hildebrandt

Figura 3.3 - Primeiras Casas da Vila Maripá em 08/1953



Fonte: Acervo fotográfico de Claus J. Hildebrandt

Figura 3.4 - Festa inaugural da Vila Maripá em 04.06.1953, hoje Cidade sede do Município de Maripá



Fonte: Niederauer, 1992.

A partir da instalação da Vila Maripá inicia-se a cronologia histórica do que viria a ser, mais tarde, o Município de Maripá, segundo Yurkiv e Ribeiro (2001):

1. A Lei nº 37 de 13 de Março de 1954 cria o distrito administrativo de Maripá, pertencente ao município de Toledo;
2. Pela Lei nº 11 de 20 de abril de 1954 o distrito de Maripá passou a jurisdição do município de Guaíra;
3. Em 03 de março de 1964, pela Lei nº 5.464 o distrito de Maripá passou a fazer parte do município de Palotina;
4. Pela Lei 5.070 de 14 de abril de 1965 o nome de Maripá passa para Vila Maripá;
5. Após duas tentativas de emancipação política e administrativa frustradas, através da Lei nº 9.226 de 17 de abril de 1990, o então governador do estado do Paraná Álvaro Dias, assinou o Decreto de emancipação política e administrativa da Vila Maripá, desmembrado do município de Palotina, que cria o município de Maripá, ato publicado no diário oficial do Paraná em 18 de abril de 1990;

Conforme Ferreira (1996, p. 436 apud YURKIV; RIBEIRO, 2001, p. 102), as origens genealógicas do município de Maripá deram-se:

em 17.04.1990 de Palotina, que, em 27.07.1960, desmembrou-se de Guaíra, que havia se emancipado, em 14.11.1951, de Foz do Iguaçu, que se originou, em 14.03.1914, de Guarapuava, que, por sua vez, em 17.07.1852, havia se desmembrado de Castro, que se emancipou em 24.09.1788 de Curitiba, desmembrado em 29.03.1693, de Paranaguá, que foi criado em 29.07.1648, por carta régia.

Maripá está localizado, na região Oeste do Estado do Paraná e segundo o Iperdes (2014), tem área territorial de 287,047 Km², situando-se a 579,98 Km de distância de Curitiba, capital do estado do Paraná (Figura 3.5).

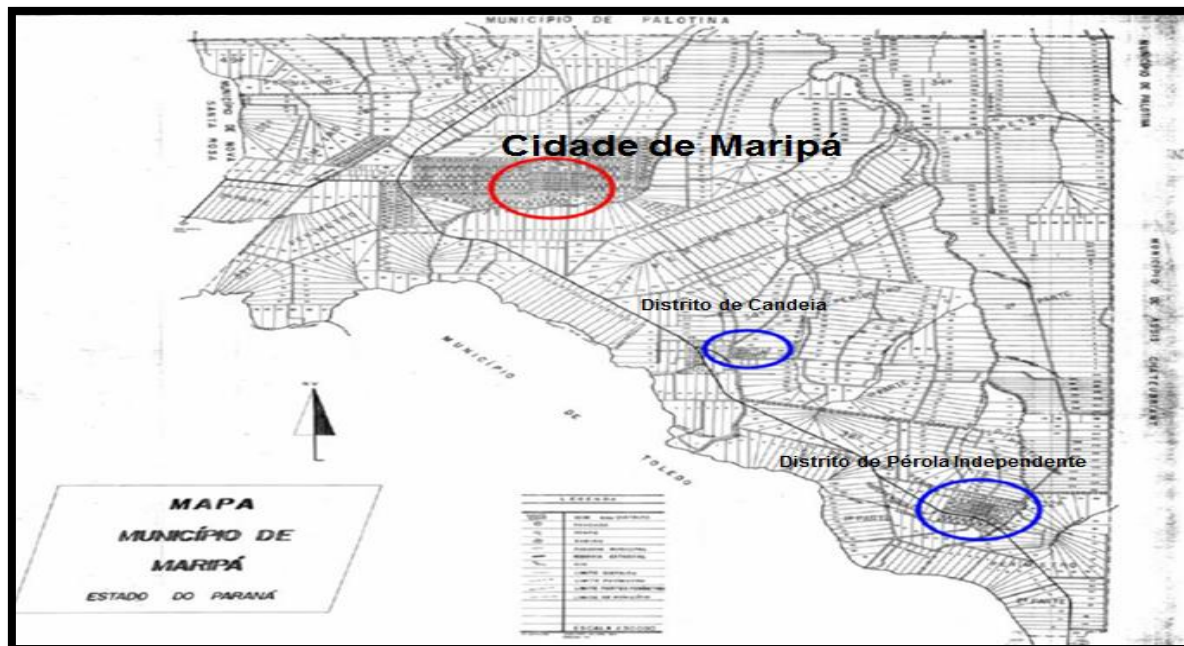
Figura 3.5 - Mapa do Estado Paraná com divisão Regional e Caracterização do Município de Maripá em 2010



Fonte: IBGE Mapas estatísticos Censo 2010, adaptado pelo Autor (2014).

Quanto à divisão administrativa, o município de Maripá (Figura 3.6), possui dois distritos: Candeia e Pérola Independente, pertencendo à comarca de Palotina-PR.

Figura 3.6 - Mapa Geográfico Original do Município de Maripá de Abril de 1990, anexo ao Projeto de Criação do Município



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Maripá, adaptado pelo Autor (2014).

O município de Maripá tem como posição geográfica Latitude 24°25'06''S e Longitude 53°49'48''W e apresenta altitude de 402 metros acima do nível do mar.

Os índices de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e de GINI¹¹ do município de Maripá, segundo o Atlas do Desenvolvimento no Brasil 2013 - PNUD, estão em ascensão desde a criação do Município, sobressaindo-se em relação ao estado do Paraná e Brasil com índice de igualdade de renda acima da média nacional (Índice Gini) e índice de desenvolvimento humano (IDHM) alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), conforme demonstrado na (Tabela 3.1).

¹¹ Índice de GINI foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. Fonte: IPEA.

Tabela 3.1 - Evolução dos Índices IDHM e GINI do Município de Maripá, Paraná e do Brasil em 1999/2000/2010

Local	Índice	Período		
		1991	2000	2010
MARIPÁ	IDHM	0,520	0,704	0,758
	Gini	0,630	0,483	0,425
PARANÁ	IDHM	0,507	0,650	0,749
	Gini	0,600	0,600	0,530
BRASIL	IDHM	0,493	0,612	0,727
	Gini	0,612	0,593	0,527

Fonte: PNUD, Vários períodos, elaborado e adaptado pelo Autor (2014).

Por fim, a micro região da pesquisa tem sua característica econômica centrada na exploração agropecuária e, fundamentalmente, ancorada por pequenas propriedades rurais familiares.

3.2.2 Embasamento Metodológico

Nesta pesquisa, a população é formada por 607 (seiscentos e sete) Estabelecimentos Agropecuários, definidos assim pelo IBGE (2006), com agricultores familiares, estabelecidos, no município de Maripá estado do Paraná. Os dados foram obtidos através do Cadastro de Produtor Rural do Estado do Paraná - CAD/PRO da Prefeitura do Município de Maripá e EMATER unidade do município de Maripá - Paraná. Do universo da população total dos estabelecimentos familiares do município, será entrevistada apenas uma amostra com estimação independente com 90% de certeza e 10% de margem de erro. Para estabelecer o número de Estabelecimentos Agropecuários Familiares que devem fazer parte da pesquisa, foi utilizada a fórmula da **PROPORÇÃO FINITA**, já que a população é conhecida e representada pela fórmula de tamanho da amostra abaixo:

$$n = \frac{Z\alpha/2^2 * p * q * N}{Z\alpha/2^2 * p * q + (N - 1) * E^2}$$

Onde:

n = tamanho da amostra

Z = valor tabelado

N = tamanho da população

E = margem de erro

p = proporção populacional de indivíduos que pertencem à categoria estudada (Desconhecida – Substituir por 0,5).

q = proporção populacional de indivíduos que não pertencem à categoria estudada (Desconhecida – Substituir por 0,5).

$$(q = 1 - p)$$

α = nível de significância

Temos:

- 1 - Grau de segurança da Amostra 90%.
- 2 - Margem de Erro Aceitável 10%.
- 3 - Homogeneidade da população - não conhecida - nesta pesquisa 50% (ou 0,5).
- 4 - Erro amostral 10% (ou 0,10).
- 5 - tamanho da população 1.175 propriedades de agricultura familiar (1 a 4 Módulos fiscais = 72 há. ou 27,75 alqueires).

Os valores de confiança geralmente mais utilizados e os valores de $Z_{\alpha/2}$ correspondentes são:

Grau de Segurança	Valor crítico $Z_{\alpha/2}$
90%	1,645
95%	1,960
99%	2,575

O cálculo do tamanho da amostra dos estabelecimentos que deverão ser entrevistados para a pesquisa, será:

$$n = \frac{(1,645)^2 \times 0,5 \times 0,5 \times 607}{(1,645)^2 \times 0,5 \times 0,5 + (607 - 1) \times (0,10)^2} =$$

$$n = \frac{2,706025 \times 0,5 \times 0,5 \times 607}{(2,706025 \times 0,5 \times 0,5) + (606 \times 0,01)} =$$

$$n = \frac{410,6393}{0,676506 + 6,06} =$$

$$n = \frac{410,6393}{6,7365} = \mathbf{61 \text{ Agricultores}}$$

Da população de 607 estabelecimentos agropecuários familiares conforme proposta de amostragem com 90% de segurança e margem de erro de 10% foram entrevistados 61 (sessenta e um) estabelecimentos com seus agricultores proprietários.

Para a escolha dos 61 (sessenta e um) estabelecimentos, extraídos da população de 607 (seiscentos e sete) agricultores proprietários familiares para entrevista, realizou-se uma seleção aleatória sistemática de geradores congruentes, representada pela seguinte fórmula calculada pelo (Excel 2010):

$$x_{n+1} = (ax_n + c)(\text{mod } m)$$

O número aleatório x_{n+1} é gerado, utilizando-se o número anterior x_n , as constantes a e c , a operação do módulo m e um indivíduo inicial x_0 será o número um da lista do cadastro de agricultores familiares proprietários, obtida através do cadastro CAD - PRÓ, fornecido pela Prefeitura Municipal de Maripá.

O instrumento para a coleta de dados foi uma entrevista estruturada, com roteiro previamente estabelecido, com cada um dos 61 proprietários de estabelecimentos agropecuários familiar, escolhidos aleatoriamente da amostra conforme previsto no anexo I, considerado uma importante técnica disponível para a obtenção de informações nas pesquisas. O roteiro da entrevista pode ser definido como sendo:

a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (GIL, 1999, p. 104).

Também foram utilizadas, como fonte de informações, as visitas às propriedades rurais e depoimentos dos entrevistados.

A análise dos dados teve como objetivo organizar e resumir as informações, obtidas com a pesquisa, de tal forma, que permitiram o fornecimento de respostas aos problemas propostos para a investigação. O processo de análise envolveu alguns procedimentos, tais como: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos. Vale ressaltar que se faz necessário um planejamento minucioso para estabelecer os esquemas básicos de análise (GIL, 1999).

Os dados quantitativos foram analisados tomando-se por base os passos que se observa, geralmente, em grande parte das pesquisas ou seja, estabelecimento de categorias, codificação e tabulação e análise estatística de dados. Silva (2003 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009), cita três tipos básicos de análise estatística de dados com relação à natureza do processo de mensuração: a) Escala nominal ou classificadora: utilizado principalmente para classificar objetos e pessoas e quando da sua identificação são utilizados números ou símbolos; b) Escala ordinal ou escala por postos (de ordem): análise utilizada para classificar dados em categorias de acordo com categorias preestabelecidas; c) Escala intervalar (de intervalos): geralmente utilizado quando existe uma escala ordinal definida por parâmetro entre números.

Ainda segundo Gerhardt e Silveira (2009), a análise de dados pode ser classificada em análise univariada que se destina para estudar a seriação de apenas uma variável, análise bivariada quando se tem por base duas variáveis, e, análise multivariada quando se têm, por base, várias variáveis. Para desenvolver os testes estatísticos numa escala nominal, com tendência de definição de equivalência, podem ser utilizadas formas de Percentagem, Correlação de Contingências, Frequência, Qui Quadrado, dentre outros. Nos testes numa escala ordinal, com tendência de definição de equivalência maior do que, as ferramentas para desenvolvê-los poderão ser as mesmas da escala nominal e ainda o Coeficiente de Correlação de Postos de *Spearman*, Correlação de Postos, Correlação tau de Kendal, Mediana, Percentis, Desvio Quartílico, dentre outros. Por último nos testes de escala intervalar, com tendência de definição de equivalência maior do que (razão conhecida de dois intervalos quaisquer), para apurar os testes estatísticos podem ser utilizados os mesmos da escala nominal, escala ordinal e ainda, Média, Desvio-Padrão, Média Aritmética, Amplitude Total, Variância, Intervalo, entre outros, aplicáveis sempre àqueles que melhor convêm em cada caso.

A análise dos dados foi efetuada com a utilização do sistema *Statistical Package For Social Sciences* (SPSS), pacote estatístico para as ciências sociais, por se tratar de uma ferramenta que utiliza técnicas estatísticas básicas, avançadas e de reconhecimento internacional e as ferramentas de análise de dados estatísticos do Excel.

O material qualitativo da pesquisa foi efetuado através da análise do conteúdo, iniciando pela análise da leitura do conteúdo das falas, obtidas pela entrevista. As modalidades de análise, utilizadas, foram: análise temática que pela sua simplicidade é a mais apropriada para as investigações qualitativas, análise de relações e análise de expressão.

As entrevistas foram realizadas em toda a extensão, do município de Maripá, Distritos e Linhas, no período de maio de 2014 a outubro de 2014. Oportuno ressaltar que muitas entrevistas estenderam-se por períodos superiores há 4 horas. Dos 59 estabelecimentos, efetivamente entrevistados, obtiveram-se dados suplementares extras em 21 deles.

3.3 ORIGEM E EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ

A agricultura familiar, no município de Maripá, destaca-se por sua origem alicerçada no modelo fundiário que a Companhia Maripá planejou para a colonização da Fazenda Britânia que tinha cinco premissas fundamentais e vitais: o elemento humano, estrutura fundiária, sistema de cultura agrícola, escoamento da produção e industrialização (NIEDERAUER, 1992). Em termos gerais, segundo Silva, Bragagnollo e Maciel (1988), o planejamento consistia no “campo” em unidades fundiárias de “colônias¹²”, o “subúrbio” em “chácaras”¹³ rurais com vistas para produção de hortifrutigranjeiros e os núcleos habitacionais (vilas e cidades) divididas em quarteirões (quadras), medindo 100 metros x 100 metros) e, por sua vez o quarteirão em 12 lotes urbanos (10 lotes com 800 m² e 2 lotes com 1.000 m²), ruas e estradas.

Consolidado o modelo fundiário, a Maripá estabeleceu o plano relacionado ao elemento humano que seria ideal para o desbravamento da fazenda Britânia e neste plano estabeleceu-se, segundo Silva, Bragagnollo e Maciel (1988):

- a) povoar densamente a fazenda com agricultores mais adaptáveis à região;
- b) mão-de-obra esmerada, dedicada aos mesmos produtos e aclimatada às mesmas condições físicas de determinado ambiente;

¹² Uma área aproximada de 10 alqueires paulistas, 24,2 Hectares ou 242.000 m².

¹³ Uma área aproximada de 2,5 Hectares ou 25.000 m².

- c) não propagar ruidosamente a necessidade de gente, a fim de não atrair elementos aventureiros;
- d) dar preferência ao agricultor nacional.
- e) trazer o colono do sul, mais experiente em criação de suínos, fabricação de manteiga e queijo, cultivo de feijão, milho, batatas, trigo, fumo, arroz e outras;
- f) buscar os agricultores mais aconselháveis no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, descendentes de italianos e alemães, que já tinham mais de cem anos de aclimação no Brasil;
- g) recrutar os agricultores através de agentes radicados nas regiões agrícolas de seus Estados;
- h) só mais tarde receber o agricultor do Norte do Estado, afeito ao cultivo do café e do algodão.

Sobre a política de vendas das terras da Fazenda Britânia, Niederauer (1992), menciona que Willy Barth determinou a venda de apenas uma colônia a cada comprador, não havendo restrições quanto à quantidades de chácaras e lotes urbanos. Caso o comprador tivesse filhos, poderia comprar uma colônia a mais para cada filho, condição essa para evitar, em primeiro lugar, a formação de grandes latifúndios e, em segundo, que os filhos não precisassem mais tarde procurar outros horizontes em terras distantes.

Vários autores mencionam que os pequenos proprietários rurais sulistas¹⁴, principalmente os europeus, já tinham larga experiência na agricultura do tipo familiar, adquirida de seus antepassados imigrantes. Na mesma direção, Gregory (2002), descreve que os colonizadores, do oeste do Paraná, optaram pela pequena propriedade familiar, privilegiando os colonos descendentes de europeus, de origem alemã e italiana, imigrantes do século XIX de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Uma vez estabelecida a estrutura fundiária, sistema de cultura agrícola, fator econômico e humano e, sobretudo, visando firmemente à agricultura familiar, iniciou-se a venda de terras da fazenda Britânia aos sulistas. Neste contexto, segundo relatos dos pioneiros, Alfredo Schultz (80 anos) e Dorival Moreira (72 anos), em 1951/2, chegaram os primeiros colonos gaúchos do Rio Grande do Sul para o núcleo de vila Maripá (hoje município de Maripá), pioneiros, Willy Klein, Max Brendler, Rudolfo Brendler, Fernando Schanoski, Silvino Schmidt e outros, nesta

¹⁴ Agricultores procedentes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, geralmente de origem italiana ou alemã, (SILVA; BRAGAGNOLLI; MACIEL, 1988, p. 91).

ordem e, em junho de 1952, o corretor de terras Helmuth Lohmann¹⁵ trouxe os seguintes colonos de Santa Catarina: Paulo Wagner, Julius Francisco Schultz, Alfredo Weis, Leopoldo Wagner, Gustavo Bauer, Alberto Zilz e outros, nessa ordem.

A vinda desses pioneiros, agricultores familiares para Maripá, que serviam, também, de propagandistas das terras, motivou outros agricultores de suas cidades de origem para fazer parte do desbravamento, iniciando o ciclo de desenvolvimento rural e urbano do que hoje é o município de Maripá.

Nos primeiros anos da colonização, cada família que vinha para vila Maripá, inclusive os pioneiros, traziam não só com suas mudanças as sementes, aves, vacas, suínos, animais domésticos e demais apetrechos como também as ferramentas, máquinas e motores para o preparo e plantio de terras e fino e ilibado conhecimento com a lida agrícola. Nesta época pioneira, uns ajudavam os outros, principalmente nas derrubadas, construções de casas, plantios e colheitas, o que configurava a cooperação, ajuda mútua, respaldada, principalmente na fé cristã, e nos princípios de retidão e honestidade (relatos dos pioneiros: Alfredo Schultz e Dorival Moreira).

O avanço da produção agrícola, em Maripá, foi lento até, os meados de 1963, caracterizado pela agricultura de subsistência. Os cultivos eram feitos manualmente e em pequenos pedaços de terra, o preparo do solo era efetuado com arados puxados por animais, enxada, cultivava-se milho, mandioca, batatinha, trigo, abóbora, moranga e criavam-se suínos, gado para leite e de corte, aves, entre outros.

A partir de 1964, iniciou-se o ciclo da menta (hortelã), em todo o município de Maripá, cultivo propício pelas terras férteis que prometia altos lucros. Porém o cultivo dessa espécie não era familiar aos sulistas, que começaram a arrendar suas terras aos nortistas¹⁶. O ciclo da menta perdurou, até o início do período de destoca das terras (1968-1980), iniciando, a partir daí, a revolução agrícola, promovida pelo governo (Brasil novo), financiamentos para destoca e aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas com juros subsidiados, visando, principalmente, o plantio e

¹⁵ Helmuth Lohmann era corretor de imóveis e vendia terras da Companhia Maripá (Fazenda Britânia) nas cidades de Jaraguá do Sul, Schroeder, Massaranduba, Blumenau, Joinville, Pomerode, entre outras, em Santa Catarina, relato dos pioneiros: Alfredo Schultz e Dorival Moreira.

¹⁶ Agricultores especializados no cultivo da menta vinda da região Norte e Nordeste do Paraná, relato dos pioneiros: Alfredo Schultz e Dorival Moreira.

colheitas mecanizadas de milho, soja e trigo. Após esse período, até o fim dos anos de 90, a agricultura familiar começou ganhar força com a diversificação na produção agropecuária e além do tripé milho, soja e trigo, surgiram o cultivo da mandioca comercial, sorgo, feijão entre outras, e na pecuária o frango, suínos e leite.

No início da década de 90, começou uma preocupação crucial no meio rural com a questão ambiental, que se tornou nítida nos aspectos da erosão dos solos, desmatamento radical, assoreamento de rios, córregos e minas. Iniciou-se, então, o plano de preservação ambiental, no meio rural, como curvas de nível, adequação de estradas rurais, matas ciliares e plantio de árvores.

Em abril de 1994, com a emancipação política e administrativa da Vila Maripá do município de Palotina, foi criado o Município de Maripá. Com aspirações pujantes, Maripá predominantemente ancorada pela agricultura familiar, pôs em prática o anseio do povo, criando o codinome de Maripá como sendo a “Cidade das Orquídeas e do Peixe”. Também começou o “Arrancadão de Tratores” junto com outras festas típicas com raízes, advindas dos pioneiros. A partir dos anos 2000, a agricultura familiar, do município de Maripá, anualmente incrementou novas formas e modalidades sob a ótica da agricultura sustentável, desenvolvendo a produção de peixes em tanques escavados, turismo rural, orquídeas, passeios ecológicos, preservação ambiental permanente dentre outras iniciativas.

O censo agropecuário do IBGE, de 2006, aponta que dos 774 estabelecimentos agropecuários existentes, no município de Maripá, 607 eram de agricultura familiar, ou seja, 78,42% e, segundo dados da EMATER – Maripá, dos 1277 agricultores do município, em 2012, 1175 eram agricultores familiares, ou seja, 92,01%. Também a política de vendas de terras da companhia Maripá, idealizada por Willy Barth, de vender uma colônia por comprador (24,2 hectares) e mais uma para cada filho, foi fundamental para a estruturação da agricultura familiar no município de Maripá, que perdura até os dias de hoje. O tamanho médio unitário dos 59 estabelecimentos agropecuários, que fizeram parte da pesquisa, é de 25,48 hectares, o maior com 71,4 hectares e o menor 2,5 hectares. Portanto mantém-se o objetivo inicial do projeto de colonização, pequenas propriedades familiares sem formar grandes latifúndios.

3.4 PERCEPÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS FAMILIARES SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ

Gliessman (2002), afirma que a palavra sustentabilidade significa coisas diferentes para pessoas diferentes. Porém existe o consenso que tem uma base ecológica e, de um modo geral, a sustentabilidade é uma versão do conceito de “rendimento sustentado” ou seja, a condição ou a capacidade de colher certa biomassa perene em um sistema que tem a capacidade de se renovar ou a sua renovação não é colocada em risco. Ainda segundo Gliessman (2002, p. 13), com base nos conhecimentos atuais, pode-se sugerir que a agricultura sustentável deve pelo menos:

- 1 - ter o menor impacto negativo possível sobre o meio ambiente, e não liberar substâncias tóxicas ou nocivas para a atmosfera e superfície ou subterrâneas;
- 2 - preservar e reconstruir a fertilidade do solo, evitar a erosão e manter a saúde ecológica do solo;
- 3 – usar a água de uma forma que permite a recarga de aquíferos e sua utilização pela população humana e de outros elementos do ecossistema;
- 4 – fazer uso dos recursos dentro do agroecossistema, incluindo as comunidades próximas, substituindo insumos externos com melhor ciclagem de nutrientes, conservação adequada e conhecimento ecológico global;
- 5 – valorização e conservação da biodiversidade, tanto paisagens selvagens e domesticados;
- 6 – garantir o acesso equitativo às práticas agrícolas adequadas, conhecimento e tecnologia, bem como permitindo o controle local dos recursos agrícolas. (tradução nossa)

Para avaliar um sistema de sustentabilidade não basta apenas avaliar um indicador ou indicadores que mencionam apenas parte de um sistema. Portanto, para afirmar a sustentabilidade é necessário avaliar um complexo de fatores sob os aspectos econômicos, sociais, ambientais, dentre outros (MARZALL; ALMEIDA, 2000). Sachs (2008) sugere em sua análise desde Aristóteles até o desenvolvimento sustentável, que outra forma de compreender o desenvolvimento, seria em termos da apropriação dos elementos das três gerações de direitos humanos: a primeira nos direitos políticos, civis e cívicos; a segunda nos econômicos, sociais e culturais; e a terceira nos direitos coletivos ao meio ambiente.

Segundo Gomes (2004), para a efetivação da agricultura sustentável são necessários cultivos diversificados, redução de subsídios das políticas públicas,

principalmente as agressivas que tem impactos maléficos ao meio ambiente e direcionamento de incentivos para uso de insumos não predatórios.

A maioria das pesquisas e obras, direcionadas ao contexto da sustentabilidade, sugerem ampla gama de critérios e ou dimensões para serem verificados para se obter uma visão do quanto pode um sistema ser insustentável. O critério mais empregado é sua verificação através de indicadores representativos, em cada uma das dimensões, conforme estudado no item 2.4.1 do capítulo 1 desta pesquisa.

No sentido de obter-se a percepção e relevância dos estabelecimentos rurais familiares, no município de Maripá, sobre o desenvolvimento rural sustentável, elaborou-se uma entrevista, estruturada com questões específicas sobre a preservação ambiental, licenças ambientais na propriedade, importância das dimensões de sustentabilidade, indicadores de sustentabilidade nas dimensões sociais, econômicas, ambientais, culturais e, política institucional.

Na questão ambiental, objetivou-se saber se a propriedade familiar possui: a) SISLEG¹⁷ devidamente averbado; b) Preservação permanente; c) Reserva legal; Preservação de solos (curvas de nível, base larga e outros), e; d) Local autorizado para dejetos de animais: Sobre a questão obteve-se os seguintes resultados (Tabela 3.2):

Tabela 3.2 - Preservação Ambiental nos Estabelecimentos Rurais Familiares, no Município de Maripá, em Agosto/Setembro de /2014

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NOS ESTABELECEMENTOS RURAIS FAMILIARES					
SISLEG devidamente averbada	Preservação Permanente	Reserva Legal	Preservação de solos	Local autorizado para dejetos de animais	Depósito para lixo agrícola
23,7%	86,4%	71,2%	93,2%	32,2%	64,4%

Fonte: Resultado dos dados da pesquisa obtidos através de entrevista com os proprietários dos estabelecimentos rurais no município de Maripá, elaborado pelo autor (2014).

Os resultados apontaram que 23,7% dos estabelecimentos rurais familiares entrevistados, possuem, em suas propriedades, SISLEG devidamente averbados

¹⁷ SISLEG - Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente, institucionalizado através do Decreto Estadual 387/99, estabelecendo um sistema estadual de implantação de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal previstas no Art. 16 da Lei Federal 4771/65 (Código Florestal), revogado pelo artigo 5º do Decreto Estadual nº 8.680 de 06 de Agosto de 2013 e institucionalizando no estado do Paraná o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado do Paraná SICAR - PR.

nos registros oficiais (registro de imóveis) e que 86,4% possuem área de preservação permanente, 71,2% possuem área de reserva legal, 93,2 % possuem preservação dos solos, 32,2% possuem local autorizado para depositar os dejetos de animais e, 64,4% afirmam possuir depósito para lixo agrícola. O agricultor familiar (a) foi enfático ao afirmar que (“são necessárias leis mais duras e pesadas sobre a conservação do solo e manutenção da lavoura em geral” e que “cada agricultor deve ter sua reposição florestal e conservação de nascentes como obrigação mínima com a natureza”) ¹⁸.

Quanto às licenças ambientais, objetivou-se saber dos estabelecimentos rurais familiares quais licenças ambientais possuem independente de exercer as atividades de seu objeto e os resultados apontaram para a situação demonstrada na (Tabela 3.3):

Tabela 3.3 - Licenças Ambientais que os Estabelecimentos Rurais Familiares, do Município de Maripá, possuíam em Agosto/Setembro de 2014

LICENÇAS AMBIENTAIS NOS ESTABELECEMENTOS RURAIS FAMILIARES						
Licença de operação para atividade Suína	Licença de operação para atividade Aves	Licença de operação para Piscicultura	Licença de operação para atividade Bovina e leiteira	Outorga para uso de águas superficiais	Outorga de uso de águas subterrâneas	Outras
5,2%	5,2%	20,7%	12,1%	10,3%	19,0%	6,3%

Fonte: Resultado da pesquisa, obtido através de entrevista com os proprietários dos estabelecimentos rurais no município de Maripá, elaborado pelo autor (2014).

O resultado das entrevistas apontou que 5,2% possuem licença para a atividade suína, 5,2% para atividade de aves (frango), 20,7 para a atividade de piscicultura em tanques escavados, 12,1% para atividade leiteira e bovina, 10,3% possuem outorga para uso de águas superficiais, 19,0% outorga para uso de águas subterrâneas e 6,3% afirmaram possuir outras licenças. O entrevistado, agricultor familiar (b), afirma que “as licenças ambientais são fundamentais para um sistema de produção sustentável (menor poluição, menos agressão ao meio ambiente, preservação, manejo adequado, entre outras), porém há muita burocracia nos órgãos governamentais para se obter essas licenças” ¹⁹.

Noutro ponto da entrevista procurou-se saber dos estabelecimentos rurais familiares a importância das dimensões de sustentabilidade, direcionada para as

¹⁸ Depoimento a entrevista concedida por (a). **Entrevista 49**. [set.2014]: Entrevistador: Claudio Schultz. Maripá, 2014. O teor do conteúdo encontra-se no final do Roteiro da Entrevista.

¹⁹ Depoimento a entrevista concedida por (b). **Entrevista 46**. [set.2014]: Entrevistador: Claudio Schultz. Maripá, 2014. O teor do conteúdo encontra-se no final do Roteiro da Entrevista.

dimensões econômica, ambiental, cultural e social. As respostas evidenciaram o seguinte resultado (Tabela 3.4):

Tabela 3.4 - Importância das dimensões de sustentabilidade Econômica, Ambiental, Cultural e Sociais, para os Estabelecimentos Rurais Familiares, no Município de Maripá, em Agosto/Setembro de 2014

IMPORTANCIA DAS DIMENÇÕES DE SUSTENTABILIDADE				
Grau de Importância	Econômica	Ambiental	Cultural	Social
Não é Importante	0,0%	0,0%	1,9%	0,0%
Pouco Importante	3,8%	7,7%	9,6%	9,6%
Muito Importante	13,5%	28,8%	50,0%	40,4%
Indispensável	82,7%	63,5%	38,5%	50,0%

Fonte: Dados da pesquisa, obtidos através de entrevista efetuada com os proprietários dos estabelecimentos rurais, no município de Maripá, elaborado pelo autor (2014).

No contexto das dimensões de sustentabilidade, a econômica tem quase consenso dos entrevistados quanto a sua importância indispensável para a agricultura familiar com 82,7% dos entrevistados, seguido pela ambiental com 63,5, social com 50,0% e cultural 38%.

Para obtenção da opinião dos estabelecimentos agropecuários familiares do município de Maripá, sobre a sustentabilidade, no meio rural, estabeleceram-se vários indicadores nas dimensões sociais, econômicas, ambientais, culturais e de política institucional, relacionadas no (Quadro 3.1), selecionadas a partir de pesquisas e estudos de Deponti (2001), Bellen (2002), Zampieri (2003), Sachs (2008, 2009), Damasceno, Khan e Lima (2011), Silva et al. (2012), Dall Sóglio (2009), Queiróz (2012), Carvalho, Carvalho e Lira (2013), entre outros.

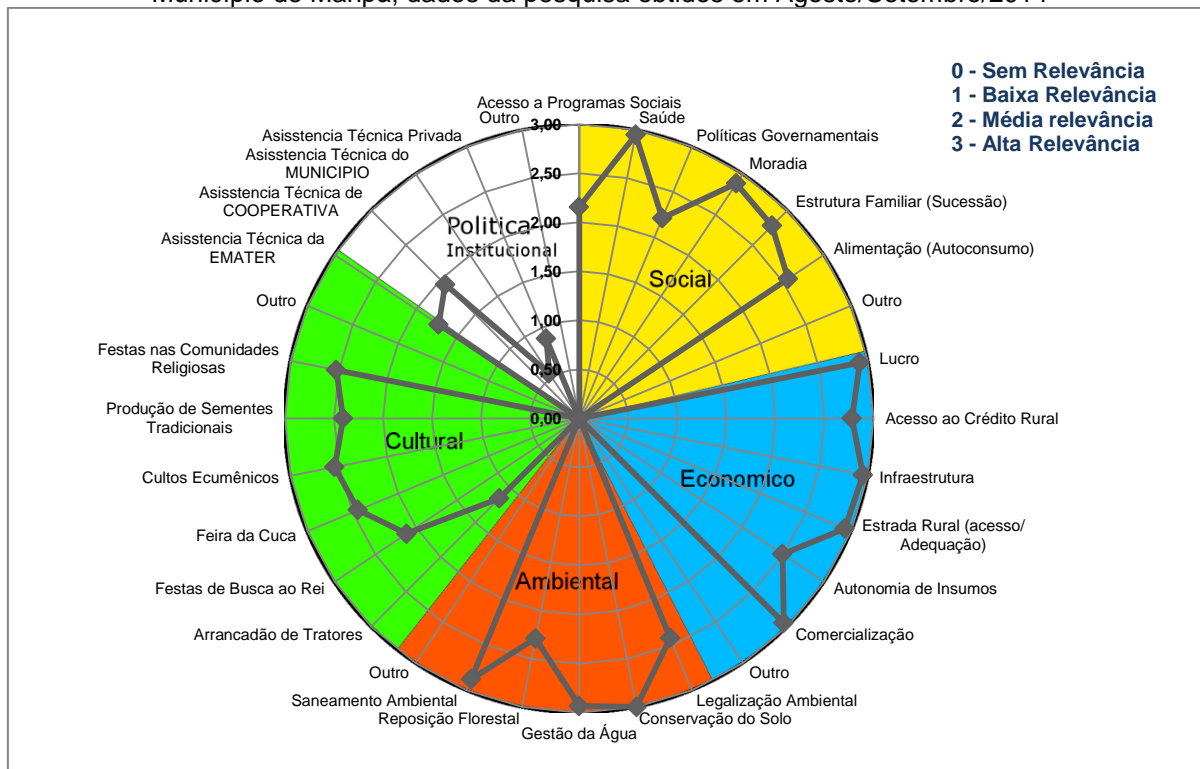
Quadro 3.1 - Dimensões de sustentabilidade e indicadores selecionados nas pesquisas

		DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE				
		SOCIAIS	ECONÔMICOS	AMBIENTAIS	CULTURAIS	POLÍTICA INSTITUCIONAL
INDICADORES	Acesso a Programas Sociais	Lucro	Legalização Ambiental	Festa das Orquídeas e do Peixe	Assistência Técnica da EMATER	
	Saúde	Acesso ao Crédito Rural	Conservação do Solo	Arrancadão de Tratores	Assistência Técnica de Cooperativa	
	Políticas Governamentais	Infraestrutura	Gestão da Água	Festas de Busca ao Rei	Assistência Técnica do Município	
	Moradia	Estrada Rural (Acesso/Adequação)	Reposição Florestal	Feira de Cuca	Assistência Técnica de Empresa Privada	
	Estrutura Familiar (Sucessão)	Autonomia de Insumos	Saneamento Ambiental (Lixo/Dejetos)	Cultos Ecumênicos	Outras Assistências	
	Alimentação (Autoconsumo)	Comercialização	Outros	Produção de Sementes Tradicionais		
	Outros	Outros		Festas nas Comunidades Religiosas		
				Outros		

Fonte: Dimensões e Indicadores com base nas pesquisas de: Deponti (2001), Bellen (2002), Zampieri (2003), Sachs (2008 e 2009), Damasceno, Khan e Lima (2011), Silva ET al .(2012), Dall Sóglio (2009), Queiróz (2012) e Carvalho, Carvalho e Lira (2013), adaptado pelo autor (2014).

Para identificar a concepção dos estabelecimentos rurais familiares sobre o desenvolvimento rural sustentável, buscou-se obter dos líderes (proprietários, arrendatários, posseiros e outros tipos de posse) o entendimento de seu grau de relevância dentro dos indicadores sociais, econômicos, ambientais, culturais e de política institucional, estruturado na (Figura 3.7).

Figura 3.7 - Relevância dos Indicadores nas dimensões Sociais, Econômica, Ambiental, Cultural e Politico Institucional para os proprietários dos Estabelecimentos Rurais Agropecuários do Município de Maripá, dados da pesquisa obtidos em Agosto/Setembro/2014



Fonte: Dados da Pesquisa, obtidos através de entrevista efetuada com os proprietários dos Estabelecimentos Rurais, no município de Maripá, elaborado pelo autor (2014).

O resultado mostrou que os proprietários dos estabelecimentos rurais familiares consideram de “baixa relevância” o indicador de assistência técnica privada, assistência técnica do município na dimensão da política institucional e arrancadão de tratores na dimensão Cultural. De “média relevância” os indicadores “acesso a programas sociais e políticas governamentais” na dimensão social; o indicador “autonomia de insumos” na dimensão econômica; os indicadores “legalização ambiental e reposição florestal” na dimensão ambiental; o indicador “festas de busca ao rei” na dimensão cultural e os indicadores “assistência técnica da EMATER” e “assistência técnica de Cooperativas” na dimensão política institucional. De “alta relevância” os indicadores “saúde”, “moradia”, “estrutura familiar (sucessão)” e “alimentação (autoconsumo)” na dimensão social; os indicadores “lucro”, “acesso ao crédito rural”, “infraestrutura”, “estrada rural (acesso e adequação)”, “autonomia de insumos” e “comercialização” na dimensão econômica; os indicadores “conservação do solo”, “gestão da água” e “saneamento ambiental” na dimensão ambiental; os indicadores “feira de cuca”, “cultos ecumênicos”,

“produção de sementes tradicionais” e “festas nas comunidades religiosas” na dimensão cultural.

Os resultados da pesquisa, representados pela Figura 3.7, mostram a importância da sustentabilidade para os agricultores dos estabelecimentos rurais familiares, o que permite concluir que os indicadores Sociais (saúde, moradia, estrutura familiar e alimentação), são prioritários e vitais para a continuidade do agricultor familiar no meio rural. No entanto para o agricultor (c) “é preciso melhorar as políticas governamentais do município para a agricultura familiar e, principalmente, manter os programas de governo após governo, pois o que uma gestão faz ou implanta a outra modifica e, muitas vezes, abandona”²⁰. No mesmo sentido, os indicadores Econômicos (lucro, acesso ao crédito rural, estrada rural, autonomia de insumos) são instrumentos sem os quais a agricultura familiar não teria meios de sobreviver. Para o entrevistado (d) “a autossuficiência do agricultor familiar é muito importante e fundamental para sua sobrevivência no campo”, porém “técnicar demais significa custos altos e os agricultores vão à falência”, já “a união entre três e quatro agricultores, para cultivar a lavoura e compartilhar equipamentos, é sinônimo de lucro certo e coletivo”²¹. Os indicadores Ambientais (saneamento ambiental, gestão da água e conservação dos solos) são as grandes preocupações do agricultor familiar, porém há uma mediana resistência quanto à (reposição florestal e legalização ambiental). Para o agricultor (e) “o governo deveria pagar uma renda aos agricultores que mantêm 20% de reserva legal como forma de indenizar, visto que o governo paga tantos benefícios sociais para a população”²². No aspecto cultural (festas de busca do Rei, feira da cuca, cultos ecumênicos, festas nas comunidades religiosas e produção de sementes tradicionais), a pesquisa demonstrou a manutenção das raízes e tradições dos antepassados sulistas de origem ítalo-alemão e nortista. Quanto à produção de sementes tradicionais, o agricultor (f) afirma: “mesmo na eminência de ser denunciado, uso há quatro anos sementes de soja e milho caseiro, produzido e guardado da forma como meu pai e

²⁰ Depoimento a entrevista concedida por (c). **Entrevista 12**. [ago.2014]: Entrevistador: Claudio Schultz. Maripá, 2014. O teor do conteúdo encontra-se no final do Roteiro da Entrevista.

²¹ Depoimento a entrevista concedida por (d). **Entrevista 50**. [set.2014]: Entrevistador: Claudio Schultz. Maripá, 2014. O teor do conteúdo encontra-se no final do Roteiro da Entrevista.

²² Depoimento à entrevista concedida por (e). **Entrevista 39**. [set.2014]: Entrevistador: Claudio Schultz. Maripá, 2014. O teor do conteúdo encontra-se no final do Roteiro da Entrevista.

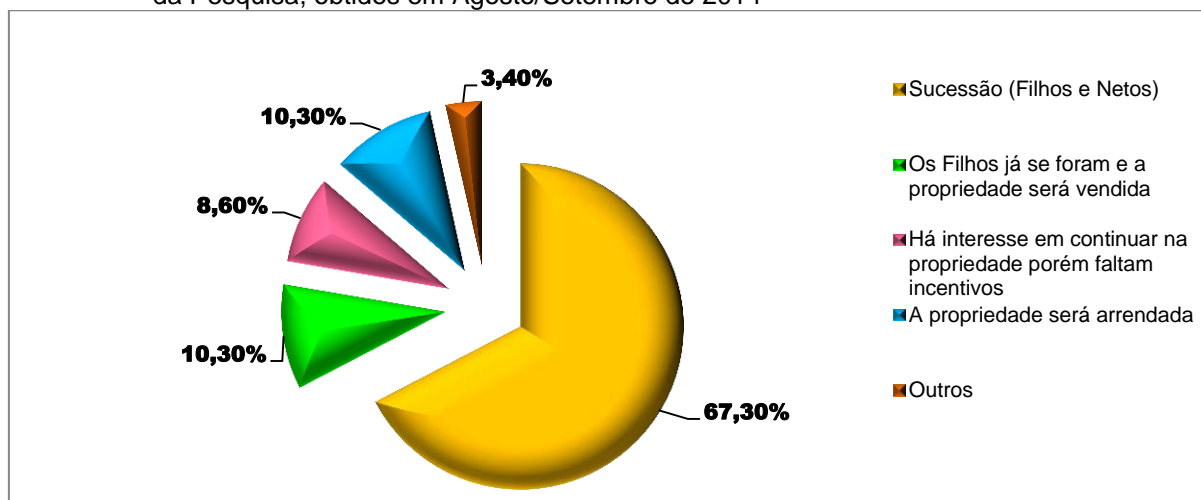
avô faziam. Por isso, não uso financiamentos agrícola, mas utilizo somente recursos próprios e, com certeza, esta sobrando muito mais, está bom demais assim até me proibirem, mas acho que um dia vão liberar²³. Já para o agricultor familiar (g):

é necessário apoio e incentivo para produção de sementes tradicionais, porém quando a produzimos sempre tem o interesse e intervenção de empresas que proíbem o plantio dessas sementes, e, muitas vezes aplicam multas, mas isso acontece por interesses coletivos de empresas Multinacionais, Cooperativas Agropecuárias e também de Órgãos Governamentais, que fazem parte desse todo²⁴.

E, por último, na dimensão da política institucional de assistência técnica (ATER), (assistência técnica da EMATER e assistência técnica de cooperativas) são as mais relevantes e utilizadas, enquanto que as do município e de empresas privadas não obtiveram expressão de importância nesta pesquisa com os agricultores familiares.

A continuidade das pequenas propriedades rurais familiares também é um indicativo da sustentabilidade rural, perpetuado pela disposição dos proprietários destes estabelecimentos para que os filhos e netos continuem na propriedade conforme demonstrado no resultado da Figura 3.8.

Figura 3.8 - Perspectivas quanto à Sucessão na Propriedade Familiar, no município de Maripá, dados da Pesquisa, obtidos em Agosto/Setembro de 2014



Fonte: Dados da Pesquisa, obtidos através de entrevista efetuada com os proprietários dos Estabelecimentos Rurais, no município de Maripá, elaborado pelo autor (2014).

²³ Depoimento à entrevista concedida por (f). **Entrevista 37**. [set.2014]: Entrevistador: Claudio Schultz. Maripá, 2014. O teor do conteúdo encontra-se no final do Roteiro da Entrevista.

²⁴ Depoimento à entrevista concedida por (g). **Entrevista 21**. [ago.2014]: Entrevistador: Claudio Schultz. Maripá, 2014. O teor do conteúdo encontra-se no final do Roteiro da Entrevista.

Pelos resultados da pesquisa, constata-se que para 67,3% dos entrevistados, a propriedade familiar será gerida e administrada pelos filhos e netos; 10,3% afirmaram que os filhos já saíram de casa e a propriedade será vendida; para 8,6% há interesse em continuar na propriedade, mas faltam incentivos; 10,3% afirmaram que a propriedade será arrendada e 3,4% não sabe o que vai acontecer. Infere-se do resultado que somente uma pequena parcela dos proprietários, 10,3% dos estabelecimentos, afirmaram em vender a propriedade, o que indica a continuidade da agricultura familiar plena no Município de Maripá.

3.5 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ

A produção agropecuária²⁵ iniciou com a vinda dos primeiros sulistas, por ocasião da fundação da Vila Maripá pela empresa colonizadora da fazenda Britânia, Companhia Madeireira Rio Paraná S/A – MARIPÁ, em meados de 1953 para a região onde hoje é o município de Maripá. Nesta época, segundo relato de pioneiros, a produção agropecuária era de subsistência e praticava-se muito o sistema coletivista, o que uns produziam era trocado pelo que outros cultivavam, produziam ou fabricavam. Com sementes e animais, trazidos pelos pioneiros de seus estados de origem, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, iniciou-se o cultivo da mandioca, batata, abóbora, milho, soja, arroz, trigo, aveia, café e também frutas, verduras (entre outras) e a criação de aves, suínos e bovinos para carne e leite. A agricultura de subsistência perdurou, no município, até os meados de 1969. Durante este período iniciou-se também o ciclo da hortelã (menta), em 1963, que na época tinha um excepcional valor comercial, uma vez que o óleo desta espécie era exportado para o Japão, ciclo produtivo não mencionado por muitos historiadores.

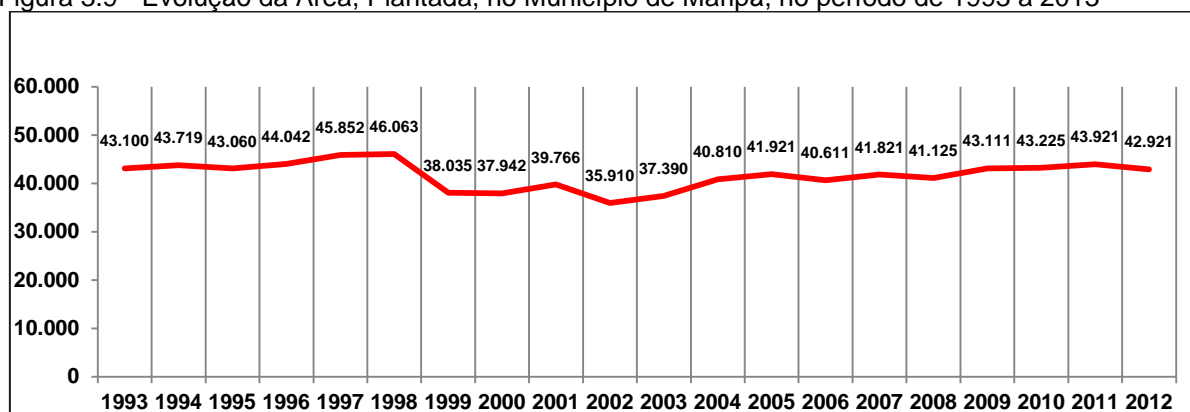
A agricultura manual alcançava somente o preparo de pequenos pedaços de terra com ferramentas mecânicas, arado puxado com tração animal (boi ou cavalo) e colheitas também de forma manual, voltada principalmente para a subsistência. A partir de 1968, período conhecido pela propaganda do Brasil novo, iniciou-se o ciclo

²⁵ A Agropecuária abrange o conjunto das atividades da Agricultura (cultura de espécimes vegetais, destinado para alimentação humana ou não) e Pecuária (criação de animais – bovinos, suínos, caprinos, galináceos, peixes, entre outros).

da destoca e derrubada da mata com máquinas pesadas e, conseqüentemente, a mecanização agrícola a partir de 1972.

Com o início da agricultura mecanizada, no município de Maripá, houve um avanço de forma mais acentuada no cultivo da soja, milho e trigo, evoluindo no decorrer dos tempos na diversificação da agropecuária para suínos, aves, produção de leite, peixe em tanques escavados, orquídeas, turismo rural e muitas outras atividades em menor escala. O período de derrubada da mata e desenvolvimento para o modelo atual, deu-se, nas décadas de 70 e 80, período no qual desmatou-se até o limite máximo permitido. A partir da década de 90, o total da área plantada não evoluiu, ao contrário, diminuiu no período de 1993 a 2012, o que se pode observar na Figura 3.9.

Figura 3.9 - Evolução da Área, Plantada, no Município de Maripá, no período de 1993 a 2013

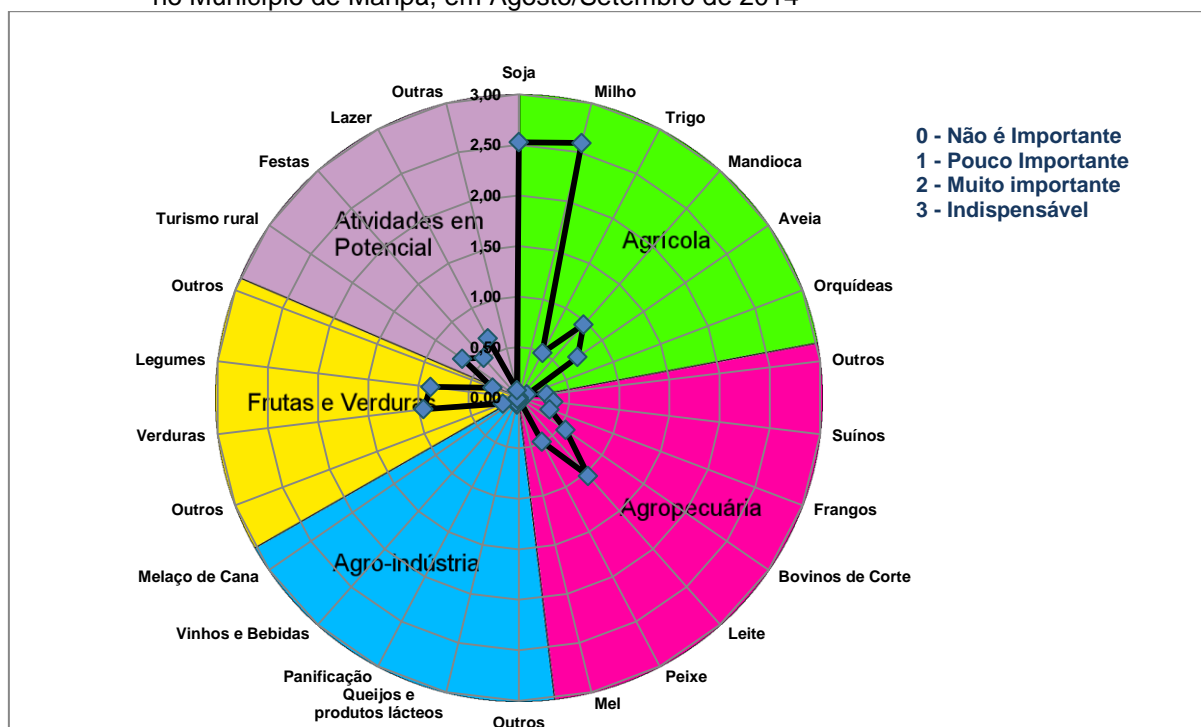


Fonte: IBGE – Banco de Dados Agregados, obtido em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/>>. Elaborado pelo autor

Observou-se uma pequena oscilação do total da área plantada em hectares, no município, durante o período da análise 1993-2012, o que indica que se chegou à área limite para novas explorações adicionais.

A diversificação na agropecuária, no município, evoluiu de forma acentuada nos últimos anos, porém observa-se grande importância dos estabelecimentos agropecuários, centrados no cultivo da soja e do milho, de acordo com dados, obtidos na pesquisa na Figura 3.10.

Figura 3.10 - Importância da Produção Agropecuária nos estabelecimentos agropecuários familiares, no Município de Maripá, em Agosto/Setembro de 2014

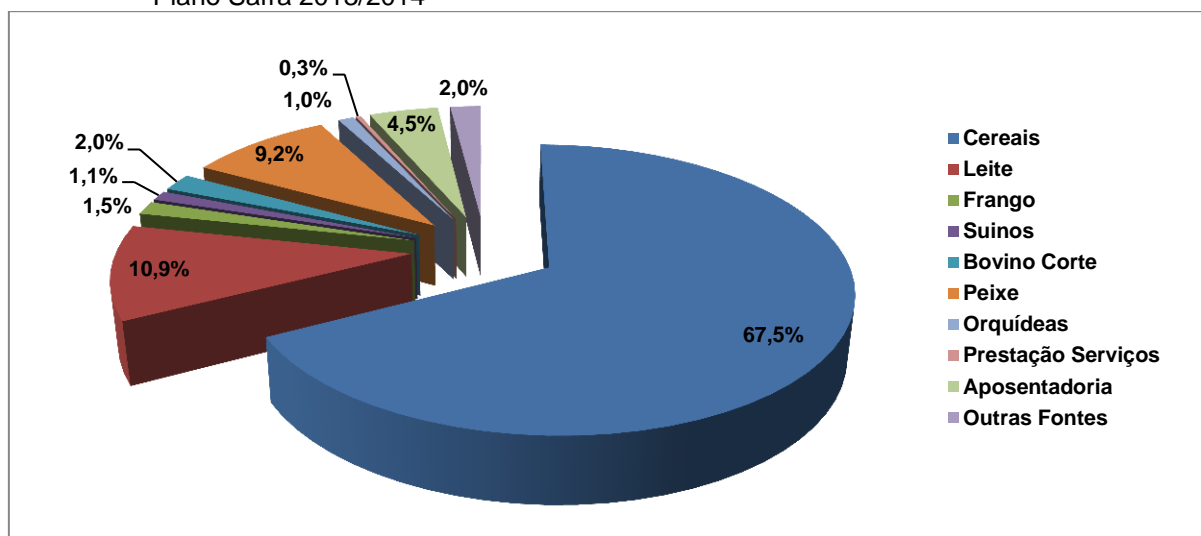


Fonte: Dados da Pesquisa, obtidos através de entrevista efetuada com os proprietários dos Estabelecimentos Rurais, no município de Maripá, elaborado pelo autor (2014).

Pelo resultado da pesquisa, representado pela Figura 3.10, conclui-se que a produção agrícola está centrada nos estabelecimentos rurais familiares, no cultivo do milho e da soja e, em terceiro plano, na mandioca, seguida da aveia, trigo e orquídeas. Na pecuária, a produção está concentrada na produção de leite, bovinos de corte, peixe, frangos e suínos. Na agroindústria familiar a produção ainda é tímida e centrada apenas no melaço de cana, panificação, queijos e produtos lácteos, vinhos e bebidas. A produção de frutas, legumes e verduras está focada no segmento orgânico e hidropônica. As atividades em potencial como turismo rural, lazer e festas, aparecem em início de exploração.

Observou-se no âmbito da geração de receitas por tipos de produtos, nos estabelecimentos agropecuários familiares, no município de Maripá, uma figura idêntica quanto à importância da produção agropecuária vista na Figura 3.10, porém denota-se um avanço acentuado na receita da pecuária, Figura 3.11.

Figura 3.11 - Receitas da Produção Agropecuária Familiar, no Município de Maripá, no Período do Plano Safra 2013/2014

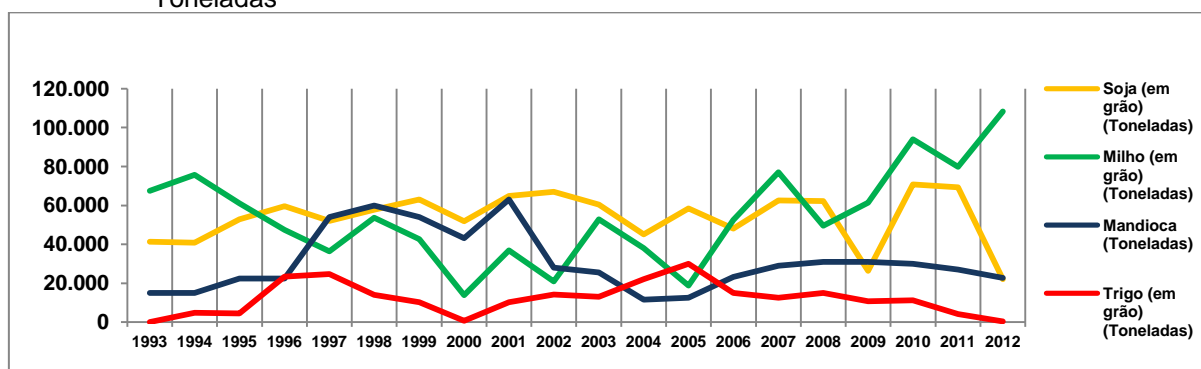


Fonte: Dados da Pesquisa, obtidos através de entrevista, efetuada com os proprietários dos Estabelecimentos Rurais no município de Maripá (2014). Elaborado pelo Autor.

O resultado mostra que 67,5% das receitas dos estabelecimentos são provenientes da venda de cereais, 10,9% venda de leite, 1,5% venda de frango, 1,1% suínos, 2,0% bovino de corte, 9,2% peixe, 1,0% orquídeas, 0,3% prestação de serviços e 4,5% aposentadorias.

A evolução da produção agrícola é cíclica com oscilações não uniformes no cultivo do milho e soja enquanto a mandioca está em declínio, desde 2005 e o trigo em fase de extinção, o que se pode observar pela Figura 3.12.

Figura 3.12 - Evolução da Produção Agrícola, no Município de Maripá, período de 1993 a 2013, em Toneladas



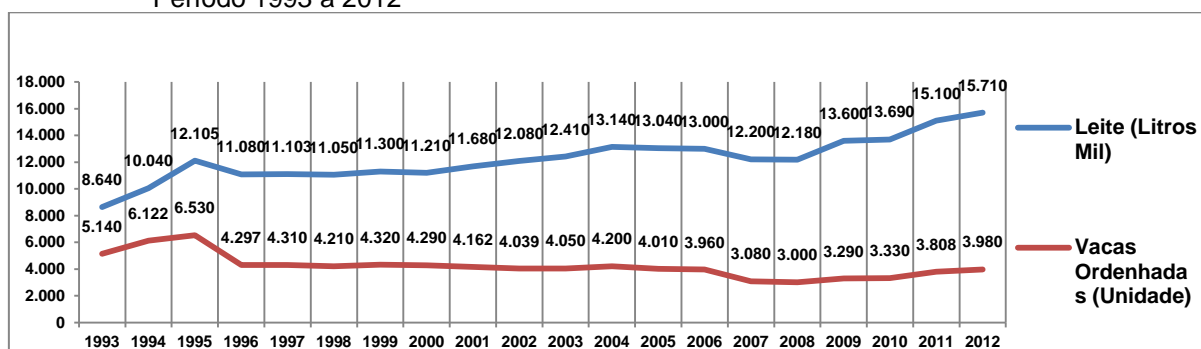
Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal, obtido em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/>>. Elaborado pelo Autor.

O resultado da pesquisa mostra altos e baixos na produção de milho entre 2000 a 2005. A partir desse período, a produção está em ascensão constante que

se deve em virtude do espaço deixado pela mandioca e trigo. Já a soja tem uma produção constante no município. As quedas de produção, vistas em alguns anos, foram motivadas por períodos de secas.

Na pecuária, verificou-se um avanço acentuado na última década, principalmente nas pequenas propriedades rurais, focado nos segmentos do leite, suínos, frangos e, muito forte, na produção de peixe em tanques escavados, o que se constata nas Figuras 3.13, 3.14, 3.15 e 3.16.

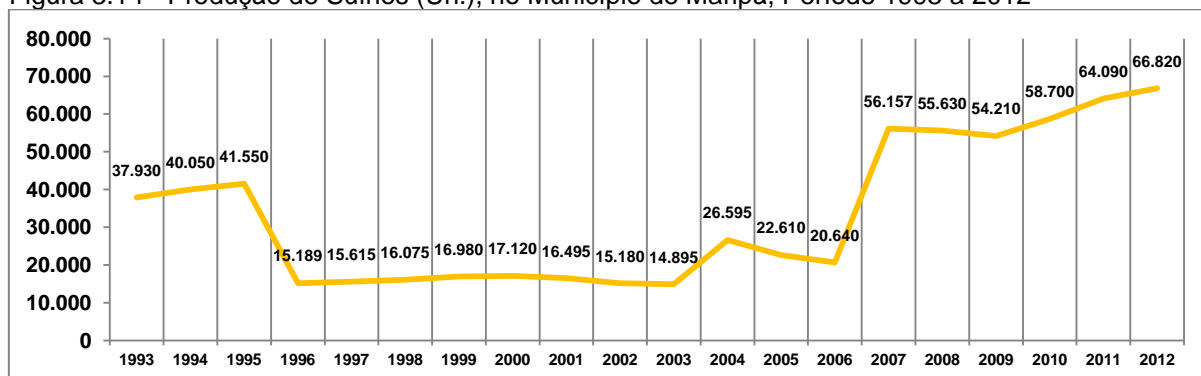
Figura 3.13 - Produção de Leite (LTS. mil) e Vacas Ordenhadas (Un.), no Município de Maripá, Período 1993 a 2012



Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal, obtido em: <<http://www.metadados.ibge.gov.br/detalhePesquisa.aspx?cod=PP>>. Elaborado pelo Autor (2014).

O avanço da produção de leite e diminuição de vacas ordenhadas a partir do ano de 1995, apresentado pela Figura 3.13, está diretamente vinculado ao início da implantação do Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, plano de apoio específico à agropecuária familiar visando, neste segmento, a qualificação do plantel leiteiro e infraestrutura de alto padrão.

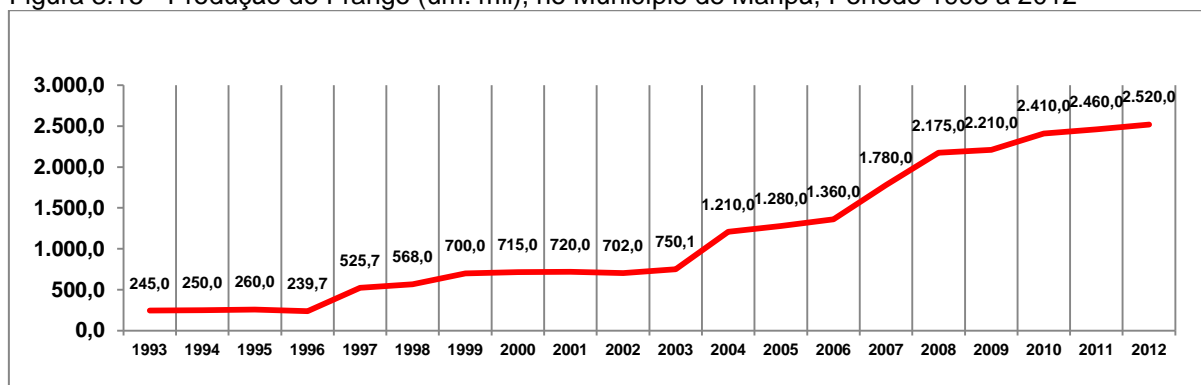
Figura 3.14 - Produção de Suínos (Un.), no Município de Maripá, Período 1993 a 2012



Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal, obtido em: <<http://www.metadados.ibge.gov.br/detalhePesquisa.aspx?cod=PP>>. Elaborado pelo Autor (2014).

No resultado da pesquisa apresentado na Figura 3.14, observou-se avanço no segmento de suínos, no município, a partir de 2007, fato este que se deve às implementações no plano-safra da agricultura familiar, a partir de 2007/2008 para este setor, como aumento do limite de crédito por objeto financiado e demanda da carne suína para exportação.

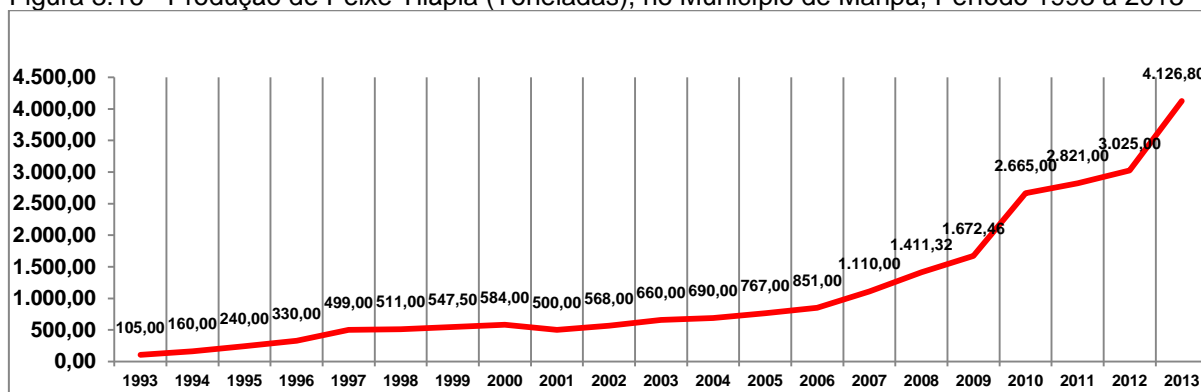
Figura 3.15 - Produção de Frango (um. mil), no Município de Maripá, Período 1993 a 2012



Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal, obtido em: <<http://www.metadados.ibge.gov.br/detalhe/Pesquisa.aspx?cod=PP>>. Elaborado pelo Autor (2014).

Já no segmento do frango, representado pela Figura 3.15, mostra-se situação e comportamento da avicultura idêntica ao da suinicultura no município, que também se deve às implementações no plano-safra da agricultura familiar, de 2007/2008 para este setor, através do aumento do limite de crédito por objeto financiado e demanda da carne de frango para exportação.

Figura 3.16 - Produção de Peixe Tilápia (Toneladas), no Município de Maripá, Período 1993 a 2013



Fonte: EMATER – Maripá – PR. Elaborado pelo Autor (2014).

O avanço vertical da produção de peixe, representado pela Figura 3.16, deve-se por diversos fatores e situações. O primeiro é creditado na profissionalização da cadeia produtiva, a partir dos meados de 2005 que envolveu a

profissionalização na produção de alevinos até a fase de engorda em tanques escavados. O segundo está ligado à moralização do comércio de peixe, a partir de 2006, período em que a força associativa e a união dos piscicultores ganhou força no sentido de evitar os calotes financeiros de compradores aventureiros e pela instalação de frigoríficos cooperativos e empresas privadas de reputação comercial idônea. O terceiro deve-se à escassez do peixe nativo e, ao mesmo tempo, estimulação do consumo de peixe na cadeia alimentar tida como saudável, além da introdução do peixe na merenda escolar das escolas de base em quase todo o país. O quarto fator de avanço da cadeia produtiva do peixe está ligado ao lucro que o agropecuarista obtém em pequenas áreas de produção, superior em algumas vezes do cultivo da soja e milho, suínos, frango e leite. E o quinto, porém não menos importante é a contemplação deste segmento da agropecuária familiar nos incentivos do PRONAF.

E, por fim, os segmentos do cultivo e comercialização de orquídeas e turismo rural completam o sistema evolutivo da produção agropecuário familiar no Município de Maripá, ancorado fortemente pelos recursos do PRONAF.

3.6 CONCLUSÃO

Este estudo verificou a origem e a evolução da agricultura familiar, percepção dos estabelecimentos rurais familiares sobre o desenvolvimento rural sustentável e a evolução da produção agropecuária, no município de Maripá, região do Oeste do Paraná.

O objetivo da pesquisa foi obter, através de pesquisas bibliográficas, estudos, entrevista com os pioneiros e agricultores familiares, a origem da agricultura familiar, a percepção dos proprietários de estabelecimentos agropecuários familiares quanto à relevância do desenvolvimento rural sustentável sob os aspectos da preservação ambiental e licenças ambientais, sobretudo, dos indicadores, a partir das dimensões sociais, econômicas, ambientais, culturais e de política institucional e a evolução da produção agropecuária no município de Maripá.

Os estudos mostraram que a agricultura familiar da microrregião de estudo, teve origem advinda e alicerçada no modelo fundiário que a Companhia Maripá planejou para colonização da Fazenda Britânia. No campo, através de pequenas

unidades fundiárias de “colônias” e no subúrbio em “chácaras” rurais com vistas para a produção de hortifrutigranjeiros e, ainda, no campo, com a predominância da agropecuária. Quanto ao elemento humano, optou-se por trazer os pequenos proprietários sulistas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, descendentes de italianos e alemães que já tinham mais de 100 anos de experiência e aclimação no Brasil e considerados mais experientes na criação de suínos, fabricação de manteiga e queijo, cultivo do feijão, milho, batatas, trigo, fumo, arroz entre outras, iniciando assim, o desenvolvimento da agricultura, sobretudo de estabelecimentos agropecuários familiares.

Em relação à percepção dos estabelecimentos rurais familiares sobre o desenvolvimento rural sustentável, esta pesquisa mostrou, que do universo da amostra, 23,7% afirmaram possuir SISLEG averbada, 86,4% possuem área de preservação permanente, 71,2% mantem área de reserva legal, 93,2% tem a preservação dos solos, 32,2% afirmaram ter local autorizado para dejetos de animais e 64,4% possuem depósito apropriado para o lixo agrícola. Neste item, nota-se que é possível melhorar: Quanto às licenças ambientais, 5,2% possuem licença de operação para atividade de suinicultura, 5,2% para frango, 12,1% para atividade leiteira, 10,3% possuem outorga para uso de águas superficiais e 19,0% para águas subterrâneas. Estes percentuais são em relação ao total da amostra, porém do universo da amostra que possuem as atividades para frango (aviários), suínos e piscicultura, 100% possuem a licença ambiental e outorga de uso de água.

O estudo também mostrou a importância das dimensões de sustentabilidade nos estabelecimentos agropecuários, sendo que a dimensão econômica demonstrou-se a mais importante com 82,7%, a segunda é a ambiental com 63,5%, a terceira é a social com 50% e a última, a cultural com 38,5%. No mesmo contexto os resultados ainda demonstram que os proprietários dos estabelecimentos agropecuários familiares consideram de média relevância os indicadores da política institucional de assistência técnica das cooperativas e da EMATER. Outro resultado importante da pesquisa é quanto à sucessão na propriedade familiar, pois, 67,3% dos entrevistados afirmaram que os filhos e netos poderão dar continuidade às atividades.

Em relação à evolução da produção agropecuária, esta pesquisa mostrou que existe ligeira diminuição da área cultivada, no período de 1993 para 2012 e que

a produção agrícola, de soja e milho é indispensável no conjunto da agropecuária familiar de Maripá. Mostrou também a ascensão da produção pecuária leiteira, suinicultura, avicultura e piscicultura, a efetivação de tecnologia avançada e a diversificação na agropecuária familiar, sobretudo amparada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1996.

Diante dos resultados obtidos, esta pesquisa demanda estudos mais avançados quanto à produção agropecuária, no período de 2013 e 2014 os quais ainda não estavam disponíveis no banco de dados do IBGE. Também no contexto da sustentabilidade rural, demanda estudos com os estabelecimentos rurais familiares pelo método Diagnóstico Rural Participativo (DRP) quanto às dimensões e indicadores de sustentabilidade mais apropriados para análise da sustentabilidade intrínseca da região estudada.

REFERÊNCIAS

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Perfil do município de Maripá, PR.** Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/maripa_prL>. Acesso em: 17 nov. 2014
- BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.** 2002. 235 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- BEUREN, I. M. (org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3. ed. Atualizada de acordo com as Normas da ABNT: NBR 6034:2004 e NBR 12225:2004. São Paulo: Atlas, 2012.
- CARVALHO, J. R. M. de; CARVALHO, E. K. M. de A.; LIRA, W. S. Estudo dos indicadores de sustentabilidade da agricultura familiar: o saco da comunidade de Vieirópolis, PB. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 244-263, jun./dez. 2013.
- DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. (Org.). **Agricultura e sustentabilidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. **RESR – Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 49, n. 1, p. 129-156, jan./mar. 2011.
- DEPONTI, C. M. **Indicadores para avaliação da Sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local.** 2001. 153 f. Monografia (Especialista em Desenvolvimento Rural e Agroecologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Setor de Cadastro e DAP. Escritório do Município de Maripá.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible.** Turrialba, Costa Rica: CATIE, 2002. 359 p.
- GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, São Cristovão, SE, v. 5, n. 1, 1º sem. 2004.
- GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940 – 1970).** Cascavel Pr: Edunioeste, 2002. 306 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapas Estatísticos censo 2010**. Disponível em:

<http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>. Acesso em: 23 out. 2014.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico do município de Maripá**. Disponível em:

<<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85955&btOk=ok>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desafios do desenvolvimento**. Disponível em:

<http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:ca tid=28&Itemid=23>. Acesso em: 14 mai. 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**: ciência do conhecimento, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIPÁ. Prefeitura Municipal. **Cadastro rural, tributação e meio ambiente**. Maripá, 2014.

MARZALL, K.; ALMEIDA, J. Estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 41-59, jan./abr.2000.

NIEDERAUER, O. H. **Toledo**: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. Toledo Pr: Manz Etiquetas Adesivas, 1992.

PNUD – Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Rankings do desenvolvimento humano**. Disponível em:

<<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx#>>. Acesso em: 18 out. 2014.

QUEIROZ, S. F. de. **Pronaf e desenvolvimento rural sustentável**: uma análise econométrica espacial dos impactos do programa nas regiões sul e nordeste, do Brasil, entre 2000 e 2006. 2012. 258 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em:

<http://www.ppge.ie.ufu.br/teses?order=field_dissertacao_data_defesa_value&sort=asc>. Acesso em: 11 mar. 2014.

SILVA, O.; BRAGAGNOLLO, R.; MACIEL, C. F. **Toledo e sua história**. Toledo: Prefeitura Municipal, 1988.

SILVA, P.C.S. DA, SILVA, N. L. S. DA; FEY, R.; ZONIN, W. J.; FEIDEN, A.; DE GRANDI, A. M. Construção de indicadores de desenvolvimento rural sustentável

feita por trabalhadores rurais de dois assentamentos de Ramilândia, PR. **Revista Cultivando Saber**, Cascavel, v.5, n.1, p.47-58, 2012.

YURKIV, J. E.; RIBEIRO, M. de F. B. **Maripá e sua história**. Cascavel: Edunioeste, 2001. 128 p.

ZAMPIERI, S. L. **Método para seleção de indicadores de sustentabilidade e avaliação dos sistemas agrícolas do Estado de Santa Catarina**. 2003. 215 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2003.

4 O PRONAF NO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ - PR

RESUMO

SCHULTZ, Claudio, Mestre, UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Junho – 2015. **O PRONAF no desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar no município de Maripá.** Prof. Dr. Alvori Ahlert.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), no contexto do volume de recursos, disponibilizados, prática subsidiada de juros, concentração dos recursos e alcance dos créditos aos diferentes segmentos da agricultura familiar, são temas constantes em fóruns, pesquisas e trabalhos científicos, sem, no entanto, alcançar opiniões uniformes, definitivas ou de consenso. Sob estes aspectos, o presente estudo objetiva conhecer o perfil dos beneficiários do PRONAF, suas linhas de crédito mais acessadas, a contribuição dos seus recursos nos estabelecimentos, os entraves para obtenção do crédito e possíveis demandas ainda não contempladas pelo programa no âmbito de abrangência do município de Maripá - PR. A metodologia de pesquisa foi de abordagem quantitativa e qualitativa, com tipologia de estudo de caso e *survey*. Os dados foram obtidos através de entrevistas estruturadas junto aos agricultores familiares dos estabelecimentos agropecuários e analisados com a utilização do sistema *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS). As conclusões demonstraram que o perfil dos usuários do PRONAF é de agricultores familiares que possuem, em média, propriedades rurais não superiores a 25,48 ha, explorados, na grande maioria, apenas pelos familiares, com apoio e instrução da EMATER. As linhas de crédito mais acessadas do PRONAF são o de Custeio e Investimento, utilizados para aquisição de insumos agrícolas e aquisição de máquinas e equipamentos, construções, aquisição de animais de raça, reformas na propriedade e preparação de solo, que contribuíram no aumento da produção e na propriedade, na modernização da atividade, na melhoria da infraestrutura e na ampliação da diversificação agropecuária. Os resultados também apontaram demandas que o PRONAF poderia oferecer como crédito específico, na ordem de importância, para a conservação de solos, educação, moradia, aquisição de terras de herdeiros, proteção de águas e nascentes, preservação e reposição florestal, pomares e hortas, instrumentos ímpares na manutenção da família do agricultor familiar no campo.

Palavras-chave: PRONAF. Beneficiários do PRONAF. Agricultura Familiar. Linhas de Crédito do PRONAF.

ABSTRACT

SCHULTZ, Claudio, Master, UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2015, June. **The PRONAF in sustainable rural development of family farm from Maripa city.** Mastermind: Dr. Alvorí Ahlert.

The National Program for the Strengthening of Family Farming (PRONAF), in a context of available resources quantity, subsidized practice of interest, resources concentration and the credit to the different segments of family farm, is a theme constantly discussed in forums, researches and scientific papers, however never have similar and definitive opinions or a consent. Considering these aspects, this study aimed to know the beneficiaries profile of PRONAF, their most accessed credit lines, resources contributions in the establishments, limitations to obtain credit and possible demands that are not still included by the program in Maripa. The methods used were quantitative and qualitative approach and a study and survey case if we consider its typology. The data were obtained by structured interviews with family farmers of establishments of agricultural and cattle raising and analyzed in the software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS). The conclusions show that the users of PRONAF are family farmers that have rural properties that, in average, don't exceed, 25.48 ha, majority explored only by the family with support and instruction of EMATER. The most accessed credit lines of PRONAF are Costs and Investments that are used to purchase agricultural inputs, machines and equipment, buildings, pure-bred animals, reforms in property and soil preparation which contributed raising the production on property, activity modernization, improvement of infrastructure and extension of agricultural and cattle raising diversification. The results also had pointed some possible demands that the PRONAF could offer, among them, specific credit to soil conservation, education, habitation, acquisition of land by heirs, protection of water and springs, forestry protection and replacement, orchards and vegetable gardens, in this order of importance. These points are essential instruments to maintain the farmer and its family at field.

Keywords: PRONAF. PRONAF Benefits. Family Farm. Credit lines of PRONAF.

4.1 INTRODUÇÃO

A política de crédito rural, no Brasil, teve importância fundamental na evolução da produção de alimentos e, sobretudo, papel vital no processo de desenvolvimento econômico. Neste contexto, a agropecuária exerce funções importantes como:

a) fornecer alimentos para a população total; b) fornecer capital para a expansão do setor não agrícola; c) fornecer mão de obra para o crescimento e diversificação de atividades na economia; d) fornecer divisas para a compra de insumos e bens de capitais necessários ao desenvolvimento de atividades econômicas; e, e) constituir-se em mercado consumidor para os produtos do setor não agrícola (BACHA, 2012, p. 24).

Colle (2008) menciona que as finalidades do crédito rural, desde a sua institucionalização, cumprem os objetivos previstos no artigo 3º da lei nº 4.829, de 05 de novembro de 1965, visando, prioritariamente: fomentar os investimentos rurais para armazenamento, beneficiamento e industrialização; oportunizar recursos para custeio da produção e comercialização; fortalecer economicamente os produtores rurais, principalmente os pequenos e médios; incrementar modelos coerentes que visam elevar ao aumento de produção, padrão de vida dos agricultores; e, conservação adequada do solo. Vale ressaltar que, segundo Queiróz (2012), durante a segunda fase da política agrícola brasileira, o governo começou direcionar os programas de crédito de baixo custo para a agricultura familiar. Surgiu, a partir daí, em 1995, inicialmente, apenas como uma linha de crédito, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), solidificado pelo decreto nº 1.946 de 28 de julho de 1.996.

As políticas públicas, direcionadas à agricultura familiar, surgiram, a partir do reconhecimento deste segmento, como setor estratégico para a economia brasileira e um dos pilares do projeto nacional de desenvolvimento. A agricultura familiar do Brasil, segundo dados do IBGE – Censo Agropecuário de 2006, tem papel de vital importância, pois em 84,4% dos estabelecimentos agropecuários desenvolve-se a agricultura familiar e são apenas 23,3% do total da área destinada para a agricultura. Por outro lado, a agricultura familiar também era responsável, segundo o mesmo censo, por 87% da produção nacional de mandioca; 70% do feijão; 47% do milho;

38% do café; 34% do arroz e 21% do trigo e, na pecuária 58% da produção nacional do leite; 59% de suínos; 50% de aves e 30% dos bovinos.

Conti e Roitman (2011), concluíram que os recursos do PRONAF devem continuar diversificados e, ao mesmo tempo, permitir a relocação conforme as necessidades e, podendo o BNDS exercer fundamental apoio e contribuir para a expansão do programa. Entretanto Guanzioli (2007), conclui que os fatores impactantes na baixa renda dos agricultores familiares inviabilizam o pagamento dos empréstimos, efetuados ao PRONAF, provocando entre outros, a falta de assistência técnica ou baixa qualidade da ATER; dificuldades no gerenciamento dos recursos do crédito; falta de visão sistêmica dos técnicos; falta de integração nos mercados, de estrutura de comercialização e de agregação de valor. Por outro lado, mencionam que o principal impacto do PRONAF foi oportunizar aos agricultores familiares o investimento em suas atividades, na ampliação da produção e, por fim, direcionar o crédito para alguns segmentos produtivos, previamente selecionados, em algumas regiões com planos específicos de desenvolvimento.

Na questão da sustentabilidade, Damasceno; Khan e Lima (2011), concluem que os beneficiários do PPRONAF adotam práticas pouco sustentáveis devido à baixa preservação ambiental, o que demandaria maior instrução por parte das instituições de apoio na preservação dos recursos ambientais e, por derradeiro, afirmam que é necessário melhorar a abrangência e a qualidade do serviço de assistência técnica. Buainain et al. (2013, p. 120), apontam em suas conclusões dois eixos com vistas ao desenvolvimento agrário brasileiro e que rogam por um debate de abrangência nacional, primeiro salientam a:

natureza equivocada da ação governamental [...], ocasionalmente pode estar acertando no varejo, mas está largamente incorreta no atacado, pois não percebe com nitidez a verdadeira revolução econômica e social em andamento no campo brasileiro.

Em segundo lugar “que a maior parte dos estabelecimentos rurais – aqueles de menor porte econômico – encontra-se em crescente encurralamento” (BUAINAIN et al., 2013, p. 120).

Para investigar o PRONAF no desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar, no município de Maripá, foram formuladas as seguintes indagações:

- a) Qual a é o perfil dos beneficiários do PRONAF no município de Maripá?
- b) Quais as linhas de crédito do PRONAF mais acessadas no município?
- c) Quais são os benefícios que os recursos do PRONAF trazem aos estabelecimentos rurais familiares?
- d) Quais são os principais entraves que os agricultores familiares enfrentam para a obtenção do crédito do PRONAF?
- e) Quais são as linhas de crédito do PRONAF não acessados pelos agricultores familiares no município de Maripá?
- a) Quais são as demandas da agricultura familiar, do município de Maripá, que não são atendidas ou previstas pelo PRONAF?

Sob os aspectos introdutórios e considerando os resultados de pesquisas anteriores, objetivou-se conhecer o perfil dos beneficiários do PRONAF, suas linhas de crédito mais acessadas, contribuição dos recursos do PRONAF nos estabelecimentos e entraves para obtenção dos seus créditos e linhas mais acessadas no âmbito de abrangência do município de Maripá.

4.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Pesquisa é “um procedimento formal como método de pensamento reflexivo que requer tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 155). Portanto a pesquisa tem por finalidade buscar respostas a questões que afligem a sociedade ou parte dela, mediante aplicação de métodos científicos.

Para Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa é a atividade central de toda Ciência que possibilita a aproximação e um entendimento do real a investigar. A pesquisa científica é um procedimento que objetiva resolver um problema. Lehfeld (1991 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.31) define pesquisa como sendo “a inquisição, o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade”.

Neste sentido, esta pesquisa quanto da sua abordagem, considerando a extensão dos objetivos específicos elencados, é quantitativa e qualitativa em virtude da dimensão da amostra que tem grande representatividade da população e pode

ser quantificável. Os resultados espelham a realidade de toda amostra, ao mesmo tempo tem-se dimensões não numéricas, ou seja, não podem ser quantificados, porém necessitam de explicações da dinâmica das relações sociais. Alguns pesquisadores defendem o pressuposto de que deve ser aplicado um modelo único de pesquisa para todas as ciências, porém nesta pesquisa têm-se as duas dimensões tanto quantitativa como qualitativa, o que sugere o estudo e análise de ambas.

Quanto a sua natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada que pretende gerar uma aplicação prática e ou resultados que permitam sugerir soluções aos problemas levantados. Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se em explicativa e exploratória. Conforme Gil (1999), as pesquisas explicativas visam identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Por explicar a razão, o porquê dos fatos, este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade. Percebe-se que o estudo explicativo permite ao pesquisador buscar o porquê das respostas com as quais ele se depara, enquanto a pesquisa exploratória envolve levantamentos bibliográficos e procedimentos de amostragem, menciona Gil (1999).

A tipologia desta pesquisa quanto aos procedimentos é do tipo estudo de caso e *survey*, por caracterizar-se pelo estudo concentrado de um único caso, Beuren (2009). Segundo Bruyne, Herman e Schoutheete (1977 apud BEUREN, 2012, p. 84), o estudo de caso “justifica sua importância por reunir informações numerosas e detalhadas com vista em apreender a totalidade de uma situação”, e que, “a riqueza das informações detalhadas auxilia num maior conhecimento e numa possível resolução de problemas relacionados ao assunto estudado”. Segundo Gerhardt e Silva (2009), a pesquisa com *survey* busca informações diretamente de um grupo ou amostra de um universo de dados que se quer obter.

A metodologia, empregada neste capítulo, foi pautada em estudos, pesquisas e entrevistas para conhecer o perfil dos beneficiários do PRONAF, suas linhas de crédito mais acessadas, contribuição dos seus recursos nos estabelecimentos agropecuários familiares e os entraves para obtenção dos seus créditos e linhas mais acessadas no âmbito de abrangência do município de Maripá.

O fator determinante para a escolha da região, do extremo oeste do Paraná, especificamente, no município de Maripá-PR, deve-se em função do volume de

recursos do PRONAF disponibilizados para a agricultura familiar do município. Na mesma determinante, a escolha do município de Maripá foi alicerçada também pelo avanço gradual, nos últimos dez anos, dos volumes de produtos agropecuários, produzidos e a diversificação da produção agropecuária nos estabelecimentos agrícolas como turismo rural, produção de peixe em tanques escavados, leite, soja, milho, mandioca, aves e suínos e, como característica fundamental a pequena propriedade rural familiar com alta produtividade.

4.2.1 Caracterização da Região de Estudos

Em meados do ano de 1946, foi fundada a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A com o objetivo de adquirir a Fazenda Britânia²⁶ (Figura 4.1). Uma vez adquirida, iniciou-se sua colonização, em 1951, com rigoroso planejamento fundiário e quanto ao elemento humano, deu-se preferência àqueles com práticas agropecuárias, derrubadas de mato, plantio de lavouras e familiaridade com a policultura e criação de pequenos animais como aves e suínos. Neste contexto, a preferência recaiu, principalmente, para o agricultor sulista (Rio Grande do Sul e Santa Catarina). Dessa forma, levou-se os colonos, filhos de imigrantes europeus e geralmente de origem italiana e alemã, vindos do sul do Brasil, principalmente do Rio Grande do Sul 68,6% e Santa Catarina 16,6%, para a região do Oeste do Paraná, na promessa de que a terra era de ótima qualidade, onde tudo era possível produzir e rica em madeira, conforme relato de (SILVA; BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988; NIEDERAUER, 1992).

²⁶ Área de terras que media aproximadamente 43 quilômetros ao longo do rio Paraná sendo, a norte, desde a foz do Rio Guaçu, indo ao sul até o rio São Francisco Falso. Da foz de cada um desses rios, partia uma linha reta rumo oeste-leste, com aproximadamente 65 km., que se uniam por outra linha norte-sul, formando assim um retângulo quase perfeito. Finalizado a medição contabilizava-se cerca de 12.000 colônias que somavam 6.876.727,10 metros lineares, as chácaras e os lotes urbanos em torno de 7.098 unidades, (NIEDERAUER, 1992, p. 121-126).

Figura 4.2 - Fundação da Vila Maripá em 04.06.1953



Fonte: Acervo fotográfico de Claus J.Hildebrandt.

Figura 4.3 - Primeiras Casas da Vila Maripá em 08/1953



Fonte: Acervo fotográfico de Claus J. Hildebrandt.

Figura 4.4 - Festa inaugural da Vila Maripá em 04.06.1953, hoje Cidade sede do Município de Maripá



Fonte: Niederauer, 1992.

A partir da instalação da Vila Maripá iniciou-se a cronologia histórica do que viria a ser mais tarde o Município de Maripá, segundo (YURKIV e RIBEIRO, 2001, 102):

- 1 – A Lei nº 37 de 13 de Março de 1954 cria o distrito administrativo de Maripá, pertencente ao município de Toledo;
- 2 – Pela Lei nº 11 de 20 de abril de 1954 o distrito de Maripá passou a jurisdição do município de Guaíra;
- 3 – Em 03 de março de 1964, pela Lei nº 5.464 o distrito de Maripá passou a fazer parte do município de Palotina;
- 4 – Pela Lei 5.070 de 14 de abril de 1965 o nome de Maripá passa para Vila Maripá;

5 – Após duas tentativas de emancipação política e administrativa frustradas, através da Lei nº 9.226 de 17 de abril de 1990, o então governador do estado do Paraná Álvaro Dias, assinou o Decreto de emancipação política e administrativa da Vila Maripá, desmembrado do município de Palotina, que cria o município de Maripá, ato publicado no diário oficial do Paraná em 18 de abril de 1990;

Conforme Ferreira (1996, p. 436 apud YURKIV; RIBEIRO, 2001, p. 102), as origens genealógicas do município deram-se:

Maripá originou-se em 17.04.1990 de Palotina, que, em 27.07.1960, desmembrou-se de Guaíra, que havia se emancipado, em 14.11.1951, de Foz do Iguaçu, que se originou, em 14.03.1914, de Guarapuava, que, por sua vez, em 17.07.1852, havia se desmembrado de Castro, que se emancipou em 24.09.1788 de Curitiba, desmembrado em 29.03.1693, de Paranaguá, que foi criado em 29.07.1648, por carta régia.

Maripá está localizado, na região Oeste do Estado do Paraná e, segundo o Ipardes (2014), tem área territorial de 287,047 Km², situando-se a 579,98 Km de distância de Curitiba, capital do estado do Paraná (Figura 4.5).

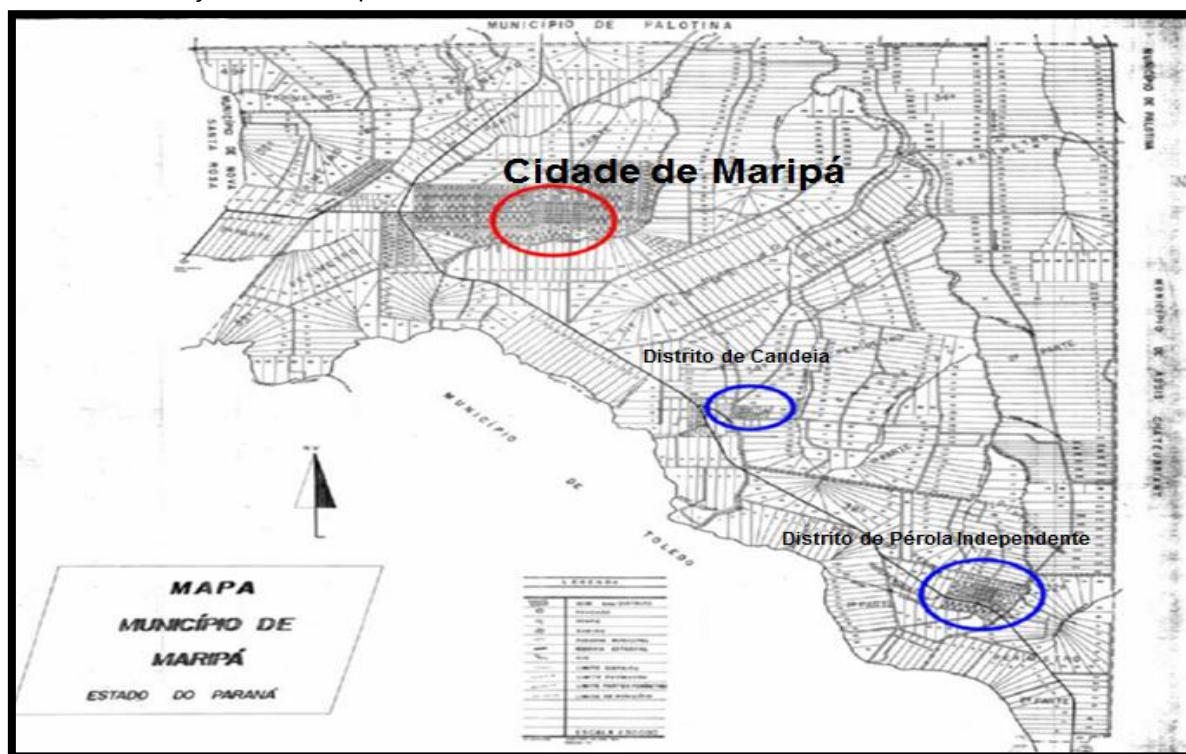
Figura 4.5 - Mapa do Estado Paraná com divisão Regional e Caracterização do Município de Maripá em 2010



Fonte: IBGE Mapas estatísticos Censo 2010, adaptado pelo Autor (2014).

Quanto à divisão administrativa, o município de Maripá (Figura 4.6), possui dois distritos: Candeia e Pérola Independente pertencendo à comarca de Palotina-PR.

Figura 4.6 - Mapa Geográfico Original do Município de Maripá de Abril de 1990, anexo ao Projeto de Criação do Município



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Maripá, adaptado pelo Autor (2014).

O município de Maripá tem como posição geográfica Latitude $24^{\circ}25'06''S$ e Longitude $53^{\circ}49'48''W$ e apresenta altitude de 402 metros acima do nível do mar.

Os índices de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e de GINI²⁷ do município de Maripá, segundo o Atlas do Desenvolvimento no Brasil 2013 - PNUD, estão em ascensão desde a criação do Município, sobressaindo-se em relação ao estado do Paraná e Brasil com índice de igualdade de renda acima da média nacional (Índice Gini) e índice de desenvolvimento humano (IDHM) alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), demonstrado na (Tabela 4.1).

²⁷ Índice de GINI foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. Fonte: IPEA.

Tabela 4.1 - Evolução dos Índices IDHM e GINI do Município de Maripá, Paraná e do Brasil em 1999/2000/2010

Local	Índice	Período		
		1991	2000	2010
MARIPÁ	IDHM	0,520	0,704	0,758
	Gini	0,630	0,483	0,425
PARANÁ	IDHM	0,507	0,650	0,749
	Gini	0,600	0,600	0,530
BRASIL	IDHM	0,493	0,612	0,727
	Gini	0,612	0,593	0,527

Fonte: PNUD, períodos 1991-2000-2010, elaborado e adaptado pelo Autor (2014).

Por fim, a microrregião da pesquisa tem sua característica econômica centrada na exploração agropecuária e, fundamentalmente, ancorada por pequenas propriedades rurais familiares.

4.2.2 Embasamento Metodológico

A população da pesquisa é formada por 607 (seiscentos e sete) Estabelecimentos Agropecuários, definidos assim pelo IBGE, com agricultores familiares estabelecidos no município de Maripá estado do Paraná. Os dados foram obtidos através do Cadastro de Produtor Rural do Estado do Paraná - CAD/PRO da Prefeitura do Município de Maripá e EMATER unidade do município de Maripá - Paraná. Do universo da população total dos estabelecimentos familiares do município, entrevistar-se-á no mínimo uma amostra com estimação independente com 90% de certeza e 10% de margem de erro. Para estabelecer o número de Estabelecimentos Agropecuários Familiares que devem fazer parte da pesquisa, foi utilizada a fórmula da **PROPORÇÃO FINITA** já que a população é conhecida, representada pela fórmula de tamanho da amostra abaixo:

$$n = \frac{Z\alpha/2^2 * p * q * N}{Z\alpha/2^2 * p * q + (N - 1) * E^2}$$

Onde:

n = tamanho da amostra

Z = valor tabelado

N = tamanho da população

E = margem de erro

p = proporção populacional de indivíduos que pertencem à categoria estudada (Desconhecida – Substituir por 0,5).

q = proporção populacional de indivíduos que não pertencem à categoria estudada (Desconhecida – Substituir por 0,5).

$$(q = 1 - p)$$

α = nível de significância

Temos:

1 - Grau de segurança da Amostra 90%.

2 - Margem de Erro Aceitável 10%.

3 - Homogeneidade da população - não conhecida - nesta pesquisa 50% (ou 0,5).

4 - Erro amostral 10% (ou 0,10).

5 - tamanho da população 607 propriedades de agricultura familiar (1 a 4 Módulos fiscais = 72 há. ou 27,75 alqueires).

Os valores de confiança geralmente mais utilizados e os valores de $Z_{\alpha/2}$ correspondentes são:

Grau de Segurança	Valor crítico $Z_{\alpha/2}$
90%	1,645
95%	1,960
99%	2,575

O cálculo do tamanho da amostra dos estabelecimentos que deverão ser entrevistados para a pesquisa, será:

$$n = \frac{(1,645)^2 \times 0,5 \times 0,5 \times 607}{(1,645)^2 \times 0,5 \times 0,5 + (607 - 1) \times (0,10)^2} =$$

$$n = \frac{2,706025 \times 0,5 \times 0,5 \times 607}{(2,706025 \times 0,5 \times 0,5) + (606 \times 0,01)} =$$

$$n = \frac{410,6393}{0,676506 + 6,06} =$$

$$n = \frac{410,6393}{6,7365} = \mathbf{61 \text{ Agricultores}}$$

Da população de 607 estabelecimentos agropecuários familiares, conforme proposta de amostragem com 90% de segurança e com margem de erro de 10% foram entrevistados 61 (sessenta e um) deles com seus agricultores proprietários.

Para a escolha dos 61 (sessenta e um) estabelecimentos, extraídos da população de 607 (seiscentos e sete) agricultores proprietários familiares para entrevista, realizou-se uma seleção aleatória sistemática de geradores congruentes, representada pela seguinte fórmula calculada pelo (Excel 2010):

$$x_{n+1} = (ax_n + c)(\text{mod } m)$$

O número aleatório x_{n+1} é gerado, utilizando-se o número anterior x_n , as constantes a e c , a operação do módulo m e um indivíduo inicial x_0 será o número um da lista do cadastro de agricultores familiares proprietários, obtida através do cadastro CAD - PRÓ, fornecido pela Prefeitura Municipal de Maripá.

O instrumento para a coleta de dados foi uma entrevista estruturada, com roteiro previamente estabelecido, com cada um dos 61 proprietários de estabelecimentos agropecuários familiar, escolhido aleatoriamente da amostra, conforme previsto no anexo I, considerado uma importante técnica disponível para a obtenção de informações nas pesquisas. O roteiro da entrevista pode ser definido como:

a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (GIL, 1999, p. 104).

Também foram utilizadas, como fonte de informações, as visitas às propriedades rurais e depoimentos dos entrevistados.

A análise dos dados teve como objetivo organizar e resumir as informações, obtidas com a pesquisa, de tal forma que permitiram o fornecimento de respostas aos problemas propostos para a investigação. O processo de análise envolveu alguns procedimentos, tais como: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos. Vale ressaltar que se faz necessário um planejamento minucioso para estabelecer os esquemas básicos de análise (GIL, 1999).

Os dados quantitativos serão analisados tomando-se por base os passos que se observa, geralmente, em grande parte das pesquisas ou seja, estabelecimento de categorias, codificação e tabulação e análise estatística de dados. Silva (2003 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009), cita três tipos básicos de análise estatística de dados com relação à natureza do processo de mensuração: a) Escala nominal ou classificadora: utilizado principalmente para classificar objetos e pessoas, mas quando da sua identificação são utilizados números ou símbolos; b) Escala ordinal ou escala por postos (de ordem): análise utilizada para classificar dados em categorias de acordo com categorias preestabelecidas; c) Escala intervalar (de intervalos): geralmente utilizada quando existe uma escala ordinal, definida por parâmetro entre números.

Ainda segundo Gerhardt e Silveira (2009), a análise de dados pode ser classificada em análise univariada que se destina a estudar a seriação de apenas uma variável, análise bivariada quando se tem por base duas variáveis e, análise multivariada quando se tem, por base, várias variáveis. Para desenvolver os testes estatísticos numa escala nominal, com tendência de definição de equivalência, pode ser utilizada a forma de Percentagem, Correlação de Contingências, Frequência, Qui Quadrado, dentre outros. Os testes numa escala ordinal, com tendência de definição de equivalência maior do que, as ferramentas para desenvolver os testes poderão ser os mesmos da escala nominal e ainda o Coeficiente de Correlação de Postos de *Spearman*, Correlação de Postos, Correlação tau de Kendal, Mediana, Percentis, Desvio Quartílico, dentre outros. Por último, nos testes de escala intervalar, com tendência de definição de equivalência maior do que (razão conhecida de dois intervalos quaisquer), para apurar os testes estatísticos podem ser utilizados os mesmos da escala nominal, escala ordinal e, ainda, Média, Desvio-Padrão, Média Aritmética, Amplitude Total, Variância, Intervalo, entre outros, aplicáveis sempre àqueles que melhor convêm em cada caso.

A análise dos dados foi efetuada com a utilização do sistema *Statistical Package For Social Sciences* (SPSS), pacote estatístico para as ciências sociais, por se tratar de uma ferramenta que utiliza técnicas estatísticas básicas e avançadas e de reconhecimento internacional e também as ferramentas de análise de dados estatísticos do Excel.

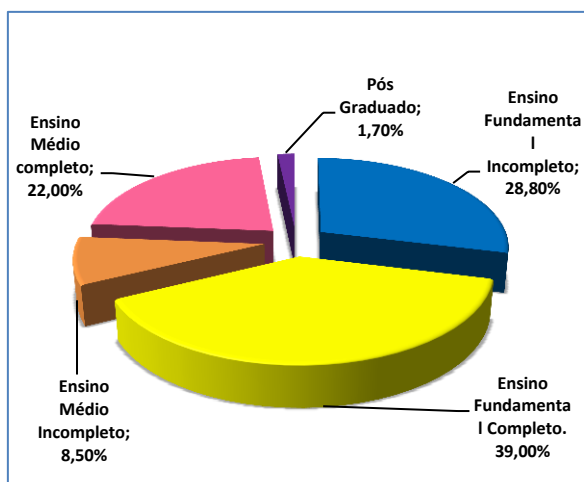
O material qualitativo da pesquisa foi efetuado através da análise do conteúdo, que iniciou pela análise da leitura do conteúdo das falas obtidas pela entrevista. As modalidades de análise, utilizadas, foram: análise temática, que pela sua simplicidade é a mais apropriada para as investigações qualitativas, análise de relações e análise de expressão.

As entrevistas foram realizadas em toda a extensão do município de Maripá, Distritos e Linhas, no período de maio de 2014 a outubro de 2014. Oportuno ressaltar que muitas entrevistas estenderam-se por períodos superiores a 4 horas. Dos 59 estabelecimentos da agricultura familiar, efetivamente entrevistados, no Município de Maripá, obteve-se dados suplementares extras em 21 delas.

4.3 PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ

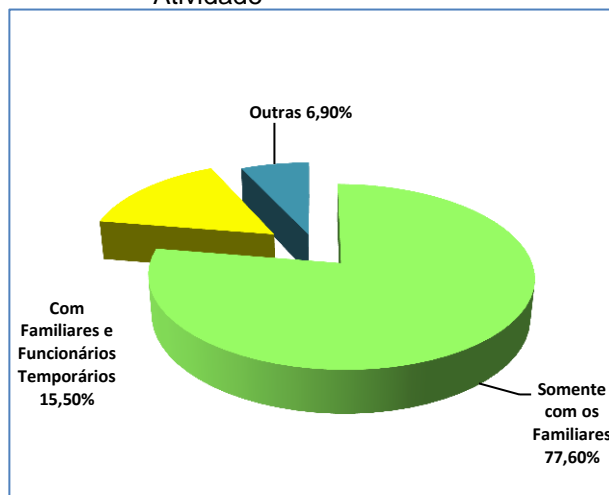
O perfil dos beneficiários do PRONAF, no Município de Maripá, verificada na amostra dos entrevistados, são proprietários de áreas rurais de tamanho que variam entre 2,42 ha, menor propriedade e, 71,4 ha, maior propriedade, com tamanho médio geral de 25,48 ha ou, 10,53 alqueires paulistas por estabelecimento agropecuário de agricultura familiar. Outro fator acentuado dos beneficiários do PRONAF é a prática da diversificação agrícola dos estabelecimentos familiares, em que se encontra a produção de cereais (soja, milho, trigo, aveia, e outros), na pecuária (suínos, aves, peixe, bovinos, leite e derivados), e a exploração de outros segmentos da agricultura familiar como o cultivo de orquídeas, hortifrutigranjeiros e turismo rural. Outros perfis dos beneficiários do PRONAF como escolaridade e características de exploração são apontadas nas Figuras 4.7 e 4.8:

Figura 4.7 - Escolaridade dos Beneficiários



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014. Elaborado pelo Autor

Figura 4.8 - Características da Exploração na Atividade

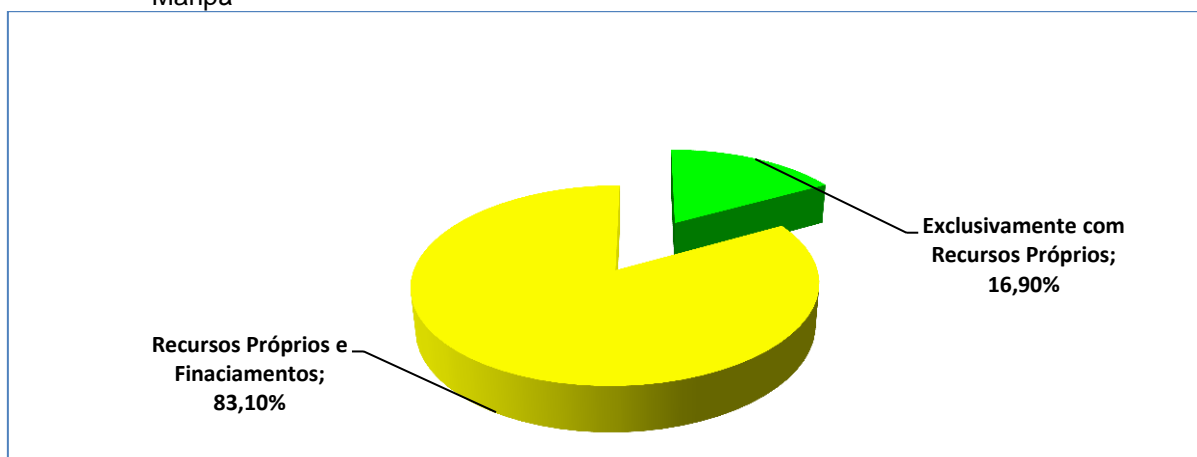


Fonte: Dados da Pesquisa, 2014. Elaborado pelo Autor

O resultado mostra que entre os agricultores, pesquisados, não foram encontrados analfabetos, pois, 28,8% deles afirmaram ter o ensino fundamental incompleto, 39,0% ensino fundamental completo; 8,5% ensino médio incompleto, 22,0% ensino médio completo, 1,7% afirmaram serem pós-graduados, 77,6% dos estabelecimentos são explorados unicamente pelos familiares, 15,5% com familiares e funcionários e 6,9% de outras formas (arrendamentos e parcerias).

Outro ponto relevante quanto ao perfil dos beneficiários do PRONAF está no tocante à forma de financiamento da atividade no estabelecimento, Figura 4.9, e também quanto à pontualidade no pagamento dos financiamentos tomados nas agências de fomento.

Figura 4.9 - Formas de Financiamento da Atividade nas Propriedades Pesquisadas no Município de Maripá

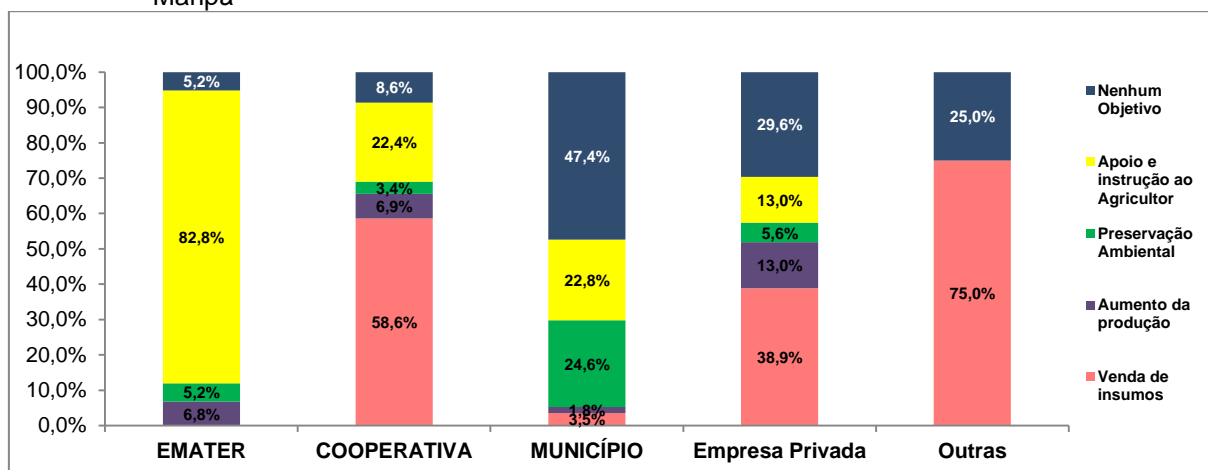


Fonte: Dados da pesquisa, 2014. Elaborado pelo Autor.

Uma parcela considerável, 16,9% dos proprietários de estabelecimentos agropecuários, afirmaram que suas atividades são financiadas exclusivamente com recursos próprios e, 83,1% com financiamentos predominantemente do PRONAF e recursos próprios. Quanto à pontualidade nos pagamentos dos créditos concedidos pelo PRONAF, as gerências da carteira de crédito das agências do Banco do Brasil e SICREDI, no Município, afirmaram que no triênio 2012, 2013 e 2014, não houve inadimplência no universo dos créditos concedidos.

A concessão dos créditos do PRONAF aos agricultores familiares, pelas Instituições de fomento, está condicionada à obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que geralmente é fornecida pelas Assistências Técnicas e Extensão Rural (ATER), credenciadas pelo MDA e condicionadas a interesses diversos, o que ficou estampado nos reclamos dos agricultores nas entrevistas. Neste sentido, foi direcionada a indagação quanto aos objetivos das assistências técnicas, sobretudo quanto aos interesses destas, conforme Figura 4.10.

Figura 4.10 - Objetivos das ATER sob o ponto de vista dos Agricultores Familiares do Município de Maripá



Fonte: Dados da pesquisa, 2014. Elaborado pelo autor.

Nesta questão, o cenário da pesquisa mostra que, dentre as Assistências Técnicas de Extensão Rural na opinião dos entrevistados, a EMATER objetiva apoio e instrução ao agricultor para 82,8% dos entrevistados; as Cooperativas, na opinião de 58,6% dos entrevistados, objetivam a venda de insumos; o Poder Público ATER (do município), na opinião de 47,4% dos entrevistados, não tem nenhum objetivo; as empresas privadas, na opinião de 38,9% dos entrevistados, objetivam a venda de insumos e 29,6% informaram que não tem nenhum objetivo e as outras empresas e entidades objetivam, na opinião de 75,0% dos entrevistados, a venda de insumos. O reclamo dos usuários do PRONAF corrobora com a pesquisa de Damasceno, Khan e Lima (2011, p. 154) de que:

para minimizar a desarmonia entre a política de crédito e os demais componentes da política agrícola, é essencial a efetivação de uma política fundiária e a melhoria da abrangência e da qualidade do serviço de assistência técnica.

Os perfis dos usuários do PRONAF, no município de Maripá, ainda preservam o rigor do modelo de colonização sustentável da Fazenda Britânia, planejado, inicialmente por Willy Barth, Egon e Curt Bercht, idealizadores da colonizadora Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A que, segundo Niederauer (1992), consistiu em dividir a Fazenda Britânia em pequenas propriedades rurais e, assim, foi dividida em 12.000 colônias de 25 ha (250.000 m²) cada. Ainda segundo Niederauer (1992), a política de venda dessas colônias consistia na venda de apenas uma unidade para cada colono sulista que tivesse

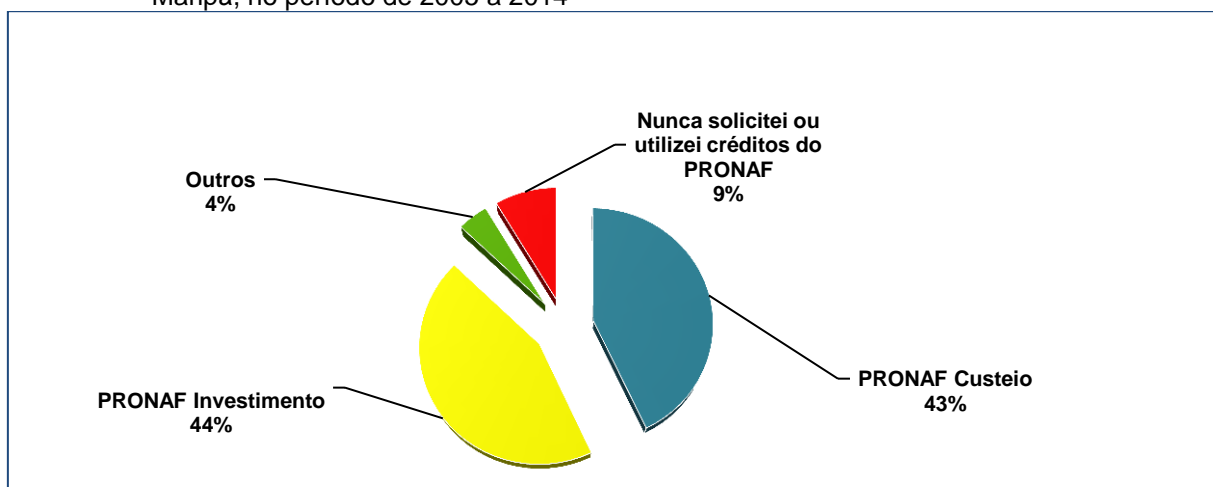
conhecimentos práticos de cultivo em pequenas áreas rurais e experiência na diversificação agropecuária (aves, suínos, gado leiteiro, feijão, arroz, batata, mandioca, milho, abóbora, leite e derivados), posto como prioritária a produção agropecuária de subsistência.

4.4 LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF MAIS ACESSADAS NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ

O PRONAF dispõe linhas de crédito para vários setores da Agricultura Familiar e visa, segundo Schneider, Mattei e Cazella (2004, p. 3), “o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável”, com o objetivo primordial de estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar. O governo brasileiro, nos últimos planos safras, vem contemplando novos segmentos da agricultura familiar com financiamentos subsidiados e ampliação gradativa de recursos. Por outro lado, pesquisadores, em especial Guanzioli (2007), afirmam que deveria ser repensada a manutenção dos fortes subsídios. Segundo Feijó (2013), o PRONAF tornar-se-ia autossustentável se fossem cobradas taxas anuais de juros da ordem de 17,8% ao ano, ainda muito inferiores ao das operações de empréstimo tradicional das instituições financeiras. Feijó (2013, p. 21) conclui, que “o fato de o programa cobrar, em média, apenas 1,88% de juros anuais ao mutuário do crédito rural familiar *custou para a sociedade mais de 4,5 bilhões de reais em 2012*”.

É indiscutível que a agricultura familiar é responsável por uma grande fatia da produção de alimentos no Brasil e, para tal, são necessários recursos para geri-la da mesma forma e ordem quanto a sua importância na cadeia alimentar. Neste cenário, o programa dispõe de linhas de crédito de PRONAF Custeio, PRONAF Investimento (mais alimentos), Microcrédito Rural, PRONAF Agroecologia, PRONAF Mulher, PRONAF Eco, PRONAF Agroindústria, PRONAF Semiárido, PRONAF Jovem, PRONAF Floresta, PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares e PRONAF Cota-Parte. Dentre as linhas de crédito disponíveis, no âmbito do PRONAF, as mais acessadas, no Município de Maripá, estão contempladas na Figura 4.11.

Figura 4.11 - Linhas de Crédito do PRONAF, utilizadas pelos Agricultores familiares, no Município de Maripá, no período de 2005 a 2014

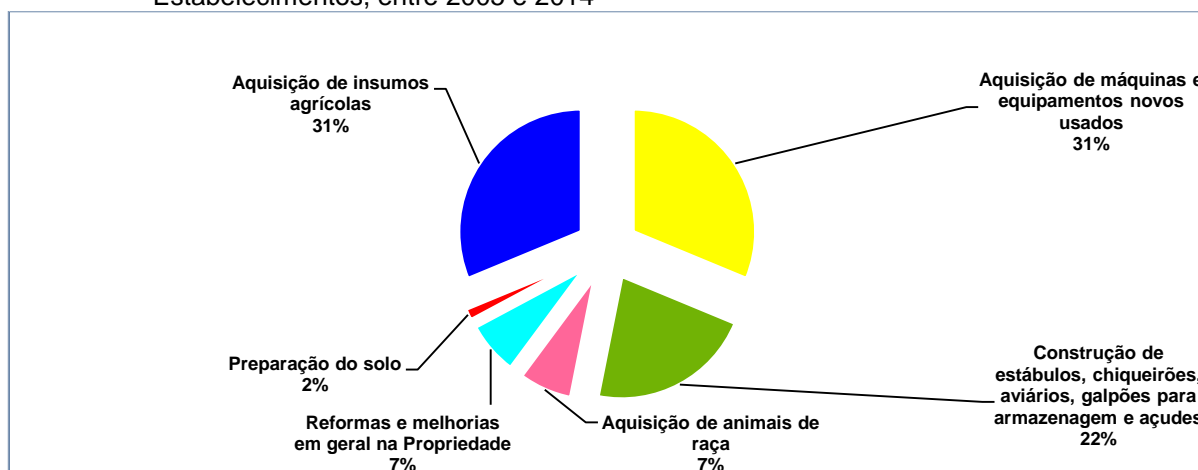


Fonte: Dados da pesquisa, 2014. Elaborado pelo Autor.

Os resultados apontam que durante o período de 2005 e 2014, 43% dos entrevistados utilizaram a linha de crédito do PRONAF na modalidade de Custeio, 44% na modalidade de Investimento, 9% deles nunca solicitaram e não utilizaram nenhuma das linhas de Crédito e 4% dos entrevistados utilizaram outras fontes de financiamento. Os agricultores familiares ainda foram indagados sobre quais programas de financiamentos agrícolas, disponíveis para a agricultura, tem conhecimento. Foram obtidas as seguintes respostas: 65,1% afirmaram conhecer o PRONAF, 29,1% somente o PRONAP e 5,8% afirmaram conhecer somente outras linhas de crédito agrícola. Sobre os entrevistados que afirmaram conhecer somente o PRONAP e outras linhas de crédito, acredita-se que isso se deve ao fato da falta de conhecimento por parte destes, das peculiaridades e formas de financiamento agrícola, pois, na realidade, obtiveram linhas de crédito do próprio programa.

Ainda no cenário da obtenção de financiamentos do PRONAF, nas linhas de Custeio e Investimento, procurou-se obter dos entrevistados a opinião sobre como os recursos foram gastos nas propriedades, no período compreendido entre 2005 e 2014, mais precisamente onde e como, demonstrado na Figura 4.12.

Figura 4.12 - Utilização dos Recursos do PRONAF, pelos Agricultores Familiares de Maripá, em seus Estabelecimentos, entre 2005 e 2014



Fonte: Dados da pesquisa, 2014. Elaborado pelo Autor.

Os resultados demonstram que 31% dos recursos foram utilizados para aquisição de insumos agrícolas. Igualmente 31% utilizados para aquisição de máquinas e equipamentos novos e usados, 22% para construção de estábulos, chiqueirões, aviários, galpões para armazenagem de produtos e insumos agrícolas e construção de tanques escavados para criação e engorda de peixes, 7% para aquisição de animais de raça leiteira, igualmente 7% para reformas e melhorias em geral na propriedade e, 2% na preparação e conservação de solos.

Guanziroli (2007, p. 325), afirma que é necessário, “induzir os mutuários (do PRONAF) a buscarem o máximo de eficiência na utilização dos recursos” e que, também, é indispensável, “rever a institucionalidade e a forma de operação do Pronaf a fim de reforçar a disciplina financeira”. Observou-se que, pelos resultados da pesquisa, ao menos quanto à preocupação de Guanziroli (2007) nos itens acima mencionados, os mutuários do PRONAF, no município de Maripá, atingiram a eficiência na utilização de recursos e também a disciplina financeira.

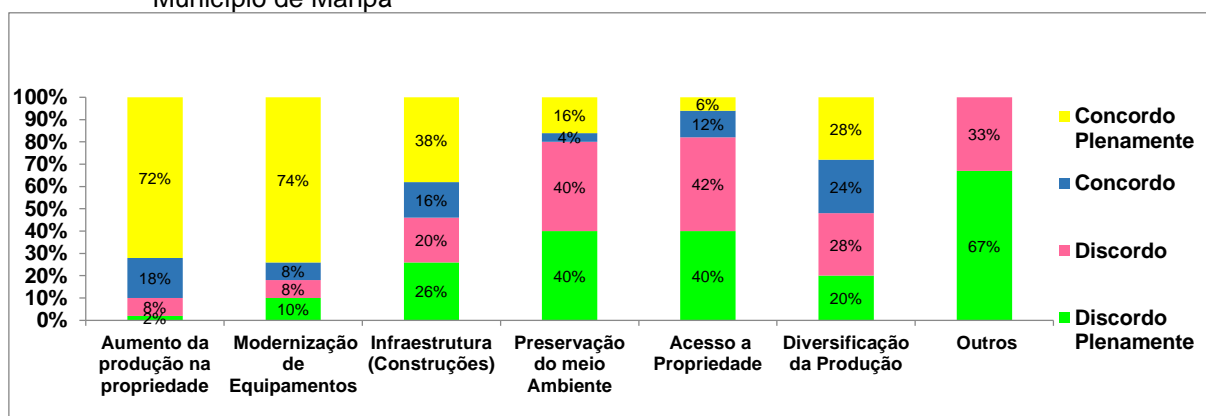
4.5 CONTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PRONAF NO ESTABELECIMENTO E ENTRAVES PARA OBTENÇÃO DO CRÉDITO NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ

Os recursos do PRONAF objetivam estimular a cadeia produtiva da agricultura familiar com metas claras de geração de emprego, renda e qualidade de vida do agricultor familiar no campo (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2012). Silva (2012, p. 30), afirma que o “PRONAF provoca efeitos econômicos intersetoriais no

território, pois embora seja uma política *a priori* agrícola, gera demandas e fornece insumos tanto para o setor industrial como para o de serviços”. Os agricultores familiares afirmaram que nos, últimos anos, a agricultura familiar ganhou importância e atenção do governo federal, principalmente no tocante a gama diversificada de incentivos para modernização, diversificação e melhora da infraestrutura do estabelecimento agrícola. Nunca houve tanto incentivo nos últimos 30 anos. Hoje, é possível comprar o que é preciso com juros baixos (subsidiados) pelo programa, o que incentiva muito a produzir mais e melhor. No entanto afirmam que pode melhorar ainda mais.

Buscou-se saber dos agricultores familiares, do município de Maripá, se os recursos do PRONAF exerceram algum impacto na produção, aquisição de equipamentos, infraestrutura, meio ambiente, acesso à propriedade, diversificação na produção e outros itens de livre indicação do entrevistado em suas propriedades, Figura 4.13.

Figura 4.13 - Contribuição dos Recursos do PRONAF nos estabelecimentos agrícolas familiares no Município de Maripá



Fonte: Dados da pesquisa, 2014. Elaborado pelo autor.

Os resultados apontam que 90% dos agricultores familiares, entrevistados, concordaram que os recursos do PRONAF contribuíram para aumento da produção na propriedade, 82% para modernização de equipamentos ou aquisição de equipamentos novos, 54% para melhoria da infraestrutura no segmento de construções, 52% para ampliação da diversificação da produção, 20% para preservação do meio ambiente e 20% para melhoria no acesso às propriedades.

Embora a grande maioria dos agricultores familiares obtivessem recursos do programa, alguns entraves, de ordem normativa, foram relatados durante as

entrevistas. O primeiro apresentado foi quanto ao limitador de R\$ 360.000,00 na totalidade de receitas, auferidas pelo estabelecimento de agricultura familiar, pois alguns agricultores ultrapassaram esse limite, devido à diversificação da produção agropecuária (suínos, aves, peixe, leite, soja, milho, e outros), exercida nas pequenas propriedades rurais, ou seja, menos de 4 módulos fiscais, sendo, conseqüentemente, o principal entrave ao não acesso a esta modalidade de crédito. O segundo entrave apontado foi quanto à liberdade do agricultor familiar ao volume de crédito pretendido por que muitas vezes o mutuário solicita certa quantia de crédito parcial, mas as agências de fomento somente liberam o valor integral da proposta e, conseqüentemente, o mutuário declina do financiamento para não se endividar.

Constata-se que, embora existam deficiências no PRONAF, os recursos direcionados para a agricultura familiar, no município de Maripá, contribuem nos estabelecimentos, aumentando à produção agropecuária, a modernização de equipamentos, a infraestrutura e, sobretudo para o bem estar do agricultor familiar.

4.6 LINHAS DE CREDITO DO PRONAF NÃO ACESSADAS NO MUNICIPIO DE MARIPÁ

As linhas de crédito do PRONAF mais acessadas pelos agricultores familiares do município de Maripá, Figura 4.11, são o PRONAF Custeio 43%, destinado a financiar insumos das atividades agropecuárias, de beneficiamento ou industrialização e comercialização da produção própria ou de terceiros e o PRONAF Investimento 44% (mais alimentos), destinado a financiar máquinas, equipamentos e infraestrutura que objetivam melhorar a produção e os serviços agropecuários e não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais.

Portanto, as demais linhas de crédito do PRONAF como o Microcrédito Rural, PRONAF Agroecologia, PRONAF Mulher, PRONAF Eco, PRONAF Agroindústria, PRONAF Semiárido, PRONAF Jovem, PRONAF Floresta, PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares e PRONAF Cota-Parte não registram acessos pelos agricultores familiares entrevistados. Por outro lado, responsáveis pelas carteiras de fomento do PRONAF, no município de Maripá

(Banco do Brasil e Sicredi), afirmaram que foi concedida uma demanda menor, das linhas de Microcréditos e PRONAF Mulher.

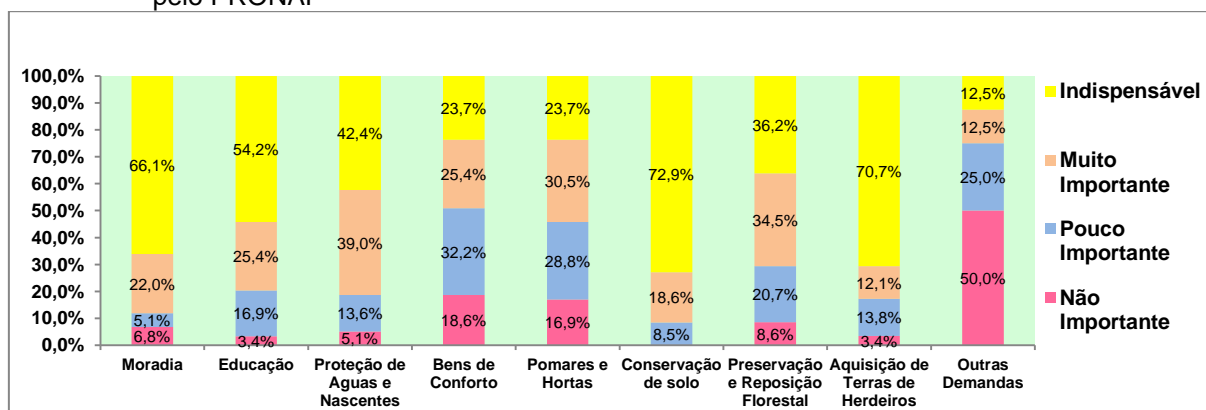
4.7 DEMANDAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE MARIPÁ NÃO ATENDIDAS OU NÃO PREVISTAS PELO PRONAF

Feijó (2013, p. 21), afirma ser notório “que falta ao agricultor familiar uma séria de recursos em infraestrutura (estradas vicinais, sistemas de escoamento de produção, investimento em capital fixo etc.)”. Pelas demandas e deficiências da estrutura e controle dos devedores do PRONAF, Guanziroli (2007, p. 325) sugere “a necessidade de recriar a institucionalidade e de impor mecanismos de controle social mais efetivo” e, alternativamente “a de dirigir o crédito a algumas cadeias produtivas, selecionadas e a priori em algumas regiões, que contassem com Planos de Desenvolvimento Territoriais bem elaborados”. Muitos pesquisadores como Guanziroli, Feijó, Buainain, Alves, Silveira, Damasceno, Khan, Lima, entre outros, apontam deficiências e excessos na relação do agricultor familiar e PRONAF, como: níveis de sustentabilidade, a baixa renda, a falta de recursos, o custo alto dos subsídios, a falta ou baixa assistência técnica, a inadimplência, as demandas, a diversificação, entre outras constatações.

As deficiências e excessos, apontados pelos pesquisadores, são espelhados pelos agricultores familiares, entrevistados, em nossa pesquisa. Entre elas são apontadas a falta de políticas públicas definitivas e constantes para a agricultura familiar, necessidade da mudança de políticas de concessão de crédito do PRONAF, qualidade das assistências das ATER, autossuficiência do agricultor familiar, ampliação dos incentivos, políticas do PRONAF mais direcionadas e específicas para cada região, insuficiência de recursos e novas demandas para agricultura familiar.

Em nossas entrevistas e visitas aos agricultores dos estabelecimentos rurais, reuniões em Comunidades Religiosas e na Associação dos Aquicultores, do município de Maripá, foram apontadas possíveis demandas que o PRONAF deveria contemplar que são indispensáveis e muito importantes e necessárias para manter a família no campo, Figura 4.14.

Figura 4.14 - Demandas da Agricultura Familiar, no Município de Maripá, ainda não Contempladas pelo PRONAF



Fonte: Dados da pesquisa, 2014. Elaborado pelo Autor.

Os resultados demonstram que, para 91,5% dos entrevistados, é indispensável e muito importante um crédito do PRONAF para conservação de solos, 89,6% para educação, 88,1% para moradia, 82,8% para aquisição de terras de herdeiros, 81,4% para proteção de águas e nascentes, 70,7% para preservação e reposição florestal, 54,2% para pomares e hortas, 49,1% para bens de conforto e 25% para outras demandas. Estas demandas do PRONAF apontadas pelos agricultores familiares, no município de Maripá, convergem para a sustentabilidade da agricultura familiar, segmento estratégico para o desenvolvimento do país.

4.8 CONCLUSÃO

A concentração fundiária na Região Oeste Paranaense ainda é tema de discussão em muitas pesquisas. Na mesma direção são apresentadas dúvidas sobre a qualidade da colonização e também quanto à concentração de grandes áreas rurais para um número reduzido de agricultores.

Com a realização deste estudo, foi possível constatar quanto ao perfil dos usuários do PRONAF, no município de Maripá, pertencente à microrregião de Toledo, que os agricultores familiares possuem propriedades rurais com tamanho médio não superior a 25,48 ha por estabelecimento familiar e práticas abrangentes na diversificação agropecuária. Quanto à execução das atividades nos estabelecimentos agrícolas, constatou-se que em 77,6% destes estabelecimentos são explorados, unicamente, pelos familiares e outros 15,5% utilizam ajuda de funcionários temporários e, a grande maioria, tem escolaridade regular e não

existem analfabetos. Quanto às Assistências Técnicas de Extensão Rural a EMATER é a maior aliada no apoio e instrução ao agricultor familiar.

Dentre as linhas de crédito do PRONAF mais acessadas pelos agricultores familiares, no município, no período compreendido entre 2005 e 2014, foram o PRONAF Custeio com 43% e Investimentos 44%. Os recursos de Custeio foram gastos com aquisição de insumos agropecuários e, os de investimento para aquisição de máquinas e equipamentos novos e usados, construção de estábulos, chiqueirões, aviários, galpões e açudes para engorda de peixes, aquisição de animais de raça, reformas gerais na propriedade e preparação do solo.

Os recursos do PRONAF que mais contribuíram nos estabelecimentos rurais no município são: para 90% dos agricultores no aumento da produção na Propriedade, para 82% na modernização e aquisição de equipamentos novos, para 54% na melhoria da infraestrutura e para 52% para ampliação da diversificação agrícola, o que confirma a objetividade conclusiva a que chegaram Schneider, Mattei e Cazella (2012).

No tocante as linhas de crédito do PRONAF não acessadas, estão o PRONAF Agroecologia, PRONAF Mulher, PRONAF Eco, PRONAF Agroindústria, PRONAF Semiárido, PRONAF Jovem, PRONAF Floresta, PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares e PRONAF Cota-Parte. Por outro lado, os agricultores familiares apontaram demandas ainda não previstas ou insuficientes no contexto das linhas de crédito do PRONAF atualmente existentes, dentre as quais estão: a conservação do solo com 91,5%, educação com 89,6%, moradia com 88,1%, aquisição de terras de herdeiros com 82,8%, proteção de águas e nascentes com 81,4%, preservação e reposição florestal com e 54,2% para pomares de hortas.

E, por fim, quanto às demandas de linhas de crédito do PRONAF apontadas pelos agricultores familiares, do município de Maripá, são considerados instrumentos ímpares na manutenção da família do agricultor no campo, assegurando o desenvolvimento rural sustentável do modelo europeu de colonização agrária, executada, na fazenda Britânia, idealizada por Willy Barth, e preservada até os dias de hoje no município.

REFERÊNCIAS

- BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 248 p.
- BEUREN, I. M. (org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. Atualizada de acordo com as Normas da ABNT: NBR 6034:2004 e NBR 12225:2004. São Paulo: Atlas, 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar 2014-2015**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_278/cartilha_0.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2015.
- BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, Ano 12, n. 2, p. 105-121, abr./maio/jun. 2013.
- COLLE, C. A. **Negociações multilaterais e políticas agrícolas dos Estados Unidos; União Européia e Brasil**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2008, 167 p. (Realidade Rural; n. 51).
- CONTI, B. M. de; ROITMAN, F. B. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. **Revista do BNDS**, n. 3535, p. 131-168, jun. 2011.
- DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. **RESR – Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 129-156, jan./mar. 2011.
- FEIJÓ, R. L. C. **A maioria do Pronaf: uma avaliação crítica do programa de apoio à agricultura familiar em seus 18 anos de vida**. Ribeirão Preto: FEA/USP-RP, 2013. (Texto para discussão – Série Economia TD-E 06/2013). Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/pesquisa/images/Anexos/Publicacoes/Textos_discussao/RE/2013/TD-E06-2013.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2014.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **RER - Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr./jun. 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P#13>>. Acesso em 23 out. 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NIEDERAUER, O. H. **Toledo**: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. Toledo Pr: Manz Etiquetas Adesivas, 1992.

QUEIROZ, S. F. de. **Pronaf e desenvolvimento rural sustentável**: uma análise econométrica espacial dos impactos do programa nas regiões sul e nordeste, do Brasil, entre 2000 e 2006. 2012. 258 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <http://www.ppge.ie.ufu.br/teses?order=field_dissertacao_data_defesa_value&sort=asc>. Acesso em: 11 mar. 2014.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/schneider/historico_peonaf.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2012.

SILVA, O.; BRAGAGNOLLO, R.; MACIEL, C. F. **Toledo e sua história**. Toledo: Prefeitura Municipal, 1988.

SILVA, S. P. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial**: uma análise dos impactos socioeconômicos do Pronaf no Território Médio Jequitinhonha - MG. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para discussão – Ipea). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15139>. Acesso em: 23 abr. 2015.

YURKIV, J. E.; RIBEIRO, M. de F. B. **Maripá e sua história**. Cascavel: Edunioeste, 2001. 128 p.

5 CONCLUSÕES GERAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender se o Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) tem influência no contexto do seu desenvolvimento sustentável no município de Maripá-PR. A pesquisa foi realizada sob três focos distintos, porém, não dissociáveis para a compreensão geral dos objetivos específicos. No primeiro, foi realizado um estudo teórico sobre a evolução da agricultura, desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar, história e evolução da agricultura familiar e PRONAF. No segundo, foi abordado, na abrangência do município de Maripá, a origem e evolução da agricultura familiar, percepção sobre o desenvolvimento rural sustentável e a evolução da produção agropecuária e, no terceiro, verificou-se o perfil dos usuários do PRONAF nos estabelecimentos rurais e entraves para o seu uso, as linhas de créditos não acessadas e possíveis demandas da agropecuária familiar, ainda não prevista pelo programa.

5.1 HISTÓRIA DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura é um conjunto de técnicas práticas e sociais que tem por objetivo a produção de bens de origem animal e vegetal, oriundos da artificialização dos ecossistemas pelas populações, para a subsistência do homem, desde gêneros alimentícios, produtos energéticos, utensílios de construção, matéria primas, dentre outros bens. Com o advento do desenvolvimento tecnológico, no século XVII, a agricultura iniciou sua modernização com a implantação de irrigações, uso de adubos, métodos de conservação e refrigeração que contribuíram para a agricultura industrial.

O homem sempre teve preocupação com a exploração agropecuária e os problemas de impacto ao meio ambiente, porém, somente nos anos 70, iniciaram-se as práticas de sistemas produtivos com menor impacto ao meio ambiente, voltadas para a agricultura orgânica. Quanto à definição de desenvolvimento sustentável, existem muitas na literatura especializada, porém, desconhece-se como o sistema de sustentabilidade realmente opera.

Visando avaliar a sustentabilidade da agricultura familiar, no município de Maripá, sob as dimensões Sociais, Econômicas, Ambientais, Culturais e Político Institucional, buscou-se e estudou-se o rol dos indicadores de sustentabilidade, sugeridos e descritos por Sachs, Bellen, Sarandón, Khan e Lima, Zampieri, e Carvalho.

No Brasil, o marco inicial para promover a sustentabilidade na agricultura familiar veio com a instituição do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, em 2003, órgão colegiado do MDA e institucionalizado em ato normativo, pela lei 11.326 de 2006. Porém a agricultura familiar no Brasil foi definitivamente reconhecida com a institucionalização do PRONAF, em 1995, mas somente, em 2001, estabeleceram-se diretrizes exclusivas com foco de apoio financeiro ao segmento familiar. A partir desse período, diversas pesquisas mostram desigualdades na distribuição dos recursos do PRONAF, focando volumes maiores de recursos para o Sul e Sudeste, porém menor número de beneficiados e, por outro lado, no Nordeste e Norte do Brasil com maior número de beneficiados e menor volume de recursos.

No tocante à eficiência dos volumes de recursos do PRONAF, disponibilizados pelo Governo e efetivamente liberados pelos agentes de fomento, surgiu apenas a partir de 2004, chegando aos patamares de 83,2% de realização ao que foi disponibilizado e, 2011, em torno de 75%, significando restrições quanto à liberação dos créditos. No estado do Paraná, constatou-se uma retração no volume dos créditos na linha de custeio e uma ascendência nos investimentos na Pecuária (Suínos, Aves, Peixe, Gado e Leite), a mesma tendência foi constatada no município de Maripá.

Finalmente, conclui-se que são necessários estudos pormenorizados para alcançar a eficiência na distribuição dos recursos do PRONAF entre as regiões geográficas, unidades da Federação, Municípios e Comunidades, objetivando atingir a plenitude dos objetivos primordiais do programa.

5.2 O CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ

O objetivo geral deste estudo foi levantar e compreender a dinâmica da agricultura familiar, no município de Maripá, desde sua origem, evolução e

consolidação e, também, a percepção dos estabelecimentos rurais quanto à prática do desenvolvimento rural sustentável, através de pesquisas bibliográficas, estudos e entrevistas com os pioneiros e agricultores familiares.

Conclui-se que a agricultura familiar, no município de Maripá, teve sua origem advinda e alicerçada no vigoroso modelo fundiário que a Companhia Maripá projetou para a colonização da Fazenda Britânia. No campo, a divisão das terras foi realizada em pequenas unidades fundiárias, “colônias, com no máximo 25 há a unidade” e o subúrbio em “chácaras rurais”, com objetivos na produção de hortifrutigranjeiros e no campo para a agropecuária. Quanto ao elemento humano, optou-se pelo pequeno proprietário sulista do Rio Grande do sul e Santa Catarina, descendentes de italianos e alemães que já tinham mais de 100 anos de experiência familiar e aclimatação no Brasil e experientes na criação de suínos, fabricação de manteiga e queijo, cultivo de feijão, milho, batatas, trigo, arroz, fumo entre outras.

Ao analisar a percepção dos estabelecimentos rurais familiares sobre o desenvolvimento rural sustentável, percebeu-se que 23,7% dos estabelecimentos possuem SISLEG averbada, 86,4% mantém áreas de preservação permanente, 71,2% áreas de reserva legal, 93,2% preservação de solos, 32,2% local autorizado para desejos de animais e 64,4% possuem depósito apropriado para o lixo agrícola. Quanto ao licenciamento ambiental, 5,2% dos estabelecimentos possuem licença de operação para a atividade de suinicultura, 5,2% para frango, 12,1% para atividade leiteira, 10,3% possuem outorga para uso de águas superficiais e 19,0% para águas subterrâneas, porém os estabelecimentos rurais do universo da amostra que possuem aviários, suínos e piscicultura, 100% destes, possuem licença ambiental de operação e outorga de uso de água.

Quanto à importância das dimensões de sustentabilidade na atividade rural, a dimensão econômica é a mais importante para os agricultores familiares com 82,7%, seguida pela ambiental com 63,5%, social com 50% e, por último, a cultural com 38,5%. Ainda neste contexto, para os agricultores familiares, são de média relevância os indicadores de política institucional de assistência técnica das cooperativas e EMATER. Quanto ao processo sucessório na propriedade familiar, 67,3% dos agricultores acreditam que os filhos e netos darão continuidade às atividades agrícolas.

No tocante à evolução da produção agropecuária, houve uma ligeira diminuição da área cultivada, no período de 1993 para 2012, embora sendo o cultivo da Soja e do Milho indispensável para os agricultores familiares no conjunto da agropecuária. Por outro lado, ficou evidenciada a ascensão da produção pecuária leiteira, suinicultura, avicultura, piscicultura, implementação tecnológica e a diversificação na agropecuária familiar, ancorada, quase na totalidade pelo Pronaf.

Por fim, diante dos resultados, obtidos pelos dados disponibilizados pelos órgãos estatísticos somente até, dezembro de 2012, torna-se necessária incorporar estudos dos dados da produção nos anos de 2013 e 2014 os quais ainda não estavam disponíveis no banco de dados do IBGE. Na abrangência da sustentabilidade rural, esta pesquisa demanda de estudos adicionais nos estabelecimentos agropecuários familiares, no município de Maripá, principalmente no tocante às dimensões e indicadores de sustentabilidade mais apropriada para análise da sustentabilidade que se pode obter através do método DRP – Diagnóstico Rural Participativo.

5.3 O PRONAF NO AMBIENTE DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ

Várias pesquisas, na região oeste paranaense, foram feitas sobre a qualidade e formas de colonização, efetuadas na Fazenda Britânia e no tocante a concentração de grandes áreas rurais para um número reduzido de agricultores.

Por outro lado, os estabelecimentos familiares, no município de Maripá, possuem uma área média não superior a 25,48 ha e práticas fortes na diversificação da produção agrícola. Tem-se, ainda, que 77,6% dos estabelecimentos são explorados apenas por seus familiares, outros 15,5% utilizam ajuda de funcionários temporários e, a grande aliada no apoio e instrução aos agricultores familiares é a EMATER.

Quanto às linhas de crédito mais acessadas pelos agricultores familiares no período compreendido entre 2005 e 2014 foram, respectivamente, o PRONAF Custeio com 43%, utilizado para aquisição de insumos agropecuários e PRONAF Investimento com 44%, para aquisição de Máquinas e Equipamentos novos e usados, construção de estábulos, chiqueirões, aviários, galpões e açudes para

engorda de peixes, aquisição de animais de raça, reformas gerais na propriedade e preparação de solo.

Os recursos do PRONAF contribuíram com os estabelecimentos rurais familiares, do município de Maripá, no aumento da produção, modernização e compra de equipamentos novos, melhoria da infraestrutura e ampliação da diversificação na agricultura, objetividade idêntica a que chegou Schneider, Mattei e Cazella (2012). Quanto a linhas de crédito do PRONAF não acessadas ou não utilizadas estão o PRONAF Agroecologia, PRONAF Mulher, PRONAF Eco, PRONAF Agroindústria, PRONAF Semiárido, PRONAF Jovem, PRONAF Floresta, PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares e PRONAF Cota-Parte.

Por outro lado, os agricultores familiares, apontaram demandas não previstas ou insuficientes nas linhas de crédito do PRONAF e que são fundamentais e indispensáveis. Entre as principais estão a de conservação de solos com 95% de unanimidade, educação plena com 89,6%, moradia apropriada com 88,1%, aquisição de terras de herdeiros com 82,8%, proteção de águas e nascentes com 81,4%, preservação e reposição florestal com 70,7%, pomares e hortas com 54,2%, bens de conforto 49,1% e 25% dentre outras necessidades.

E, por fim, as demandas do PRONAF, apontadas pelos agricultores familiares neste estudo, são instrumentos fundamentais para manter a família do agricultor no campo assegurando, dessa forma, o modelo de colonização e desenvolvimento rural sustentável, executado na Fazenda Britânia, idealizada por Willy Barth e, sobretudo, preservado nos mesmos moldes até hoje.

REFERÊNCIAS GERAIS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 29, n. 1, jan./ago. 1999. Disponível em: <[HTTP://ceragro.iica.int/Documents/Agricultura-Familiar.pdf](http://ceragro.iica.int/Documents/Agricultura-Familiar.pdf)>. Acesso em: 07 nov. 2012.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 73-78, abr./jun. 2007. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/agricultura-familiar-e-uso-do-solo/>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável. **Revista Educação Agrícola Superior**, Brasília, v.15, n. Especial, p. 51-85, 1997. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/desenvolvimento-agrario/texto-27-da-ideologia-do-progresso-a-ideia-de-desenvolvimento-rural-sustentavel.pdf/view>>. Acesso em 08 nov. 2012.

ASTI VERA, A.. **Metodologia da pesquisa científica**. 8. ed. São Paulo: Globo, 1989.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Perfil do município de Maripá, PR**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/maripa_prL>. Acesso em: 17 nov. 2014

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 248 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de Crédito Rural – capítulo 10**. Atualização MCR 584, de 1º de Setembro de 2014. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/>>. Acesso em: 22 set. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2.191, de 24 de Agosto de 1995**. Crédito Rural - Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2191_v1_O.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2012.

BANCO DO BRASIL S/A. **Gerência e Carteira de Crédito Rural**. Agência de Maripá, Paraná.

BELIK, Walter. **Avaliação da operacionalização do programa PRONAF**, 2010. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo175.htm>>. Acesso em: 22 out. 2012.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2002. 235 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

BEUREN, I. M. (org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. Atualizada de acordo com as Normas da ABNT: NBR 6034:2004 e NBR 12225:2004. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e da outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/112235/decreto-1946-96>>. Acesso em: 07 nov. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 4.854, de 8 de Outubro de 2003**. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, e da outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4854.htm>. Acesso em: 10 nov. 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em: 07 nov. 2012.

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: jul. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra da agricultura familiar 2014-2015**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_278/cartilha_0.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2015.

BRUNDTLAND. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. Disponível em: <http://conspect.nl/pdf/Our_Common_Future-Brundtland_Report_1987.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2013.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, Ano 12, n. 2, p. 105-121, abr./maio/jun. 2013.

CARNEIRO, J. M. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF**, 1997. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/livros/brasil/cpda/estudos/oito/carneiro8.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2012.

CARVALHO, J. R. M. de; CARVALHO, E. K. M. de A.; LIRA, W. S. Estudo dos indicadores de sustentabilidade da agricultura familiar: o saco da comunidade de

Vieirópolis, PB. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 244-263, jun./dez. 2013.

COLLE, C. A. **Negociações multilaterais e políticas agrícolas dos Estados Unidos; União Européia e Brasil**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2008, 167 p. (Realidade Rural; n. 51).

CONTI, B. M. de; ROITMAN, F. B. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. **Revista do BNDS**, n. 3535, p. 131-168, jun. 2011.

DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. (Org.). **Agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. **RESR – Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 49, n. 1, p. 129-156, jan./mar. 2011.

DEPONTI, C. M. **Indicadores para avaliação da Sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local**. 2001. 153 f. Monografia (Especialista em Desenvolvimento Rural e Agroecologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. Tradução Vitor de Athayde Couto. 2. ed. Salvador BA: EDUFA, 2010. 326 p.

EHLERS, E. M. **O que se entende por agricultura sustentável**. 1994. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Setor de Cadastro e DAP. Escritório do Município de Maripá.

EVOLUÇÃO da agricultura mundial. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://negocios.maiadigital.pt/hst/sector_actividade/agro_pecuaria/caracterizacao/esboco>. Acesso em: 07 nov. 2012.

FEIJÓ, R. L. C. **A maioria do Pronaf: uma avaliação crítica do programa de apoio à agricultura familiar em seus 18 anos de vida**. Ribeirão Preto: FEA/USP-RP, 2013. (Texto para discussão – Série Economia TD-E 06/2013). Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/pesquisa/images/Anexos/Publicacoes/Textos_discussao/REC/2013/TD-E06-2013.pdf>. Acesso em 09 ago. 2014.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecología**: procesos ecológicos en agricultura sostenible. Turrialba, Costa Rica: CATIE, 2002. 359 p.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, São Cristovão, SE, v. 5, n. 1, 1º sem. 2004.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940 – 1970). Cascavel Pr: Edunioeste, 2002. 306 p.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **RER - Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr./jun. 2007.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P#13>>. Acesso em 23 out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapas Estatísticos censo 2010**. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>. Acesso em: 23 out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Eletrônica (SIDRA)**. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico do município de Maripá**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85955&btOk=ok>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desafios do desenvolvimento**. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 14 mai. 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**: ciência do conhecimento, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Tradução Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.

MARCATTO, C. **Agricultura sustentável: conceitos e princípios**. rede ambiente. 2002. Disponível em: <http://www.redeambiente.org.br/artigos.asp?id_dir=6>. Acesso em: 08 nov. 2012.

MARIPÁ. Prefeitura Municipal. **Cadastro rural, tributação e meio ambiente**. Maripá, 2014.

MARZALL, K.; ALMEIDA, J. Estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 41-59, jan./abr.2000.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. 136 p. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/md000007.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2013.

MAZOYER, M.; ROUDART L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução José Luis Godinho. Lisboa: Instituto Piaget, 1997-1998. 501 p.

MOURA, L. G. V. **Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo-RS**. 2002. 190 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

NIEDERAUER, O. H. **Toledo: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso**. Toledo Pr: Manz Etiquetas Adesivas, 1992.

OLIVEIRA, A. B. (coord.). **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PELEIAS, I. R. **Controladoria: gestão eficaz utilizando padrões**. São Paulo: Saraiva, 2002.

PNUD – Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Rankings do desenvolvimento humano**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx#>>. Acesso em: 18 out. 2014.

QUEIROZ, S. F. de. **Pronaf e desenvolvimento rural sustentável: uma análise econométrica espacial dos impactos do programa nas regiões sul e nordeste, do Brasil, entre 2000 e 2006**. 2012. 258 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <http://www.ppge.ie.ufu.br/teses?order=field_dissertacao_data_defesa_value&sort=asc>. Acesso em: 11 mar. 2014.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, J. D. **O fim da pobreza**: como acabar com a miséria mundial nos próximos vinte anos. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARADÓN, S. J.; FLORES, C. C. (Coord.). **Agroecología**: bases teóricas para el diseño y manejo de agroecosistemas sustentables. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014.

SARANDÓN, S. J. La agricultura como actividad transformadora del ambiente. El impacto de la agricultura intensiva de la revolución verde. In: SARADÓN, S. J. (Ed.) **Agroecología**: el camino hacia, una agricultura sustentable. La Plata: Adiciones Científicas Americanas, 2002. Cap. 20, p. 393-414.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/schneider/historico_peonaf.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2012.

SEGATTI, S.; HESPANHOL, A. N. **Alternativas para a geração de renda em pequenas propriedades rurais**. São Paulo: ENGRUP, 2008. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/segatti_e_hespanhol.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2012.

SICREDI – Banco Cooperativo. **Gerência e Carteira de Crédito Rural**. Agência de Maripá, Paraná.

SILVA, F. F. **Distribuição de crédito para agricultura familiar**: um estudo do PRONAF a partir de um indicador de desenvolvimento rural. 2006. 250 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SILVA, O.; BRAGAGNOLLO, R.; MACIEL, C. F. **Toledo e sua história**. Toledo: Prefeitura Municipal, 1988.

SILVA, P.C.S. DA, SILVA, N. L. S. DA; FEY, R.; ZONIN, W. J.; FEIDEN, A.; DE GRANDI, A. M. Construção de indicadores de desenvolvimento rural sustentável feita por trabalhadores rurais de dois assentamentos de Ramilândia, PR. **Revista Cultivando Saber**, Cascavel, v.5, n.1, p.47-58, 2012.

SILVA, S. P. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial**: uma análise dos impactos socioeconômicos do Pronaf no Território Médio Jequitinhonha - MG. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para discussão – Ipea). Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15139>. Acesso em: 23 abr. 2015.

TEODORO, P. A. V. B.; NAZZARI, R. K.; BERTOLINI, G. R. F.; MIYAZAKI, J.; GAFFURI, J.; SCHMIDT, R. M. Agricultura familiar: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável. In: SEMINÁRIO ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, 2., 2005, Cascavel. **Anais...** Cascavel, 2005. Disponível em: <<http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco05.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2012.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

YURKIV, J. E.; RIBEIRO, M. de F. B. **Maripá e sua história**. Cascavel: Edunioeste, 2001. 128 p.

ZAMPIERI, S. L. **Método para seleção de indicadores de sustentabilidade e avaliação dos sistemas agrícolas do Estado de Santa Catarina**. 2003. 215 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2003.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (org.) **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. 428 p.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA



4Universidade Estadual do Oeste do Paraná

CAMPUS – MARECHAL CÂNDIDO RONDON



Anexo I - Roteiro da Entrevista

MESTRADO – DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

O PRONAF NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MARIPÁ

1. Nome do agricultor:

2. Idade:

3. Escolaridade:

- 3.1 () Não alfabetizado.
- 3.2 () Ensino fundamental incompleto.
- 3.3 () Ensino fundamental completo.
- 3.4 () Ensino médio incompleto.
- 3.5 () Ensino médio completo.
- 3.6 () Ensino superior incompleto.
- 3.7 () Ensino superior completo.
- 3.8 () Pós graduado.

4. Profissão do Proprietário e ou Posseiro da Terra:

- 4.1 () Agricultor
- 4.2 () Funcionário do Setor Privado
- 4.3 () Funcionário Público
- 4.4 () Presidente e ou Diretor de (Sindicato, Associação, Clube, Cooperativa, e assemelhado)
- 4.5 () Outro:

5. Membros da Família que residem na propriedade:

- | | |
|--------------------------|------------|
| 5.1 () Pai. | Idade: () |
| 5.2 () Mãe. | Idade: () |
| 5.3 () Esposa. | idade: () |
| 5.4 () Filho 1 (M) (F) | Idade: () |
| 5.5 () Filho 2 (M) (F) | Idade: () |
| 5.6 () Filho 3 (M) (F) | Idade: () |
| 5.7 () Filho 4 (M) (F) | Idade: () |
| 5.8 () Filho 5 (M) (F) | Idade: () |
| 5.9 () Irmão 1 (M) (F) | Idade: () |
| 5.10 () Irmão 2 (M) (F) | Idade: () |

11.4 Leite	(0) – (1) – (2) – (3)
11.5 Peixe	(0) – (1) – (2) – (3)
11.6 Mel	(0) – (1) – (2) – (3)
11.7 Outros:	(0) – (1) – (2) – (3)

12. No âmbito da agro indústria convencional o que é produzido ou transformado na sua propriedade e seu grau de importância: (0) Não é Importante; (1) Pouco Importante; (2) Muito importante e (3) Indispensável na Lavoura.

12.1 Queijo e Produtos Lácteo	(0) – (1) – (2) – (3)
12.2 Panificação	(0) – (1) – (2) – (3)
12.3 Vinhos e Bebidas	(0) – (1) – (2) – (3)
12.4 Melaço de Cana	(0) – (1) – (2) – (3)
12.5 Outros:	(0) – (1) – (2) – (3)

13. Na Produção de Frutas e Verduras qual é o grau de importância de cada uma das produções na propriedade: (0) Não é Importante; (1) Pouco Importante; (2) Muito importante e (3) Indispensável na Lavoura.

13.1 Verduras	(0) – (1) – (2) – (3)
13.2 Frutas	(0) – (1) – (2) – (3)
13.3 Legumes	(0) – (1) – (2) – (3)
13.4 Outros:	(0) – (1) – (2) – (3)

14. Quais das atividades abaixo podem ser desenvolvidas na sua propriedade: (0) Nenhum Potencial; (1) Pouco Potencial; (2) Grande Potencial e (3) Em exploração.

14.1 Turismo Rural	(0) – (1) – (2) – (3)
14.2 Festas	(0) – (1) – (2) – (3)
14.3 Lazer	(0) – (1) – (2) – (3)
14.4 Outras:	(0) – (1) – (2) – (3)

15. O financiamento para a sua atividade rural, é efetuado:

- 15.1 () Exclusivamente com Recursos Próprios.
 15.2 () Recursos Próprios e Financiamentos.
 15.3 () Outros:

16. Dentre os programas de financiamento disponíveis para a agricultura quais são de seu conhecimento?

- 16.1 () PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
 16.2 () PRONAMP – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural.
 16.3 () Outros:

17. Quais das modalidades de crédito do PRONAF já foram utilizadas e/ou solicitadas para sua propriedade?

- 17.1 () PRONAF Custeio.
 17.2 () PRONAF Investimento.
 17.3 () PRONAF Agroecologia.
 17.4 () PRONAF Mulher.
 17.5 () PRONAF Jovem.
 17.6 () Microcrédito Rural.

- 17.7 () PRONAF Floresta.
 17.8 () PRONAF ECO.
 17.9 () Micro Crédito Rural.
 17.10 () Outros:
 17.11 () Nunca Solicitei e Utilizei Créditos do PRONAF

18. Nos últimos 10 anos, os recursos do PRONAF utilizados na propriedade destinaram-se para:

- 18.1 () Aquisição de Máquinas e Equipamentos Novos e Usados.
 18.2 () Construção de Estábulo, Chiqueirões, Aviários, Galpões para Armazenagem e Açudes.
 18.3 () Aquisição de Animais de Raça.
 18.4 () Reformas e Melhorias em Geral na Propriedade.
 18.5 () Preservação do Solo.
 18.6 () Sistemas de Decantação e Coleta de Dejetos de Animais.
 18.7 () Aquisição de Insumos Agrícolas.
 18.8 () Outras Contribuições:

19. Quais modalidades de crédito do PRONAF foram solicitadas e não atendidas ou rejeitadas?

- 19.1 () PRONAF Custeio.
 19.2 () PRONAF Investimento.
 19.3 () PRONAF Agroecologia.
 19.4 () PRONAF Mulher.
 19.5 () PRONAF Jovem.
 19.6 () Microcrédito Rural.
 19.7 () PRONAF Floresta.
 19.8 () PRONAF ECO.
 19.9 () Micro Crédito Rural.
 19.10 () Todas modalidades solicitadas foram **Rejeitadas**.
 19.11 () Todas modalidades solicitadas foram **Atendidas**.

20. As modalidades de crédito do PRONAF solicitadas e rejeitadas aconteceram pelas seguintes causas.

- 20.1 () Falta de Garantias, Exigidas pelo Banco.
 20.2 () Inadimplência para com os órgãos de Fomento (Banco).
 20.3 () Não liberado pela ATER (EMATER, SINDICATOS e Outros).
 20.4 () Outros Motivos:

21. Quais demandas de crédito na Agricultura Familiar são importantes e necessárias, em sua opinião para manter a família na lavoura/roça (Espaço Rural): (0) Não é Importante; (1) Pouco Importante; (2) Muito importante e (3) Indispensável para a continuidade.

- | | |
|--|-----------------------|
| 21.1 Moradia | (0) – (1) – (2) – (3) |
| 21.2 Educação | (0) – (1) – (2) – (3) |
| 21.3 Proteção de Águas e Nascentes | (0) – (1) – (2) – (3) |
| 21.4 Bens de Conforto | (0) – (1) – (2) – (3) |
| 21.5 Pomares e Hortas | (0) – (1) – (2) – (3) |
| 21.6 Conservação do solo | (0) – (1) – (2) – (3) |
| 21.7 Preservação e Reposição Florestal | (0) – (1) – (2) – (3) |
| 21.8 Aquisição de Terras de Herdeiros | (0) – (1) – (2) – (3) |
| 21.9 Outras Demandas: | (0) – (1) – (2) – (3) |

22. Qual é a sua satisfação quanto aos Créditos do PRONAF em relação aos volumes disponibilizados para sua propriedade: (0) muito insatisfeito (1) relativamente insatisfeito (2) relativamente satisfeito (3) muito satisfeito.

22.1 Satisfação quanto aos Créditos (0) – (1) – (2) – (3)

23. Em sua opinião, os Recursos do PRONAF solicitados e disponibilizados para sua propriedade, contribuíram para: (0) Discordo Plenamente; (1) Discordo; (2) Concordo; (3) Concordo Plenamente:

23.1 Aumento da Produção na propriedade	(0) – (1) – (2) – (3)
23.2 Modernização de Equipamentos	(0) – (1) – (2) – (3)
23.3 Infraestrutura (Construções)	(0) – (1) – (2) – (3)
23.4 Preservação do Meio Ambiente	(0) – (1) – (2) – (3)
23.5 Acesso a Propriedade	(0) – (1) – (2) – (3)
23.6 Diversificação da Produção	(0) – (1) – (2) – (3)
23.7 Outros:	(0) – (1) – (2) – (3)

24. Nos últimos 12 meses, qual foi o montante de recursos do PRONAF utilizado nas modalidades abaixo:

24.1 Custeio.	(R\$)
24.2 Investimento.	(R\$)
24.3 Agroecologia.	(R\$)
24.4 Mulher.	(R\$)
24.5 Jovem.	(R\$)
24.6 Rural.	(R\$)
24.7 Floresta.	(R\$)
24.8 Ecologia.	(R\$)
24.9 Micro Crédito Rural.	(R\$)

25. Quanto à preservação ambiental, sua propriedade possui: (1) POSSUI (2) NÃO POSSUI.

25.1 SISLEG devidamente averbada.	()
25.2 Preservação Permanente	()
25.3 Reserva Legal	()
25.4 Preservação de solos (Curva de nível, base larga).	()
25.5 Local autorizado para dejetos de animais.	()
25.6 Depósito para Lixo Agrícola	()
25.7 Outros:	()

26. Quanto às Licenças Ambientais sua Propriedade possui: (1) POSSUI (2) NÃO POSSUI.

26.1 Licença de operação para atividade Suína.	()
26.2 Licença de operação para atividade Aves.	()
26.3 Licença de operação para atividade piscicultura.	()
26.4 Licença de operação para atividade bovina de corte e leiteira.	()
26.5 Outorga de uso de águas subterrâneas.	()
26.6 Outorga de uso de águas superficiais.	()
26.7 Outras:	()

27. Qual a importância das dimensões de sustentabilidade: (0) Não é Importante; (1) Pouco Importante; (2) Muito importante e (3) Indispensável.

27.1 Econômica	(0) – (1) – (2) – (3)
27.2 Ambiental	(0) – (1) – (2) – (3)
27.3 Cultural	(0) – (1) – (2) – (3)
27.4 Social	(0) – (1) – (2) – (3)
27.5 Outros:	(0) – (1) – (2) – (3)

28. Qual é a sua perspectiva quanto à sucessão da propriedade pela família.

- 28.1 () Sucessão (Filhos e Netos).
 28.2 () Os filhos já se foram e a propriedade será vendida.
 28.3 () Há interesse em continuar na propriedade, porém faltam incentivos.
 28.4 () A propriedade será Arrendada
 28.5 () Outros:

29. Em seu entendimento, dentre os **INDICADORES SOCIAIS DE SUSTENTABILIDADE** mais relevantes, no meio rural, como você classifica: **0 – Sem Relevância; 1- Baixa Relevância; 2- Media Relevância e 3- Alta Relevância.**

29.1 Acesso a Programas Sociais:	(0) - (1) - (2) - (3)
29.2 Saúde:	(0) - (1) - (2) - (3)
29.3 Políticas Governamentais:	(0) - (1) - (2) - (3)
29.4 Moradia:	(0) - (1) - (2) - (3)
29.5 Estrutura Familiar (Sucessão):	(0) - (1) - (2) - (3)
29.6 Alimentação (Autoconsumo):	(0) - (1) - (2) - (3)
29.7 Outros: _____	(0) - (1) - (2) - (3)

30. Em seu entendimento, dentre os **INDICADORES ECONOMICOS DE SUSTENTABILIDADE** mais relevantes, no meio rural, como você classifica: **0 – Sem Relevância; 1- Baixa Relevância; 2- Media Relevância e 3- Alta Relevância.**

30.1 Lucro:	(0) - (1) - (2) - (3)
30.2 Acesso ao Crédito Rural:	(0) - (1) - (2) - (3)
30.3 Infraestrutura:	(0) - (1) - (2) - (3)
30.4 Estrada Rural (Acesso/Adequação)	(0) - (1) - (2) - (3)
30.5 Autonomia de Insumos:	(0) - (1) - (2) - (3)
30.6 Comercialização:	(0) - (1) - (2) - (3)
30.7 Outros: _____	(0) - (1) - (2) - (3)

31. Em seu entendimento, dentre os **INDICADORES AMBIENTAIS DE SUSTENTABILIDADE** mais relevantes, no meio rural, como você classifica: **0 – Sem Relevância; 1- Baixa Relevância; 2- Media Relevância e 3- Alta Relevância.**

31.1 Legalização Ambiental:	(0) - (1) - (2) - (3)
31.2 Conservação do Solo:	(0) - (1) - (2) - (3)
31.3 Gestão da Água:	(0) - (1) - (2) - (3)
31.4 Reposição Florestal:	(0) - (1) - (2) - (3)
31.5 Saneamento Ambiental: (Lixo/Dejetos)	(0) - (1) - (2) - (3)
31.6 Outros:	(0) - (1) - (2) - (3)

